

**Universidade de Brasília
Instituto de Ciência Política**

**Projeto Pedagógico do Curso de
Graduação em Ciência Política**

Brasília, Junho de 2023

Reitora

Márcia Abrahão Moura

Vice-reitor

Enrique Huelva Unternbäumen

Decano de Ensino de Graduação

Diego Madureira de Oliveira

Diretora e Vice-Diretora do Instituto de Ciência Política

Danusa Marques e Graziela Dias Teixeira

Coordenadores de Curso do Instituto de Ciência Política

Bacharelado em Ciência Política: Denilson Bandeira Coêlho

Pós-graduação: Carlos Mello Machado

Coordenador de Extensão

Adrián Nicolas Albala Young

Grupo de Trabalho do Projeto Pedagógico IPOL/UnB

Denilson Bandeira Coêlho

Graziela Dias Teixeira

Thiago Aparecido Trindade

Marilde Loiola de Menezes

Adrián Nicolas Albala Young

Frederico Bertholini Santos Rodrigues

Marisa von Bülow

Yuit Distefano Odaguiri Enes Oliveira

Camila Maria da Silva

Comissão da Reforma Curricular

Denilson Bandeira Coêlho

Graziela Dias Teixeira

Thiago Aparecido Trindade

Marilde Loiola de Menezes

Adrián Nicolas Albala Young

Frederico Bertholini Santos Rodrigues

Marisa von Bülow

Comissão das Ementas

Denilson Bandeira Coêlho

Graziela Dias Teixeira

Thiago Aparecido Trindade

Comissão da Extensão

Adrián Nicolas Albala Young

Graziela Dias Teixeira

1. Apresentação do Curso	5
1.1 Quadro Síntese de Identificação do Curso	5
1.2 Acesso ao curso	6
1.3 Instrução do processo	6
1.4 Contexto histórico acadêmico	7
1.4.1 Universidade de Brasília	7
1.4.2 Unidade Acadêmica	7
1.4.3 Curso de Ciência Política	8
2. Organização Didático-Pedagógica	10
2.1 Políticas institucionais	10
2.2 Políticas de atendimento ao discente	12
2.3 Condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida	13
2.4 Objetivos do curso	14
2.5 Perfil profissional do egresso	15
2.6 Estrutura curricular	16
2.6.1 Conteúdos curriculares	18
2.6.2 Articulação Teoria e Prática – Práticas Curriculares, Estágio Curricular Supervisionado e Atividades Complementares	20
2.6.3 Articulação Ensino, Pesquisa e Extensão	20
2.6.3.1 Trabalho de Conclusão do Curso (TCC)	22
2.6.3.2 Programas de Iniciação Científica e Pesquisa	22
2.6.4 Matriz Curricular e Disciplinas do Curso	23
2.6.4.1 Matriz Curricular	23
2.6.4.2 Disciplinas do Curso	23
2.6.5 Novo fluxograma do curso	25
2.6.5.1 Demonstrativo das principais diferenças entre o currículo vigente e o proposto	26
2.7 Metodologia	29
2.8 Tecnologia de informação e comunicação – TICs no processo ensino-aprendizagem	30
2.9 Procedimentos de acompanhamento e de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem	31
2.10 Gestão do curso e os processos de avaliação interna e externa	33
2.11 Ementas e bibliografias das disciplinas	35
3. Corpo Docente e Tutorial	112
3.1 Núcleo Docente Estruturante – NDE	112
3.2 Atuação do coordenador	112
3.2.1 Regime de trabalho do coordenador do curso	113
3.3 Corpo docente do curso	114
3.3.1 Regime de Trabalho do Corpo Docente do Curso	115
3.4 Conselho do IPOL e Colegiado da Graduação	116
4. Infra-Estrutura	118
4.1 Infraestrutura Física	118
4.2 Infraestrutura de Gestão	118
4.3 Acervo de Biblioteca	119

Anexos

Anexo 1 – Regulamento do Curso de Graduação em Ciência Política	120
Anexo 2 – Regulamento de Estágio Curricular Supervisionado	135
Anexo 3 – Regulamento do Trabalho de Conclusão do Curso (TCC)	136
Anexo 4 – Regulamento das Atividades Complementares	138
Anexo 5 – Regulamento e Ato de Criação do Núcleo Docente Estruturante (NDE) e Ato de Nomeação dos Membros	139
Anexo 6 – Regulamento da Inserção Curricular da Extensão	142
Anexo 7 – Regulamento do Serviço Civil Voluntário	144

1. APRESENTAÇÃO DO CURSO

O Curso de Ciência Política da Universidade de Brasília (UnB), instituído em 1989, é pioneiro na modalidade de graduação no Brasil. A diretriz curricular contempla conteúdos específicos e interdisciplinares o que possibilita aos estudantes uma formação ampla e diversificada na área de estudos.

1.1 Quadro Síntese de Identificação do Curso

Denominação	Ciência Política
Grau Acadêmico	Bacharelado
Códigos de identificação em sistemas (e-MEC / SIGAA)	e-MEC:156 SIGAA: 8591/1
Modalidade	Presencial
Turno de Funcionamento	Diurno (Integral)
Titulação conferida	Bacharel em Ciência Política
Unidade acadêmica Ofertante	Instituto de Ciência Política
Carga horária do Curso	2.640 Horas
Carga horária por componentes curriculares obrigatórios	1410 horas (94 créditos)
Carga horária por componentes curriculares optativos (que podem incluir a carga horária em cadeias de seletividade, a carga horária mínima de componentes eletivos)	Disciplinas da Cadeia de seletividade nº 1: 60 horas (4 créditos). Disciplinas da Cadeia de seletividade nº 2: 360 horas (24 créditos). Disciplinas Optativas:180 horas (12 créditos) Componente Eletivo (Módulo Livre): 360 horas (24 créditos)
Carga horária de extensão	270 horas (18 créditos)
Carga horária mínima em atividades complementares	-

Número de Vagas Anuais	100
Limites de permanência no curso	Mínimo: 6 semestres / Máximo: 12 semestres
Limites de permanência por semestre	Mínimo: 240 horas por semestre (16 créditos) / Máximo: 480 horas por semestre (32 horas)
Data de início de funcionamento do Curso (ano e período)	Segundo semestre de 1989
Atos autorizativos do Curso (ato de criação, ato de reconhecimento e ato(s) de renovação de reconhecimento, conforme o caso, de acordo com o expresso no Cadastro e-MEC)	ATO DE CRIAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA UNB: RESOLUÇÃO DO CONSELHO DIRETOR DA FUB Nº 54, DE 21 DE JULHO DE 1976 ATO DE RECONHECIMENTO DO CURSO: PORTARIA Nº 59, DE 24 DE JANEIRO DE 1996 ATO DE RENOVAÇÃO DE RECONHECIMENTO: PORTARIA SERES Nº 626, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2013

1.2 Acesso ao Curso

O Curso de Ciência Política oferece 50 vagas semestrais para o Bacharelado em Ciência Política. Os estudantes ingressam no Curso principalmente pelo Vestibular; pelo Programa de Avaliação Seriada (PAS); e pelo Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM). A seleção nesses processos é realizada por meio de três sistemas de vagas: o Sistema de Cotas para Escolas Públicas, o Sistema de Cotas para Negros e o Sistema Universal (ampla concorrência). Além disso, os estudantes entram no Curso de Ciência Política como Portadores de Diploma de Curso Superior (DCS); Transferência Facultativa; Mudança de Curso e pelo Programa de Estudantes Convênio de Graduação (PEC-G).

1.3 Instrução do Processo

O atual Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Ciência Política foi aprovado no dia 30 de novembro de 2018 na 121ª Reunião de Colegiado do Instituto de Ciência Política, documentado na Ata dessa Reunião.

A partir do novo regimento do IPOL foi criado o Colegiado da Graduação em 14/07/2021 mediante a resolução do Conselho Universitário nº 52/2021. Portanto, desde 2021, o Núcleo Docente Estruturante (NDE), juntamente com outros docentes e discentes do IPOL, vêm discutindo e avaliando a importância de alterações necessárias e significativas a serem aplicadas ao PPC com o intuito de aprimorar e atualizar esse documento. O novo PPC foi aprovado na 11ª Reunião do Colegiado da Graduação em

08/12/2022 e em seguida teve seu texto base aprovado na 14ª Reunião do Conselho do IPOL realizada em 16/12/2022 onde foram apontados quatro itens principais para revisão no Colegiado da Graduação: i) enquadramento das disciplinas cadeia de seletividade e disciplinas optativas, ii) regulamento do TCC, iii) ementa da disciplina Análise Política e iv) Pré-requisitos das disciplinas Metodologia em Ciência Política e Técnicas de Pesquisa em Ciência Política. Na 12ª reunião do Colegiado da Graduação, ocorrida em 20/01/2023, os quatro itens destacados foram objeto de deliberação e estão presentes nesta versão do PPC, tendo o documento sido encaminhado para nova apreciação pelo Conselho do IPOL.

1.4 Contexto histórico acadêmico

1.4.1 Universidade de Brasília

A Universidade de Brasília, concebida junto ao projeto de construção de Brasília, foi instaurada em dezembro de 1961. Em sua criação e idealização, destaca-se o antropólogo Darcy Ribeiro. No que tange aos sentidos pedagógicos, protagonizou Anísio Teixeira. Já a proposta arquitetônica da Universidade ficou a cargo de Oscar Niemeyer.

A UnB busca ser uma instituição inovadora, comprometida com a excelência acadêmica, científica e tecnológica formando cidadãos e cidadãs conscientes do seu papel transformador na sociedade, respeitadas a ética e a valorização de identidades e culturas com responsabilidade social.

A visão de futuro da UnB é estar entre as melhores universidades do Brasil, inserida internacionalmente, com excelência em gestão de processos que fortaleça o ensino, a pesquisa e a extensão.

A história do Instituto de Ciência Política (IPOL) da UnB é uma história de inovações, de pluralismo e de expressivas contribuições para o ensino e a pesquisa na Ciência Política. Desde os primeiros passos rumo à implantação do Instituto, a UnB vem desempenhando um papel fundamental no processo de institucionalização da Ciência Política como disciplina acadêmica no Brasil.

1.4.2 Unidade Acadêmica

O processo de consolidação da Ciência Política enquanto área específica do conhecimento na UnB remete à década de 1970, quando foi criado o Mestrado em “Sociologia do Desenvolvimento” (1970), ligado à linha de pesquisa de “Sociologia Política” do então Departamento de Ciências Sociais. Gláucio Soares, Alexandre Barros, José Carlos Brandi e David Fleischer foram alguns dos professores à frente deste primeiro movimento rumo ao processo de consolidação da área de estudos na UnB. Estes e outros docentes foram responsáveis por ministrar disciplinas do Mestrado em Sociologia do Desenvolvimento, bem como disciplinas da graduação para estudantes que optavam pela habilitação em Ciência Política, no quadro do programa de bacharelado em Ciências Sociais.

Em 1976, a criação do Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais, vinculado ao Instituto de Ciências Humanas, marcou outra etapa crucial no processo de institucionalização do Curso. O Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais abrigava um programa de graduação em Relações Internacionais (criado

em 1974) e organizava a oferta de disciplinas de Relações Internacionais e de Ciência Política para a graduação.

A partir de 1984, o Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais passou a abrigar dois programas de Mestrado, o que denota o caráter inovador da instituição, visto que se tratava então do primeiro Mestrado em Relações Internacionais a ser implantado no Brasil e um dos primeiros Mestrados em Ciência Política do país.

No início dos anos 1980, o Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais, até então vinculado ao Instituto de Ciências Humanas, passou a integrar a Faculdade de Estudos Sociais Aplicados (FA), inaugurada no dia 22 de abril de 1982.

Na segunda metade da década, o Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais conheceu uma expansão quantitativa e alcançou significantes melhorias no plano qualitativo. Dois grandes fatores contribuíram para inovações substanciais do Departamento no âmbito do ensino e na pesquisa. Primeiramente, duas doações da Fundação Ford foram recebidas entre 1987 e 1989. Tais doações foram, sobretudo, empregadas na promoção de eventos acadêmicos, investimentos em tecnologia e aumento do acervo da Biblioteca Central (BCE) na área de Ciência Política e Relações Internacionais. O segundo fator foi a criação do primeiro bacharelado pleno em Ciência Política no Brasil, em 1989. Assim, a segunda metade dos anos 1980 foi um período de investimentos e de mudanças acadêmicas expressivas.

Em 1994, através de uma decisão do Conselho Universitário (CONSUNI) foram criados dois departamentos distintos: Departamento de Ciência Política e o Departamento de Relações Internacionais. Estes dois novos departamentos foram então abrigados pelo Instituto de Ciência Política e de Relações Internacionais. Tal organização foi mantida até o início da década de 2000. Em 2002, foi dissolvido o Instituto de Ciência Política e Relações Internacionais, dando assim lugar a dois novos e independentes institutos: o Instituto de Ciência Política (IPOL) e o Instituto de Relações Internacionais (IREL).

O Instituto de Ciência Política (IPOL) se consagra hoje como um dos mais importantes e inovadores institutos de ensino e de pesquisa em Ciência Política do país. O Instituto mantém sua tradição de excelência acadêmica no ensino e na pesquisa, privilegiando uma abordagem plural da Ciência Política. Seu quadro de professores/as é composto de profissionais advindos/as de diversas instituições brasileiras, assim como professores/as formados em outros países.

Desde a graduação, passando pelas especializações, Mestrado e Doutorado (este último, implantado em 2008), o IPOL privilegia uma formação acadêmica rigorosa e diversificada. Atividades de pesquisa, desenvolvidas principalmente pelos Grupos de Pesquisa e atividades de extensão, com destaque para os Projetos de Extensão de Ação Contínua (PEACs) são incentivadas e levadas a cabo pelo Instituto.

1.4.3 Curso de Ciência Política

Na UnB, a implantação da área de Ciência Política viria no próprio campo de inspiração oferecido por Darcy Ribeiro. Para ele, a UnB nasceu para ousar, inovar, servir de modelo, formar quadros docentes para o país, profissionais para o Estado e para a iniciativa privada, todos com espírito crítico adequado à construção de um grande país. A UnB nasceria para ser um polo de irradiação científica, com docentes e pesquisadores que pudessem contribuir para o desenvolvimento científico da América Latina. Não seria sem razão que a instalação de um primeiro curso de Ciência Política no Brasil dar-se-ia na UnB, a partir da utopia de Darcy Ribeiro, de modo a atender as aspirações de jovens

talentosos de Brasília e demais localidades do país e de países carentes desta formação no âmbito universitário.

A importância de um curso de Ciência Política parece inquestionável: grande parte do acervo de dados políticos encontra-se em Brasília, facilitando o trabalho de investigação empírica. Além disso, o estudante de Ciência Política é estimulado a cursar disciplinas em outras unidades da Universidade, principalmente nas áreas da Sociologia, Filosofia, Antropologia, Gestão de Políticas Públicas, Direito e Economia. A formação interdisciplinar preconizada pelos fundadores da UnB é a base de sua erudição, evitando que os diplomados da área restrinjam sua formação apenas na fronteira de um único curso; possibilitando assim, a construção de uma sólida carreira profissional e intelectual.

Até 1988, alunos da Habilitação em Ciência Política, do curso de graduação em Ciências Sociais, podiam graduar em “Ciência Política” tendo cursado apenas seis disciplinas nesta área. Parte deles manifestava seu interesse por um estudo nesta área, motivados pelo campo de atuação nas áreas da administração pública, nas assessorias parlamentares, nas empresas de consultoria, dentre outras. Concluiu-se que havia expressivo interesse pela criação de um Curso de Graduação em Ciência Política, o que levou à elaboração de uma proposta por uma comissão mista destes alunos e docentes da área. Tal proposta foi aprovada pelo CONSUNI no início de 1989, a tempo de que o primeiro vestibular fosse realizado no segundo semestre de 1989. Assim, a UnB foi pioneira no Brasil a oferecer o primeiro Bacharelado pleno em Ciência Política.

Trata-se de um curso diurno de graduação que visa formar bacharéis e profissionais na área, na modalidade presencial.

O Curso de Ciência Política, além do conhecimento interdisciplinar, especialmente nas áreas de Sociologia, Antropologia, Direito, Economia, Relações Internacionais e Estatística, oferece disciplinas voltadas ao conhecimento mais especializado, contemplando as grandes linhas de pesquisa da área: Teoria Política, Instituições, Política Brasileira e Políticas Públicas; além de abarcar temáticas atuais e que necessitam serem discutidas e estudadas, como as questões de Gênero, de Raça e as inovações institucionais. Ao longo dos anos a estrutura curricular do Curso de Ciência Política vem sendo repensada por meio de discussões entre o corpo docente e o corpo discente. A agenda de reforma dos conteúdos cumpre o objetivo de mapear novos enfoques, contribuindo assim para a atualização e o aprimoramento da formação dos(as) novos(as) cientistas. Neste ínterim, já foram realizadas reformas curriculares importantes, sendo que no presente momento NDE apresenta uma proposta de reforma que estabelecerá uma nova matriz curricular do curso.

2. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

2.1 Políticas institucionais

As políticas institucionais do IPOL seguem as diretrizes do PDI/UnB, sendo definidas pela busca de inovação, inclusividade e compromisso com a sociedade. O atual PPC possui instrumentos de gestão voltados para o aprimoramento das atividades acadêmicas e administrativas e aplicadas ao tripé do conhecimento, ensino, pesquisa e extensão. Como missão institucional finalística, as ações visam a formação de cientistas políticos éticos e qualificados para atuar em um complexo sistema social e político. Para a consecução desses objetivos encontra-se estabelecido um conjunto de políticas em consonância com o perfil do egresso.

Sobre a internacionalização da graduação o IPOL utiliza como apoio os serviços da Assessoria de Assuntos Internacionais (INT) para enviar ou receber discentes da graduação interessados em intercâmbio e atuação em rede acadêmica multi-disciplinar.

Durante a sua trajetória o estudante conta com uma política de assistência estudantil com base no Programa Nacional de Assistência Estudantil cujo objetivo é ampliar as condições de permanência dos jovens nas instituições de educação superior pública federal visando garantir sua formação acadêmica e cidadã.

O exercício do ensino no IPOL está ancorado em métodos tradicionais de aprendizado como a fundamentação teórica-conceitual, contextualização dos fatos, arcabouço metodológico e análise dos fenômenos políticos. Tais elementos formam o ferramental científico que possibilita o corpo estudantil desenvolver posição crítica sobre um sistema político complexo e mutável. Como um elemento complementar à formação do(a) graduando(a), destaca-se a participação com outros cursos da graduação, especialmente os da área de ciências sociais, mas, também com a agenda de atividades da pós-graduação em ciência política. O IPOL possui a modalidade de ensino estágio-docência onde discentes da pós-graduação lecionam, sob supervisão, disciplinas obrigatórias e seletivas, mantendo, assim, interação com os estudantes da graduação. O IPOL também participa da integração entre os Decanatos da Graduação e Pós-Graduação no tocante à oferta de vagas de graduandos(as) nos cursos de pós-graduação, o que permite ao estudante adquirir noção avançada em matéria do seu interesse. Neste quesito, adicionalmente foi lançado em 2021 um evento inovador, denominado I Seminário Discente de Pós-Graduação e da Graduação em Ciência Política. A experiência teve como principal objetivo a integração do conhecimento a partir da organização de debates entre discentes, docentes e público externo. No que se refere à contribuição do ensino e sua aplicação no mundo do trabalho, atualmente, ao bacharel em Ciência Política são oferecidas mais oportunidades profissionais além de professor-pesquisador que investe na carreira acadêmica por meio dos estudos em nível de pós-graduação. Pode-se destacar ainda as assessorias parlamentares, assessorias às Organizações da Sociedade Civil e aos partidos políticos e Institutos de Pesquisa, carreiras de gestor governamental, consultorias políticas, dentre outras. O IPOL tem ainda frequentemente ofertado cursos e mini-cursos de recorte teórico-prático que via de regra são ofertados por professores(as), discentes da pós-graduação e pesquisadores(as) visitantes do país ou estrangeiros(as). É relevante ainda informar que em momento críticos como o da pandemia global, os(as) professores(as) do IPOL em sinergia com os(as) discentes da graduação e da pós-graduação se dedicaram a

um processo de ensino-aprendizagem de caráter interdisciplinar na forma de criação de disciplinas com tópicos especializados na área da saúde pública. Isso remete à uma ideia de superação e criatividade que gera externalidades positivas e redesenho das políticas de ensino, pesquisa e extensão no sentido de flexibilização da estrutura curricular com o intuito da interdisciplinaridade necessária para certos objetos de estudo. Não resta dúvida que tal interação prepara novos saberes e profissionais para atender as demandas mais complexas das instituições e da sociedade.

As atividades de pesquisa no IPOL seguem as diretrizes do plano institucional da UnB ao relacionar excelência acadêmica à aplicabilidade do conhecimento no intuito de atender da melhor forma possível as demandas da sociedade e das instituições. Faz-se relevante ilustrar que o desenvolvimento da pesquisa teórica-aplicada e o avanço metodológico tem base no construto indissociável do tripé ensino, pesquisa e extensão. Depreende-se que o conhecimento científico adquirido pelos estudantes está diretamente associado a um circuito triangular que envolve sua passagem em sala de aula, seu exercício como pesquisador(a) em formação e a atuação complementar em atividades extensionistas. Com base na formação especializada dos(as) seus(suas) professores(as), aprendizado entre pares, referências de centros de investigação do país e do exterior, o IPOL gerou como resultado o desenho de uma política que traduz o perfil do seu público participante, este altamente interessado em intervir positivamente nos mecanismos que guiam o sistema político, social e econômico. Nessa perspectiva e a partir do apoio de editais das agências de fomento e da própria universidade, verifica-se notável incremento da capacidade científica traduzida pelo surgimento e consolidação dos grupos de pesquisa. Tal desenvolvimento institucional tem assim gerado avanços e melhorias na capacidade técnica instalada dos grupos de pesquisa (listados aqui no link Pesquisa www.ipol.unb.br). Estes centros de investigação têm pautado suas pesquisas com foco na observação de fenômenos históricos ou novos fenômenos, destacando-se por sua interdisciplinaridade no tratamento analítico e pelas análises criteriosas. Em geral, os grupos de pesquisa recebem docentes e estudantes de universidades nacionais e internacionais o que permite a consolidação de relações interinstitucionais e mobilidade acadêmica para a graduação. Do ponto de vista dos temas explorados há considerável variação de objetos, a exemplo de pesquisas sobre direitos humanos, democracia, populismo, política comparada, mudança institucional, sistema de justiça, comportamento político e eleitoral, constituições e políticas públicas, gênero, política ambiental, relações étnico-raciais e ciência de dados. A atuação como pesquisador de iniciação científica é atendida via o ProIC/UnB que permite a estudantes de graduação um primeiro contato com a pesquisa científica sob a supervisão de um(a) pesquisador(a).

A proposta da Extensão é melhorar a realidade social por meio de ações da comunidade acadêmica. As diversas atividades de extensão promovidas pelas unidades acadêmicas são apoiadas e gerenciadas pelo Decanato de Extensão (DEX). Entre as atribuições do DEX e das suas diretorias estão a institucionalização dos Projetos de Extensão de Ação Continuada (PEACs), a gestão do Programa Institucional de Bolsas de Extensão (PIBEX) e o desenvolvimento de ações continuadas de formação e capacitação. O curso de Ciência Política promove diversas atividades de extensão. Destacam-se os projetos de ação continuada (PEACs), cujos participantes discentes podem ter bolsas de extensão (PIBEX); o Projeto Política na Escola, que consiste em desenvolver ações nas escolas públicas do Distrito Federal com o intuito de propiciar a construção do conhecimento relacionado ao tema da política, apresentando noções de cidadania e do funcionamento da democracia;

o Projeto Politeia que promove o conhecimento prático a estudantes do ensino superior, por meio da simulação do processo legislativo brasileiro no espaço da Câmara dos Deputados; e o Projeto Ubuntu que busca integrar alunos negros e estimular o debate sobre a questão racial e é formado pela Frente da Negritude do curso de Ciência Política da UnB. Outra atividade de extensão é a realizada pela Strategos, Empresa Júnior, que busca capacitar jovens para o mercado de trabalho na área de consultoria política. A agenda voltada às atividades de extensão é ainda complementada pela oferta de palestras, seminários e mini-cursos de formação.

2.2 Políticas de atendimento ao discente

A UnB possui uma política de apoio aos discentes baseadas em um conjunto de programas e ações que garantem assistência estudantil e orientação acadêmica. Os programas de apoio ao discente da UnB são desenvolvidos pelos Decanatos de Assuntos Comunitários (DAC), de Ensino de Graduação (DEG), Extensão (DEX) e Pesquisa e Pós-Graduação (DPP); além de outras unidades, como, por exemplo: NDE e o Colegiado de Graduação.

É função da Coordenação do Curso proporcionar aos(as) alunos(as) a orientação necessária quanto ao desempenho acadêmico e planejamento da vida escolar, ainda como fazer orientações pontuais em relação às dificuldades de ordem pessoal que possam influenciar o desempenho acadêmico. Deve também atuar de maneira complementar na mitigação de possíveis intercorrências entre docentes e discentes e no suporte às disciplinas no processo ensino/aprendizagem, auxiliando também os(as) professores(as) nesta situação.

A monitoria é uma forma do(a) discente conhecer novas práticas e experiências pedagógicas que visam fortalecer a articulação entre teoria e prática, bem como a integração curricular em diferentes aspectos. Um dos principais objetivos da monitoria é promover a cooperação mútua entre discentes e docentes, permitindo a todos(as) os(as) discentes a experimentação e aprendizagem de diferentes atividades associadas que permitem uma melhor formação acadêmica e os primeiros contatos com a docência.

O Centro de Educação à Distância (CEAD/UnB) é responsável por desenvolver projetos e disciplinas de graduação que usem as tecnologias de informação e comunicação para o desenvolvimento de um ensino inovador. Podemos destacar diversos materiais de suporte para utilização de tecnologias inovadoras no ensino, como por exemplo: Animações Digitais, Apresentações Visuais, Gravação de Podcast, Gravações de vídeo-aulas, Publicações eletrônicas, Segurança e redes sociais.

O DAC é responsável pela divulgação de editais referentes a moradia estudantil, programas de bolsa alimentação, avaliação socioeconômica, bolsistas para atuar na secretaria de desenvolvimento social, auxílio-transporte, apoio à inclusão digital, auxílio emergencial de apoio socioeconômico e auxílio-creche.

A Diretoria de Desenvolvimento Social (DDS) coloca a disposição apoio psicopedagógico através de uma equipe multidisciplinar composta por assistentes sociais, pedagogos e psicólogos.

A UnB possui uma série de acordos bilaterais que permitem mobilidade acadêmica

(intercâmbio). Semestralmente a Secretaria de Assuntos Internacionais (INT) lança edital de seleção para intercâmbio nas universidades parceiras. A indicação de alunos e alunas é condicionada a um processo de seleção. A relação de todos os convênios em vigor está presente no site institucional do INT. Os editais da INT são lançados 2 vezes por ano: um no começo e outro no meio do ano.

Nos cursos de graduação existem duas possibilidades de Mobilidade Acadêmica nacional. A primeira possibilidade é o Programa Andifes de Mobilidade Acadêmica, que oferece ao estudante a possibilidade de fazer presencialmente disciplinas em qualquer das IFES conveniadas, restando suspensa sua matrícula na IFE de origem durante o período da mobilidade. A segunda possibilidade é o Programa Promover de Mobilidade Virtual em Rede, também da Andifes. Nesse programa o(a) estudante da UnB poderá cursar até três disciplinas simultaneamente em IFES diferentes, como aluno(a) especial, mantendo seu vínculo com a IFE de origem.

O DEG disponibiliza editais semestralmente de apoio ao discente, como, por exemplo: programa de Tutoria de Graduação, auxílio à Participação de estudantes de Graduação em eventos no Brasil e no Exterior, Programas de Aprendizagem para o 3º Milênio, Apoio à Realização de aulas de graduação por estudantes em situação de vulnerabilidade Socioeconômico e/ou risco Social.

Os(as) alunos(as) Portadores de Necessidades Especiais, com deficiências definidas no Decreto nº 3298/1999, recebem apoio e atendimento da Diretoria de Acessibilidade do Decanato de Assuntos Comunitários (DACES/DAC) por meio da Coordenação de Apoio às Pessoas com Deficiência para que seja propiciada e garantida as condições de igualdade para seu desempenho acadêmico. Os(as) alunos(as) terão como direito durante sua vida acadêmica, adaptações de provas, tempo adicional para realização de provas, adaptação de recursos físicos, eliminação de barreiras arquitetônicas e adequação de ambiente de comunicação, apoio especializado necessário, intérprete de língua de sinais e leitor, conforme necessidade educacional especial apresentada. O grupo de estudantes em atendimento suas matrículas em disciplinas prioritizadas e poderão ser beneficiados com exercícios domiciliares, quando couber.

2.3 Condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida

Em consonância com as ações da DACES/DAC que tem como objetivo garantir e promover a acessibilidade como uma política transversal na UnB, com foco permanente na busca de soluções que possibilitem condições de acesso, participação e aprendizagem à toda a comunidade acadêmica, o IPOL adota o acolhimento a este público como prioritário. Se configuram como atos da administração, i) a prioridade de matrícula, ii) solicitação de apoio ao Programa de Tutoria para Acessibilidade onde estudantes voluntários ou remunerados apoiam outros estudantes a partir de demandas específicas e com apoio docente e da DACES, iii) solicitação de produção de material acessível, iv) disponibilidade de leitores/transcritores para alunos e alunas com deficiência visual, intelectual, autismo, dislexia, déficit de atenção ou dislexia, v) auxílio de apoio permanência na forma de edital para pessoas com dificuldades econômicas, além de assistência para a acessibilidade comunicacional, uso de laboratórios de pesquisa e informática e transporte no campus. Complementarmente, destaca-se ainda a atenção às necessidades de atendimento psicossocial e psicológico da Diretoria de Atenção à Saúde da Comunidade Universitária (DASU-DAC) via a Coordenação de Atenção Psicossocial

(CoAP) e a promoção à saúde via a Coordenação de Articulação de Redes para Prevenção e Promoção à Saúde (CoREDES) e demais diretorias nas áreas de desenvolvimento social (DDS/DAC), esportes e atividades comunitárias (DEAC/DAC).

Adicionalmente, em observância às legislações pertinentes¹, o IPOL possui instalações adaptadas para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida às quais encontram-se detalhadas na seção de infraestrutura do presente documento.

2.4 Objetivos do curso

O objetivo do curso de Ciência Política é formar profissionais de nível superior dotados(as) de conhecimento científico e capacidade crítica e reflexiva para atuar como agentes públicos e como agentes políticos em instituições governamentais, não governamentais e privadas.

Dentre os objetivos específicos do curso de Ciência Política, citam-se os seguintes:

- Proporcionar a formação multidisciplinar e histórica das questões políticas e institucionais.
- Promover integração entre a teoria e a prática das questões políticas e institucionais que envolvem o Estado, as Organizações da Sociedade Civil e a sociedade em geral.
- Promover reflexões e debates sobre as questões políticas e institucionais que considerem as dimensões republicana e democrática do Estado brasileiro.
- Promover as discussões sobre poder, justiça e desigualdade para a compreensão sobre as relações políticas na sociedade.
- Fomentar a pesquisa, a extensão e a integração da graduação com a pós-graduação.
- Criar contextos de aprendizagem que permitam o desenvolvimento de competências e habilidades para desenho das instituições brasileiras.

Para alcançar os objetivos específicos, conta-se com a formação acadêmica e profissional do corpo docente, que deverá se adequar ao papel do curso ante a sociedade, ao campo de atuação almejado para o profissional egresso e à própria missão e objetivos institucionais da UnB. Desse modo, a estrutura curricular busca contemplar uma formação teórica, empírica e metodológica avançada no intuito de proporcionar a consecução de objetivos que atendam as demandas coletivas e individuais do bacharel em ciência política e das entidades que demandam serviços de análise política. Historicamente, mas, sobretudo na última década, o IPOL tem se notabilizado por formar grupos de pesquisa que agrupam em um mesmo espaço professores(as), estudantes e egressos da graduação e pós-graduação, consultores externos e analistas governamentais os quais têm atuado na busca de objetivos voltados para o aprofundamento do conhecimento do sistema político nacional e internacional em uma perspectiva comparada, além do conhecimento do contexto local.

¹ Vide Decreto nº 5.296/2004, em acordo com o disposto na Portaria nº 10/2006, conforme descrito na Constituição Federal de 1988, art. 205, 206 e 208, segundo a Lei nº 10.098/2000, conforme disposto no Decreto nº 7.611/2011, conforme disposto na Portaria nº 3.284/2003.

2.5 Perfil profissional do egresso

O Curso de Ciência Política espera que o(a) formando(a) obtenha conhecimentos capazes de contribuir para a sua vida profissional, sendo apto a desempenhar papéis importantes nas instituições brasileiras e internacionais, utilizando a bagagem teórica e metodológica absorvida no curso. Também objetiva que o egresso esteja apto a compreender a política, em uma perspectiva analítico reflexiva, buscando como agente público e como agente político participar e ao mesmo tempo proceder as mudanças necessárias nos processos políticos, considerando sempre o interesse da sociedade.

Atualmente, o bacharel em Ciência Política tem atuado principalmente nas carreiras de gestor governamental, consultorias políticas, assessorias parlamentares, assessorias de organizações da sociedade civil, partidos políticos, institutos de pesquisa e na carreira acadêmica.

A identificação dos egressos da UnB baseia-se nos estudantes que ingressaram na Instituição de Ensino Superior e saíram da graduação por obtenção da sua formatura, tendo como ponto de partida o início dos registros acadêmicos nos sistemas da UnB. No caso do Curso de Ciência Política desde o ano de 1989.

A Diretoria de Avaliação e Informações Gerenciais (DAI) do Decanato de Planejamento, Orçamento e Avaliação Institucional (DPO) UnB realizou a última pesquisa de egressos da graduação com base na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) mais recente disponível, a do ano de 2020. Os dados da pesquisa revelam que a distribuição dos alunos formados por vínculo empregatício até 2020 foi de 49,8% em serviço público efetivo; 38,3% em serviço público não efetivo; 11,2% como celetistas; e 0,6% como temporários/avulsos. Quanto à distribuição dos(as) formados(as) por profissão, apresenta-se que a grande maioria exerce as profissões de servidor no Serviço Público Federal e administradores.

Os dados ainda apontam que até 2020, os formandos do Curso de Ciência Política, dentre as várias classes definidas pela Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), pertencem na grande maioria à classe da Administração Pública, Defesa e Seguridade Social. As outras principais classes dentre às quais pertencem os(as) formados(as) no Curso são: Educação; Outras Atividades de Serviços; Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas; e a classe de Atividades Financeiras, de Seguros e Serviços Relacionados.

No que concerne às competências e habilidades ofertadas na formação para posterior atuação no mercado de trabalho, o curso de ciência política propicia:

Competências

- Domínio de conteúdo programático e interdisciplinar que contempla a visão histórica e contemporânea dos temas centrais e emergentes da disciplina;
- Conhecimento teórico, metodológico e analítico do Estado da Arte do campo de estudos;
- Capacidade intelectual para identificar fenômenos e elaborar projetos de pesquisa;
- Compreensão da complexa relação Estado, Mercado e Sociedade para gerar soluções inovadoras na área de políticas públicas;

- Exame da busca por evidências empíricas para uma clara identificação da conjuntura política, econômica e social;
- Percepção do funcionamento dinâmico do sistema político, considerando o ciclo mutável das políticas públicas como um produto do comportamento cooperativo e competitivo de atores e instituições na sua relação com a sociedade;
- Desenvolvimento de base científica centrada na perspectiva comparada, possibilitando, assim, o posicionamento/classificação de uma unidade de análise em relação às demais;

Habilidades

- Domínio da expressão oral, considerando a diversidade de arenas e públicos a interagir e a dialogar;
- Capacidade para interpretar e aplicar regras constitucionais e institucionais, elementos fundamentais em processos políticos;
- Competência para elaborar comunicações científicas nos múltiplos espaços governamentais, acadêmicos e sociais, e
- Autonomia para transitar em espaços públicos e privados, a partir do exercício do pensamento crítico e reflexivo com autonomia de ideias, centradas em bases éticas e senso de justiça.

2.6 Estrutura curricular

A atual estrutura curricular do curso é composta por disciplinas obrigatórias, Cadeias de seletividade, optativas e de módulo livre. O IPOL oferta disciplinas de ciência política e em complemento, um conjunto diversificado de outras disciplinas de vários departamentos da universidade que compõem o quadro de componentes optativos. A matriz curricular do curso oferece uma formação interdisciplinar, compreendendo tanto o conteúdo obrigatório no campo da ciência política quanto nas áreas do direito, economia, relações internacionais, sociologia, antropologia, história, estatística e epistemologia das ciências sociais. As disciplinas obrigatórias do IPOL e de outras unidades acadêmicas oferecem formação teórica e prática, incluindo o TCC na modalidade monografia ou artigo científico. As cadeias de seletividade agrupam disciplinas seletivas às quais se caracterizam por possuírem conteúdos específicos da ciência política e onde a formação especializada será feita com base na escolha dos estudantes a partir de orientação da coordenação. Os estudantes podem ainda selecionar 6 disciplinas do módulo livre ou 480 horas que não sejam restritas a um ou mais cursos para obter conhecimento em outras áreas, além das atividades de extensão e de monitoria.

A partir da reforma do PPC o curso obterá uma nova estrutura curricular. Pela proposta, os atuais 178 créditos e 2670 horas passam para um total de 176 créditos e 2640 horas (a delimitação da matriz curricular está informada no sub-item 2.6.4.2). No bojo da reforma e em atendimento às diretrizes do MEC e com na base resolução 118/2020 e 1/2021 da Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) da UnB, pelo menos 10% da carga-horária do curso deve ser integralizada com atividades de extensão. Portanto, visando à uma maior integração acadêmica e profissional, as atividades de extensão passam a ser parte das atividades obrigatórias do IPOL. Alinhado ao tripé ensino-pesquisa-extensão, marca da UnB, o novo PPC contempla um conjunto de áreas de interesse onde serão contabilizadas como créditos 10,2% da carga horária como componente curricular obrigatório. Isso supõe o incentivo a criar ação com propósito à interação com

organizações da sociedade civil e dos movimentos sociais. Serão realizadas Oficinas Extensionistas no formato de disciplinas obrigatórias e, ainda, serão incentivados projetos de pesquisa e extensão que articulem responsabilidade social, integração social e acadêmica, com o intuito de utilizar as ferramentas teóricas e metodológicas adquiridas no curso de Ciência Política e colocá-las à disposição da comunidade. Nesta articulação entre ensino, pesquisa e extensão, também são incentivadas a organização e a participação em encontros, congressos e conferências relevantes da área.

O quadro 1 ilustra as mudanças entre a atual e a nova estrutura curricular do curso.

Quadro 1 – Atual e Nova Estrutura Curricular de Disciplinas Obrigatórias

	Atual Estrutura Curricular	Nova Estrutura Curricular Proposta
Semestre 1	Introdução à Ciência Política	Introdução à Ciência Política
	Introdução à Sociologia	Introdução à Sociologia
	Introdução à Antropologia	Introdução à Antropologia
	Introdução à Economia	Introdução à Economia
	Introdução ao Direito 1	Teoria Política Clássica
Semestre 2	Teoria Política Clássica	Teoria Política Moderna
	Introdução ao Estudo da História	Política Brasileira 1
	Introdução ao Estudo das Relações Internacionais	Introdução ao Estudo das Relações Internacionais
	Introdução à Metodologia das Ciências Sociais	Introdução ao Direito 1
	Formação Econômica do Brasil	Formação Econômica do Brasil
Semestre 3	Teoria Política Moderna	Teoria Política Contemporânea
	Política Brasileira 1	Política Brasileira 2
	Fundamentos de Políticas Públicas	Instituições Políticas
	Partidos Políticos e Sistemas Eleitorais	Introdução às Ciências Sociais Latino-Americanas
	História Social e Políticas Geral	Estatística Aplicada
Semestre 4	Teoria Política Contemporânea	Fundamentos de Políticas Públicas
	Política Brasileira 2	Partidos Políticos e Sistemas Eleitorais
	Estatística Aplicada	Política Comparada
		Metodologia de Pesquisa em Ciência Política
		Atividade de Extensão 1
Semestre 5	Análise Política	Análise Política
		Atividade de Extensão 2

		Métodos Qualitativos 1 ou Métodos Quantitativos 1*
Semestre 6	Técnicas de Pesquisa em Ciência Política	Técnicas de Pesquisa em Ciência Política
		Atividade de Extensão 3
Semestre 7	Monografia em Ciência Política 1	Seminários de Trabalho de Conclusão de Curso
Semestre 8	Monografia em Ciência Política 2	Trabalho de Conclusão de Curso

* É facultado(a) ao(à) estudante a escolha da disciplina **Métodos Qualitativos 1** ou **Métodos Quantitativos 1** ou ambas as disciplinas.

2.6.1 Conteúdos Curriculares

A proposta de conteúdos curriculares para a formação do Cientista Político inclui os seguintes conteúdos e modalidades:

- Conteúdos Obrigatórios: Refere-se aos conteúdos da área da Ciência Política, bem como de outras áreas que propiciam um conhecimento básico e interdisciplinar, tais como: Antropologia, Sociologia, Estatística, Direito, Economia e Relações Internacionais.
- Conteúdos Específicos: refere-se aos conteúdos das duas cadeias de seletividade, voltados para a formação específica no curso de Ciência Política.
- Conteúdos Optativos: Refere-se aos conteúdos de diversas áreas do conhecimento.
- Módulo Livre (ML): refere-se às disciplinas de graduação de abrangência irrestrita e não elencadas no currículo do curso. Os créditos a integralizar em módulo livre são referentes às disciplinas que não constam da lista de disciplinas obrigatórias, tampouco da lista de optativas do curso, porém estão previstas e oferecidas pela UnB. Nesta modalidade, o aluno poderá integralizar no máximo 24 créditos do número total de créditos em disciplinas optativas do curso.
- Trabalho de Conclusão de Curso (TCC): Atividade obrigatória que compõe o núcleo de conteúdo de síntese e integração do curso com aplicação de metodologias e conhecimentos para execução de uma monografia ou artigo científico. No novo PPC o TCC pode ser também desenvolvido em formato de artigo científico.

O objetivo é proporcionar uma formação básica e profissional que garanta qualidade educacional para atuar no mercado de trabalho de forma ética e comprometida com os interesses públicos, considerando a sustentabilidade ambiental, os direitos humanos e sociais e a questão étnico-racial. Por isso mesmo, segue também as orientações contidas nas novas Diretrizes Curriculares do MEC referentes a essas temáticas às quais devem constar nos planejamentos pedagógicos e atividades dos cursos de formação superior. Na área da educação ambiental, a resolução 2/2012 define objetivos voltados ao estímulo da visão crítica que contribuam com a formação humana de sujeitos com capacidade de proteger e intervir em determinado meio ambiente a partir da valorização do contexto histórico e cultural, com a finalidade do desenvolvimento de práticas sociais alicerçadas na ética ambiental. Faz-se importante destacar que a abordagem adotada pelo IPOL se ancora no preceito da superação da visão acrítica e despolitizada, substituindo-a por uma concepção que considera a complexa interface entre o fator natureza e como esta afeta e é afetada pela dinâmica sociocultural, pelo mercado e pelo mundo do trabalho e emprego. No tocante aos direitos humanos, a resolução 1/2012, no mesmo sentido, estabelece

objetivos direcionados ao sistema de ensino e às instituições de ensino superior, tendo como pilares processos de promoção e aplicação do exercício dos direitos civis, políticos, sociais, econômicos, culturais e ambientais voltados à defesa da dignidade humana. Para tanto, são requisitos fundamentais o exercício da igualdade de direitos entre os indivíduos, reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades, laicidade do Estado, democracia na educação, globalidade e sustentabilidade socioambiental. Destaca-se como dimensão central a abordagem da transversalidade dos direitos humanos, estes tratados de forma interdisciplinar com as demais disciplinas dos cursos superiores e o constante diálogo com os segmentos sociais, sobretudo aqueles que atuam na defesa de grupos vulneráveis e que sofrem violações de direitos individuais e coletivos. Concernente às relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, a resolução 1/2004 institui um conjunto de diretrizes a serem implementadas no sistema de educação nacional. Tais diretrizes são acentadas na permanente formação de cidadãos e cidadãs para que compreendam os valores e a importância do contexto histórico visando a convivência e atuação em uma sociedade multicultural e pluriétnica, perfazendo relações étnico-sociais construtivas e positivas, preservando, assim, a inclusividade e os fundamentos da democracia. Adicionalmente a estes princípios, a diretriz aponta para a valorização da identidade, da história e da cultura dos povos originários, englobando afro-brasileiros e povos indígenas.

As diretrizes curriculares acima descritas estão presentes em um conjunto de atividades acadêmicas ofertadas sistematicamente pelo IPOL. Um grupo de docentes vem realizando pesquisas que contemplam as três áreas da educação na forma de produção científica, seminários e ensino de conteúdos curriculares. As disciplinas Política e Antirracismo, Pensamento Político Negro, Introdução à Ciência Política, Política Brasileira 1, Gênero e Política, Teoria Política Feminista e algumas disciplinas de Tópicos Especiais (com ementas definidas pelo/a docente e ofertadas periodicamente) contemplam conteúdos relacionados aos temas i) relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena, ii) da educação ambiental e iii) direitos humanos.

O conteúdo curricular do novo PPC está baseado em uma análise criteriosa de temas por formação na área da ciência política e interface com as ciências sociais. Para tanto, o NDE elaborou um estudo de série histórica que revela quais disciplinas são frequentemente ofertadas enquanto outras apresentam baixa ou ausência de demanda estudantil. A partir desse diagnóstico os conteúdos foram atualizados ou reformulados em parte para que passem a refletir apropriadamente a nova ordem do sistema político global e atenda as exigências atuais de formação acadêmica e profissional. Nessa perspectiva, o IPOL possui hoje um novo ementário com todas as disciplinas contendo a bibliografia básica e complementar, além das fontes digitais e/ou físicas de livre acesso aos textos. Esta ação visou atender às resoluções do MEC e foram incorporadas ao SIGAA, sistema base que administra a matrícula estudantil. Como exemplo de novos conteúdos curriculares destacam-se o debate contemporâneo sobre instituições políticas e sobre institucionalismos, comparação e método comparado com foco em regimes políticos, a relação e a diferença entre direito e política, noções básicas de constitucionalismo e o papel político das cortes, estudo de múltiplos agendamentos de políticas públicas, transferência e aprendizado de modelos de legislação de políticas sociais, comunicação política e eleitoral e os desafios metodológicos com ênfase em marketing político e eleitoral enquanto objeto acadêmico.

2.6.2 Articulação Teoria e Prática – Práticas Curriculares, Estágio Curricular Supervisionado e Atividades Complementares

Práticas Curriculares

Procura-se aliar os conteúdos teóricos oferecidos em sala de aula com experiências de natureza prática, especialmente nas atividades de estágio em diversas instituições; nas atividades de monitoria; nos projetos e nas atividades de Extensão do IPOL; nos projetos de pesquisa; na empresa júnior, a Strategos, e na confecção do TCC.

A integração entre teoria e prática poderá ocorrer, também, via pesquisa e pós-graduação onde há possibilidade de matrícula do corpo discente para um conjunto específico de disciplinas. Importante ressaltar que os Programas de Pós-Graduação de diversas áreas afins oferecem a oportunidade de participação de graduandos(as) em pesquisas aplicadas.

A proposta metodológica e pedagógica adotada no IPOL contempla a formação integral do estudante, preocupando-se com sua formação científica e técnica, sua inserção no mercado de trabalho atual e formação ética-cidadã.

Estágio Curricular Supervisionado

Dentre as Modalidades do Estágio Supervisionado presentes na UnB, no caso do Curso de Ciência Política, esta atividade é caracterizada como Estágio não Obrigatório.

Ao(À) aluno(a) é oferecido a atividade de orientação - Estágio em Ciência Política registrado como carga horária optativa (90 horas), cujo conteúdo corresponde ao acompanhamento das atividades de estágio realizadas pelos/as estudantes em diversas instituições, tanto públicas quanto privadas.

O plano de atividades do estágio será avaliado pelo(a) professor(a) orientador(a), que observará a compatibilidade entre ensino e o mundo do trabalho.

A Resolução IPOL 001/2014 trata das condições e requisitos para a realização do estágio não-obrigatório do curso de graduação em Ciência Política, em conformidade com a lei federal 11.788/2008 e a resolução do Decanato de Ensino de Graduação 104/2021.

Na situação de inexistência de agente de integração conveniado com a UnB, a empresa deverá celebrar convênio diretamente com a universidade nas modalidades de estágio não obrigatório.

O estagiário é avaliado conforme sua contribuição teórica e/ou prática, assiduidade e pontualidade, postura e adequação ao ambiente de trabalho, relacionamento com colegas, equipe e usuários, relacionamento e respeito com Professores(as) Orientadores(as) e Supervisores(as), pró atividade, compromisso e responsabilidade, participação e organização na realização das atividades desenvolvidas.

O(a) estudante poderá, excepcionalmente, cumprir jornada de Estágio superior a 30 (trinta) horas semanais, não mais que 40 (quarenta) horas, resguardados os limites e os requisitos legais, desde que não esteja cursando componentes curriculares presenciais obrigatórios, optativos e/ou módulo livre nos horários dedicados às atividades de Estágio.

Atividades Complementares

As atividades complementares contribuem para a aquisição do conhecimento e para o processo de formação do(a) estudante. No Curso de Ciência Política, as atividades complementares não são obrigatórias, cabendo assim, ao(à) estudante do curso optar pela realização dessas atividades ou não. A quantidade máxima definida como atividades complementares durante a realização do curso, corresponde a 30 horas.

A inserção das atividades complementares será feita por meio do lançamento direto no histórico do(a) estudante como horas complementares, ou seja, o ganho é somente qualitativo e não quantitativo, pois essas horas não são integralizadas na carga horária do histórico escolar, ou seja, não contemplam a carga horária obrigatória e nem a carga horária optativa. São consideradas complementares, as seguintes atividades: participação em projeto de iniciação científica sob orientação de docente; em projeto de pesquisa, sob orientação de docente; em atividades de extensão universitária com reconhecimento institucional; e em eventos científicos relacionados à área de Ciência Política ou a áreas afins; como ouvinte ou na forma de apresentação de trabalhos. Não serão reconhecidas como complementares, as atividades que já foram contabilizadas para fins de integralização de carga horária obrigatória de extensão; cursos de línguas e/ou de informática; e disciplinas cursadas em outras Instituições de Ensino Superior. Os estudantes que tiverem interesse por essa formação e tiverem realizado as atividades definidas como complementares, podem requerer as horas complementares por meio de formulário próprio divulgado e disponibilizado pelo IPOL, com a apresentação da documentação necessária, de acordo com período previsto pelo calendário universitário de graduação da UnB. As solicitações serão analisadas por docente designado(a) pelo NDE para este fim.

2.6.3 Articulação Ensino, Pesquisa e Extensão

O Curso de Ciência Política tem seu desenvolvimento pautado pelo princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

O Curso se caracteriza pelo compromisso com a formação de pesquisadores(as), pois é importante oferecer aos(às) alunos(as) de graduação a possibilidade de envolvimento em atividades de pesquisa. Para tanto, as atividades acadêmicas oportunizam o envolvimento em estudos de natureza teórica, aplicada e no campo metodológico. Busca-se incentivar a participação discente nas disciplinas de pesquisa, ainda como em projetos de Iniciação Científica, geralmente vinculadas aos grupos de pesquisa do IPOL, compostos por pesquisadores(as) em formação de diversos níveis: graduação, mestrado ou doutorado.

Visando à integração, atividades de extensão são igualmente incentivadas pela coordenação e por professores(as) de acordo com as respectivas áreas de interesse e atuação. No IPOL, além das atividades de extensão, os alunos têm a oportunidade de participar dos projetos de extensão, tais como o Politeia e o projeto Política na Escola.

Nesta articulação entre ensino, pesquisa e extensão, também são incentivadas a participação em encontros, congressos e conferências relevantes voltados à área da Ciência Política.

2.6.3.1 Trabalho de Conclusão do Curso (TCC)

As instruções dos Trabalhos de Conclusão de curso estão previstas no Regulamento do TCC do Bacharelado em Ciência Política disponibilizado no site institucional. O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é obrigatório para a conclusão do Curso de Ciência Política.

No atual PPC, o TCC deve ser desenvolvido através de duas disciplinas, sendo elas: Monografia em Ciência Política I (30 horas) que é referente a elaboração do pré-projeto; e a Monografia em Ciência Política II (60 horas) que está relacionada a apresentação e depósito do projeto final. No novo PPC, o corpo discente, poderá escolher entre o formato tradicional de monografia e a produção de um artigo científico. Em ambos os formatos os(as) estudantes irão cursar as disciplinas de Seminários de Trabalho de Conclusão do Curso (STCC – 60 horas) que substitui Monografia em Ciência Política I e Trabalho de Conclusão do Curso (TCC - 60) que substitui Monografia em Ciência Política II. A primeira disciplina terá foco no projeto de pesquisa a ser desenvolvido a partir de uma revisão teórico-metodológica, definição do tema e estrutura científica a ser desenvolvida e apresentada no último semestre do curso.

O TCC deverá, obrigatoriamente, ser realizado individualmente e na forma de monografia ou de artigo científico. O TCC, em seus aspectos formais, deverá seguir as regras de citação e formatação da ABNT e conforme modelo adotado pela Universidade de Brasília.

Para o desenvolvimento do TCC, o aluno deve ter um(a) professor(a) orientador(a), cujo nome deve estar listado na lista de oferta das disciplinas de TCC. Após a aprovação prévia do(a) professor(a) orientador(a), o TCC será avaliado pelo(a) próprio(a) orientador(a). É facultado(a) ao(à) orientador(a), em comum acordo com o(a) orientando(a) a co-orientação do TCC por outro(a) professor(a) do IPOL, da Universidade de Brasília ou de outras Instituições de Ensino Superior, além de especialistas com conhecimento especializado no objeto de estudo investigado e que possuam título de doutorado, mesmo que não atuem como professor(a) no sistema educacional.

O TCC deverá versar sobre assunto relacionado às áreas do curso de graduação em Ciência Política e explorar uma pergunta de pesquisa com implicações teóricas e/ou empíricas. Isso significa que a monografia ou artigo científico obrigatoriamente deverá se engajar em debate com a literatura teórica existente, com trabalhos anteriores sobre o mesmo tema já publicados (incluindo monografias, dissertações e teses).

Os trabalhos finalizados são disponibilizados no Repositório Institucional administrado pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília. Todos os conteúdos estão disponíveis publicamente, e por estarem amplamente acessíveis proporcionam maior visibilidade e impacto na produção científica da instituição.

2.6.3.2 Programas de Iniciação Científica e Pesquisa

As ações de articulação entre ensino, pesquisa e extensão também buscam promover o ingresso de seus estudantes em programas de iniciação científica. Esta ação coaduna com as diretrizes da UnB relacionadas à implementação de uma política de pesquisa e formação de perfil de pesquisador nos cursos de graduação, propiciando a articulação da graduação com projetos de pesquisa, com vistas ao qualificado acesso de estudantes a

programas de pós-graduação. O IPOL participa do Programa de Iniciação Científica da UnB (ProIC), tendo seus docentes orientado pesquisas de iniciação científica em variadas temáticas. Um conjunto expressivo de docentes do IPOL são líderes e/ou pesquisadores com posição de relevância em grupos de pesquisa da UnB e outros centros acadêmicos.

2.6.4 Matriz Curricular e Disciplinas do Curso

2.6.4.1 Matriz Curricular

De acordo com o Artigo 72 do Regimento Geral da UnB, “as matérias dos currículos dos cursos regulares são ministradas na forma de disciplinas ofertadas nos períodos letivos previstos no calendário acadêmico, estabelecido pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão”. O parágrafo único deste artigo estabelece: “entende-se por disciplina o conjunto de estudos e de atividades correspondentes a um programa de ensino, com um mínimo prefixado de horas”. O Artigo 75 desse Regimento estabelece que o “controle da integralização curricular é feito pelo sistema de créditos, correspondendo 1 (um) crédito a 15 (quinze) horas-aula”.

Com a nova matriz curricular do Curso de Ciência Política a quantidade de integralização de créditos/horas-aula passa de 178/2670 para 176/2640 créditos, sendo que os créditos de disciplinas obrigatórias passam de 88/1320 para 94/1410, os créditos de disciplinas das cadeias de seletividade mudam de 32/480 para 28/420, de optativas passam de 34/510 para 12/180 e os créditos de módulo livre permanecem sendo de 24/360, além das atividades de extensão que somam 18 créditos e 270 horas na forma de três disciplinas obrigatórias, constituindo, assim, uma mudança de carga horária total de 2670 horas para 2640 horas a serem integralizadas em oito períodos letivos. De acordo com o regulamento do curso os(as) alunos(as) deverão concluir o curso em um mínimo de seis e em um máximo de 12 períodos letivos ou semestres.

2.6.4.2 Disciplinas do Curso

As disciplinas são classificadas em obrigatórias (OBR), cadeias de seletividade, optativas (OPT) e de módulo livre (ML). O código especificado nas disciplinas refere-se ao sistema de registro de disciplinas da UnB, Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA).

Já a quantidade de créditos é discriminada em quatro valores, correspondentes à quantidade de créditos Teóricos, Práticos (laboratórios, experimentos, etc.), de Extensão (atividades realizadas interna e externamente à UnB) e de Estudos (horas de estudo/dedicação mínima necessária para o bom desenvolvimento das disciplinas). Cada crédito corresponde a uma carga horária de 15 horas, e a carga horária de cada disciplina é definida pela soma das cargas horárias de créditos teóricos e práticos.

A norma interna da UnB permite ao aluno cursar 24 créditos na modalidade Módulo Livre (ML), que inclui qualquer disciplina não-restrita ofertada pela universidade, conforme regulamentação apropriada.

Quadro de Disciplinas Excluídas ou Alteradas no Fluxo

DEPARTAMENTO	CÓDIGO	DISCIPLINA	CRÉDITO	MODALIDADE	STATUS
IPOL	POL0026	MONOGRAFIA EM CIÊNCIA POLÍTICA 1	4	OBR	DISCIPLINA EXCLUÍDA
IPOL	POL0086	MONOGRAFIA EM CIÊNCIA POLÍTICA 2	4	OBR	EQUIVALÊNCIA COM TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO
HIS	HIS0084	INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA HISTÓRIA	4	OBR	DE OBRIGATÓRIA PARA OPTATIVA
HIS	HIS0110	HISTÓRIA SOCIAL E POLÍTICA GERAL	4	OBR	DE OBRIGATÓRIA PARA OPTATIVA
IPOL	POL0080	MÉTODOS QUANTITATIVOS 1	4	OPT	DE OPTATIVA PARA OBRIGATÓRIA ou OBRIGATÓRIA-SELETIVA
IPOL	POL0082	ATIVIDADE DE EXTENSÃO 1	6	OPT	DE OPTATIVA PARA OBRIGATÓRIA
IPOL	POL0083	ATIVIDADE DE EXTENSÃO 2	6	OPT	DE OPTATIVA PARA OBRIGATÓRIA
IPOL	POL0068	PESQUISA EM COMPORTAMENTO POLÍTICA 1	4	OPT	DISCIPLINA EXCLUÍDA
IPOL	POL0110	PESQUISA EM COMPORTAMENTO POLÍTICA 2	4	OPT	DISCIPLINA EXCLUÍDA
IPOL	POL0111	PESQUISA EM COMPORTAMENTO POLÍTICA 3	4	OPT	DISCIPLINA EXCLUÍDA
IPOL	POL0073	POLÍTICA E IDEOLOGIA	4	OPT	DISCIPLINA EXCLUÍDA
IPOL	POL0070	PESQUISA EM POLÍTICA PÚBLICA E GOVERNABILIDADE	4	OPT	DISCIPLINA EXCLUÍDA
IPOL	POL0028	INFORMÁTICA EM CIÊNCIA POLÍTICA	4	OPT	DISCIPLINA EXCLUÍDA
IPOL	POL0050	MUDANÇA POLÍTICA NO BRASIL	4	OPT	DISCIPLINA EXCLUÍDA
IPOL	POL0047	ESTRUTURA DO PODER NO BRASIL	4	OPT	DISCIPLINA EXCLUÍDA
IPOL	POL0078	TEORIA DA ESCOLHA PÚBLICA	4	OPT	DISCIPLINA EXCLUÍDA
IPOL	POL0052	SEMINÁRIO SOBRE O BRASIL CONTEMPORÂNEO	4	OPT	DISCIPLINA EXCLUÍDA
IPOL	POL0010	HISTÓRIA SOCIAL E POLÍTICA LATINO-AMERICANA	4	OPT	DISCIPLINA EXCLUÍDA
IPOL	POL0076	POLÍTICA E FILOSOFIA	4	OPT	DISCIPLINA EXCLUÍDA
IPOL	POL0002	IDENTIDADE NACIONAL E NACIONALISMO	4	OPT	DISCIPLINA EXCLUÍDA

Quadro de Disciplinas Novas ou Reformuladas no Fluxo

DEPARTAMENTO	CÓDIGO	DISCIPLINA	CRÉDITO	MODALIDADE	STATUS
IPOL		INSTITUIÇÕES POLÍTICAS	4	OBR	DISCIPLINA NOVA
IPOL		POLÍTICA COMPARADA	4	OBR	DISCIPLINA NOVA
IPOL		METODOLOGIA DE PESQUISA EM CIÊNCIA POLÍTICA	4	OBR	DISCIPLINA NOVA
IPOL		MÉTODOS QUALITATIVOS 1	4	Cadeia de Seletividade	DISCIPLINA NOVA
IPOL		MÉTODOS QUALITATIVOS 2	4	Cadeia de Seletividade	DISCIPLINA NOVA
IPOL		DIFUSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E CONSTITUIÇÕES	4	Cadeia de Seletividade	DISCIPLINA NOVA

IPOL		PODER JUDICIÁRIO E POLÍTICA	4	Cadeira de Seletividade	DISCIPLINA NOVA
IPOL		INTERNET E POLÍTICA	4	Cadeira de Seletividade	DISCIPLINA NOVA
IPOL		ELEIÇÕES E MARKETING POLÍTICO	4	Cadeira de Seletividade	DISCIPLINA NOVA
IPOL		Atividade de Extensão 3	6	OBR	DISCIPLINA NOVA
IPOL		SEMINÁRIOS DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO	4	OBR	DISCIPLINA NOVA
IPOL		TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO	4	OBR	DISCIPLINA NOVA EQUIVALÊNCIA COM MONOGRAFIA EM CIÊNCIA POLÍTICA 2

2.6.5 Novo fluxograma do curso

Novo fluxograma do curso de Ciência Política

1º SEMESTRE				
DEPARTAMENTO	CÓDIGO	DISCIPLINA	CRÉDITO	MODALIDADE
IPOL	POL0033	TEORIA POLÍTICA CLÁSSICA	4	OBR
IPOL	POL0011	INTRODUÇÃO À CIÊNCIA POLÍTICA	4	OBR
SOCIOLOGIA	SOL0042	INTRODUÇÃO À SOCIOLOGIA	4	OBR
ANTROPOLOGIA	DAN0022	INTRODUÇÃO À ANTROPOLOGIA	4	OBR
ECONOMIA	ECO 0019	INTRODUÇÃO À ECONOMIA	4	OBR
2º SEMESTRE				
DEPARTAMENTO	CÓDIGO	DISCIPLINA	CRÉDITO	MODALIDADE
IPOL	POL0012	TEORIA POLÍTICA MODERNA	4	OBR
IPOL	POL0017	POLÍTICA BRASILEIRA 1	4	OBR
IRI	IRI0013	INTRODUÇÃO AO ESTUDO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	4	OBR
DIREITO	FDD0006	INTRODUÇÃO AO DIREITO 1	4	OBR
ECONOMIA	ECO0023	FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL	4	OBR
3º SEMESTRE				
DEPARTAMENTO	CÓDIGO	DISCIPLINA	CRÉDITO	MODALIDADE
IPOL	POL0013	TEORIA POLÍTICA CONTEMPORÂNEA	4	OBR
IPOL	POL0032	POLÍTICA BRASILEIRA 2	4	OBR
IPOL		INSTITUIÇÕES POLÍTICAS	4	OBR
ESTUDOS LATINO-AMERICANOS	ELA0117	INTRODUÇÃO ÀS CIÊNCIAS SOCIAIS LATINO-AMERICANAS	4	OBR
ESTATÍSTICA	EST0019	ESTATÍSTICA APLICADA	6	OBR
4º SEMESTRE				

DEPARTAMENTO	CÓDIGO	DISCIPLINA	CRÉDITO	MODALIDADE
IPOL	POL0055	FUNDAMENTOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS	4	OBR
IPOL		POLÍTICA COMPARADA	4	OBR
IPOL	POL0037	PARTIDOS POLÍTICOS e SISTEMAS ELEITORAIS	4	OBR
IPOL		METODOLOGIA DE PESQUISA EM CIÊNCIA POLÍTICA	4	OBR
IPOL	POL0082	ATIVIDADE DE EXTENSÃO 1	6	OBR
5º SEMESTRE				
DEPARTAMENTO	CÓDIGO	DISCIPLINA	CRÉDITO	MODALIDADE
IPOL	POL0030	ANÁLISE POLÍTICA	4	OBR
IPOL		MÉTODOS QUALITATIVOS 1*	4	OBR
IPOL	POL0080	MÉTODOS QUANTITATIVOS 1*	4	OBR
IPOL	POL0083	ATIVIDADE DE EXTENSÃO 2	6	OBR
6º SEMESTRE				
DEPARTAMENTO	CÓDIGO	DISCIPLINA	CRÉDITO	MODALIDADE
IPOL	POL0029	TÉCNICAS DE PESQUISA EM CIÊNCIA POLÍTICA	4	OBR
IPOL		ATIVIDADE DE EXTENSÃO 3	6	OBR
7º SEMESTRE				
DEPARTAMENTO	CÓDIGO	DISCIPLINA	CRÉDITO	MODALIDADE
IPOL		SEMINÁRIOS DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO	4	OBR
8º SEMESTRE				
DEPARTAMENTO	CÓDIGO	DISCIPLINA	CRÉDITO	MODALIDADE
IPOL		TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	4	OBR

* É facultado(a) ao(à) estudante a escolha da disciplina Métodos Qualitativos 1 ou Métodos Quantitativos 1 ou ambas as disciplinas.

2.6.5.1 Demonstrativo das principais diferenças entre o currículo vigente e o proposto

A proposta de reforma curricular do curso de ciência política tomou como base dois princípios norteadores. O primeiro deles é ancorado no legado do Professor Darcy Ribeiro e tem como foco manter a formação intelectual a partir de uma visão interdisciplinar. O segundo, objetiva formar um(a) cientista político(a) detentor(a) de conhecimento avançado no campo metodológico, ferramenta essencial para o avanço do conhecimento dos fenômenos do sistema político. Tais princípios foram eleitos após análise criteriosa do currículo vigente onde foram identificados pontos que indicaram a necessidade de ajustes na organização didático-pedagógica do curso. Primeiramente observou-se que a atual estrutura curricular é bastante flexível e permite que o(a) estudante obtenha mais horas de formação em outros cursos em comparação ao próprio curso do IPOL numa

relação de 54,5% versus 45,5%, respectivamente. Outro dado que chamou a atenção é que o curso possui apenas nove disciplinas de conteúdo obrigatório, excetuando-se as duas disciplinas de monografia voltadas para orientação do TCC. Ao mesmo tempo, o curso também possui dez disciplinas obrigatórias de outros departamentos. Buscando dar mais ênfase à área da ciência política, a presente proposta buscou preservar a interface com a universidade e com outros saberes, mas, ao mesmo tempo definiu como fundamental um maior tempo de dedicação dos(as) estudantes ao IPOL. No novo currículo os calouros terão no início das atividades um maior contato com os(as) docentes da ciência política, uma vez que algumas disciplinas obrigatórias de outros cursos foram alteradas para optativas ou realocadas para semestres subsequentes. Pela proposta o número de disciplinas obrigatórias de conteúdo do IPOL é o dobro comparado aos demais cursos. Assim, o fluxo de formação teórico-conceitual em ciência política passa a contar com duas disciplinas centrais, instituições políticas e política comparada, conteúdos fundamentais do campo de estudos. A relação das horas de formação foi assim invertida para 56,4% e 43,6%, o que permite preservar a interdisciplinaridade, mas garante maior proximidade do corpo discente com as disciplinas do curso. Um aspecto central da reforma do PPC é a definição de um fluxo de formação metodológica, inexistente até o presente momento. Foi identificada apenas uma disciplina de metodologia, denominada Técnicas de Pesquisa. Assim, o IPOL passa a oferecer um fluxo metodológico sólido e continuado a partir de um encadeamento de disciplinas com início no quarto semestre via a disciplina metodologia de pesquisa em ciência política, seguida de métodos quantitativos ou qualitativos (quinto semestre), técnicas de pesquisa (sexto semestre) e seminários de TCC (sétimo semestre).

Em complemento, um grupo de novas disciplinas seletivas foram criadas para contemplar as temáticas do judiciário e do sistema de justiça, eleições e marketing político, difusão de políticas públicas e constituições, internet e política e métodos qualitativos avançados. O aspecto interdisciplinar também se mantém a partir da continuidade da oferta de disciplinas obrigatórias e seletivas de outros departamentos. Com base em um consenso entre o corpo docente e discente o TCC foi flexibilizado passando a ser possível também a produção de artigo científico orientado para publicação científica. Em síntese, o PPC do IPOL objetiva oportunizar um fluxo de formação que compreende primeiramente o conhecimento teórico introdutório e interdisciplinar, seguido de um aprofundamento teórico nos temas da ciência política e complementado pelo domínio de técnicas de pesquisa aplicadas aos fenômenos do sistema político nacional e internacional.

Em consonância com as diretrizes curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena (Lei nº 11.645, de 10/03/2008; Resolução CNE/CP nº 01, de 17/06/2004), destacam-se as seguintes disciplinas da cadeia de seletividade:

- Política e Antirracismo
- Pensamento Político Negro

Além disso, pode-se considerar as disciplinas de caráter seletivo que tratam da questão de gênero:

- Gênero e Política
- Teoria Política Feminista

Vale ressaltar que o conteúdo de tais disciplinas antes era oferecido na modalidade Tópicos Especiais em Ciência Política. Para o cumprimento do Decreto N° 5.626/2005, que trata da inclusão da disciplina de Libras nos currículos dos cursos de Bacharelado, o IPOL oferta três disciplinas optativas de Libras por meio do Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas (LIP). A estrutura curricular busca garantir a interdisciplinaridade entre os conteúdos presentes tanto nas disciplinas obrigatórias como nas optativas. Os conteúdos aprendidos durante o curso são articulados a partir do encadeamento das disciplinas e por meio dos grupos de pesquisa, projetos de extensão e mais intensivamente na experiência do TCC, onde o corpo estudantil simula ou exerce na prática atividades de análise política.

Por fim, é importante ressaltar a incorporação das atividades de extensão que passam a ocupar 10,2% da carga-horária, além da diminuição do número total de disciplinas para a conclusão do curso, que de 44 passa a ser de 39. Os quadros sínteses abaixo demonstram as principais diferenças entre o atual currículo e o currículo proposto.

Quadro Síntese: Delimitação Curricular, Créditos e Carga-horária do Atual PPC

Conteúdo Curricular	Total de Créditos	Carga-Horária	% sobre o total
Conteúdos Obrigatórios	88	1320	49,5
Disciplinas Teóricas	82	1230	46,0
Monografia em Ciência Política 1 e 2	6	90	3,5
Conteúdos Optativos	90	1350	50,5
Disciplinas Optativas	66	990	37,0
Disciplinas do Módulo Livre	24	360	13,5
Total	176	2640	100
Conteúdos Complementares*	12	180	-
Disciplinas da Extensão*	12	180	-

*A carga-horária das atividades complementares de extensão é opcional para os(as) estudantes e são contabilizadas nos conteúdos optativos, limitados a 180 horas.

Quadro Síntese: Delimitação Curricular, Créditos e Carga-horária do Novo PPC

Conteúdo Curricular	Total de Créditos	Carga-Horária	% sobre o total
Conteúdos Obrigatórios	112	1680	63,64
Disciplinas Teóricas	90	1350	51,14
Disciplinas da Extensão	18	270	10,23
Trabalho de Conclusão do Curso (TCC)	4	60	2,27
Conteúdos Optativos	64	960	36,36
Disciplinas Optativas	40	600	36,36
Disciplinas do Módulo Livre	24	360	13,64
Total	176	2640	100,00

Conteúdos Complementares*	2	30	-
Atividades Complementares*	2	30	-

*A inserção das atividades complementares será feita por meio do lançamento direto no histórico do(a) estudante como horas complementares, ou seja, o ganho é somente qualitativo e não quantitativo, pois essas horas não são integralizadas na carga horária do histórico escolar, ou seja, não contemplam a carga horária obrigatória e NEM a carga horária optativa.

2.7 Metodologia

As metodologias de ensino e de aprendizagem do Curso de Ciência Política estão fundamentadas nos princípios da ética do conhecimento, da participação e da coresponsabilização entre docentes e discentes, tendo como horizonte a construção de capacidades de compreensão da realidade em âmbito nacional e internacional, bem como as especificidades locais e regionais.

Ao longo do curso são(serão) abordadas diversas metodologias e técnicas de ensino e de aprendizagem. A formação metodológica estudantil tem início com a apresentação das temáticas centrais da ciência política, principalmente a descrição do papel do Estado e da Sociedade. Em seguida se explora o arcabouço teórico-conceitual que analisa o comportamento de atores e instituições governamentais e não-governamentais. Seguindo o fluxo do conhecimento, são ofertadas ao corpo estudantil noções avançadas das partes integrantes da estrutura de uma pesquisa científica. As aulas de desenho de pesquisa ensinam como identificar fenômenos, escolha de marco teórico, definição do problema e hipótese relacionados ao objeto, recorte temporal e emprego de métodos mistos ou de técnicas quantitativa ou qualitativa. Portanto, a leitura e compreensão do conteúdo bibliográfico e a interação com docentes e discente é essencial. Tal dinâmica possibilita o desenvolvimento cognitivo do problema estudado e posterior apreensão de capacidade crítica dos elementos empíricos, os quais podem ser alcançados por meio de trabalho de campo visando a coleta de dados primários ou por meio de pesquisa em fontes institucionais objetivando a seleção de dados secundários. Este aprendizado metodológico, portanto, está baseado em uma visão holística de formação que privilegia a fundamentação teórica, aprendizado de conceitos, relação teoria-empíria e um mix entre as abordagens clássica e contemporânea. O corpo discente é assim qualificado para construir pesquisas teórica e aplicada, de estudos de caso e de análise comparativa. A autonomia discente é também privilegiada na medida em que alguns estudantes buscam uma interação interdisciplinar e aproximam os postulados epistemológicos da ciência política com outras áreas de conhecimento gerando como resultado prático pesquisa monográfica ou artigo científico baseados em teorias das relações internacionais, direito, economia, sociologia, antropologia, administração pública, etc.

Na atual proposta do PPC, destaca-se que o estudo científico da política estará acompanhado de novas metodologias e métodos como experimentos na ciência política, análise comparativa qualitativa, estudo da ciência de dados digitais por meio de inteligência artificial e processamento de linguagem natural. O modelo didático-pedagógico do curso continuará a garantir a adoção de múltiplas abordagens de atividades de ensino e de aprendizagem, com ênfase em uma reflexão crítica e comparada do sistema político nacional. Este percurso de formação acadêmica qualifica o estudante para o conhecimento teórico, conceitual, empírico e metodológico. Como um instrumento de avaliação do aprendizado discente ao final do curso o estudante desenvolve uma

monografia que irá explorar uma pergunta de pesquisa com implicações teóricas e/ou empíricas a partir de uma revisão da literatura. No tocante às inovações e visando aprendizagens diferenciadas informa-se que o novo PPC possibilitará a produção de artigos científicos como um resultado do TCC. O objetivo é estimular a formação metodológica avançada em termos da construção de um conhecimento científico que atinja a comunidade acadêmica nacional e internacional por meio da publicação dos resultados da pesquisa em periódicos nacionais e estrangeiros que possuam avaliação positiva no Qualis CAPES.

2.8 Tecnologia de informação e comunicação – TICs no processo ensino-aprendizagem

O Centro de Educação a Distância (CEAD/UnB) tem apoiado o desenvolvimento de projetos e disciplinas de graduação que usem as tecnologias de informação e comunicação para o desenvolvimento de um ensino inovador. Dentre seus manuais e instruções, estão reunidas mais de 100 sugestões de softwares, aplicativos e outras ferramentas para o desenvolvimento de sua aula ou curso, seja presencial ou a distância. Podemos destacar, instruções para elaboração de animações digitais, apresentações visuais, gravação de Podcast, gravações de videoaulas, programação, publicações eletrônicas, questionários, realidade aumentada – 360°, segurança e Web videoconferência.

A secretaria de Tecnologia da Informação é o órgão complementar responsável por viabilizar soluções de tecnologia da informação que promovam a disponibilidade, integridade, confiabilidade e autenticidade das informações dos ativos relacionados aos sistemas informatizados da Universidade de Brasília.

A Biblioteca central (BCE) também disponibiliza diversos serviços digitais de amplo acesso, como por exemplo: Biblioteca digital e sonora, repositório institucional, Biblioteca digital da Produção Intelectual Discente, Biblioteca digital de Coleções especiais, Portal de Periódicos, Portal de livros, Portal de Conferências, Repositório de informações Administrativas.

Além dos serviços digitais, a BCE também possibilita o acesso a bases de dados, como por exemplo: Portal de Periódicos da Capes, Best Practice, Jstor, ProQuest, SciVal, Fontes de Informação de acesso Livre. Com relação a bases de ebook podemos citar: Biblioteca Virtual da Pearson, Minha Biblioteca, Early European Books, Early english Books Online, Ebook Central, etc.

Os estudantes têm acesso gratuito à suíte de aplicativos Microsoft Office 365 Educacional - versão nuvem. A ferramenta permite acesso em qualquer máquina, por meio de rede de internet. Dentre as funcionalidades, podemos citar os serviços: Teams, Word, Excel e Power Point e OneDrive.

A UnB utiliza o ambiente virtual de aprendizagem que é um sistema ou aplicação que coleciona recursos e ferramentas voltados ao ensino-aprendizagem on-line. Quaisquer que sejam eles, tanto alunos quanto professores estarão cobertos por uma estrutura que permite a disponibilização de conteúdo, entrega e avaliação de trabalhos, bem como o acesso a todo o rendimento obtido durante um curso, por exemplo. A plataforma Aprender 3 é direcionado aos alunos de graduação e pós-graduação dos campi: Asa Norte, Ceilândia,

Gama e Planaltina.

2.9 Procedimentos de acompanhamento e de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem

A avaliação de aprendizagem deverá ser baseada nos seguintes princípios:

Adoção de procedimentos de avaliação contínua e cumulativa, de forma a permitir o acúmulo gradual de conhecimento aos estudantes e garantir eficiência e rapidez nas intervenções que se mostrarem necessárias ao longo do processo;

Prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, mantendo um debate frequente no âmbito do colegiado de graduação e no NDE quanto à eficácia dos métodos avaliativos adotados;

Manutenção de diálogo permanente com os estudantes;

Utilização funcional do conhecimento, em que o estudante deve evidenciar a sua capacidade de aplicar os conhecimentos à situações concretas;

Planejamento, discussão e esclarecimento das atividades previstas em cada programa de disciplina com os estudantes, em conformidade com a concepção do curso definida no PPC;

Divulgação dos objetivos e das exigências de cada tarefa antes de sua avaliação;

Divulgação dos resultados e dos critérios de correção dos instrumentos de avaliação;

Apoio aos estudantes que apresentem dificuldades, por meio do auxílio integrado de professores e monitores, com horários de atendimento presencial ou remoto definidos previamente;

Incidência da correção dos erros mais importantes, atitudes e habilidades, estimulando a superação das dificuldades e estimulando a autoavaliação e,

Importância conferida às aptidões dos estudantes, aos seus conhecimentos prévios e ao domínio atual dos conhecimentos que contribuem para a construção do perfil profissional do egresso, sempre levando em conta as múltiplas possibilidades de atuação após a obtenção do diploma de graduação.

Avaliação das atividades acadêmicas e do estudante nas disciplinas:

As atividades acadêmicas dos alunos nas diversas disciplinas do curso são avaliadas de acordo com o que estabelece o Regimento Geral da Universidade de Brasília.

No Curso de Ciência Política, a avaliação da aprendizagem do aluno é feita individualmente ou de forma coletiva, principalmente, por meio de provas, apresentação de seminários, controles de leitura, fichamentos, artigos, ensaios, relatórios de pesquisa, projeto do TCC e o produto final na forma de TCC ou artigo científico.

No início de cada semestre letivo, o corpo docente distribui para os(as) alunos(as) o Plano de Ensino da disciplina, no qual é informada a quantidade e o tipo de cada instrumento de avaliação, bem como a composição de cada um desses instrumentos de avaliação para a nota final da disciplina, e ainda os critérios de avaliação específicos da disciplina. Ao final do semestre, a nota global obtida pelo aluno em cada disciplina é convertida em uma menção padrão estabelecida pela UnB.

As notas são lançadas através do sistema de menção, sendo: a) SS - Superior, para as

notas entre 9,0 e 10,0. b) MS - Médio Superior, para as notas entre 7,0 e 8,9. c) MM - Médio, para as notas entre 5,0 e 6,9. d) MI - Médio Inferior, para as notas entre 3,0 e 4,9. e) II - Inferior, para as notas entre 0,1 e 2,9. f) SR - Sem rendimento, para as notas zero.

Ao final de cada semestre letivo, com o apoio institucional da UnB, é realizada junto aos alunos a avaliação das disciplinas cursadas e dos/as professores/as que as ministraram. Alguns dos aspectos avaliados pelos/as alunos/as são: programa da disciplina, desempenho do/a professor/a, autoavaliação do/a aluno/a e satisfação com a disciplina e com o suporte à execução da disciplina. Esses dados coletados são tratados estatisticamente e depois enviados na forma de relatórios individuais por disciplina.

O processo de ensino-aprendizagem também se desenvolve em outras modalidades. A Atividade de Monitoria na Ciência Política exige uma grande demanda por parte dos/as alunos/as nas atividades de monitoria, especialmente para a disciplina de Introdução à Ciência Política, uma disciplina de serviço oferecida a vários cursos da UnB, e que envolve um significativo atendimento ao corpo discente universitários (cerca de 850 estudantes por semestre). Para tanto, seguimos um plano/programa unificado para todas as turmas, constituindo, dessa forma, o Projeto Unificado de Introdução à Ciência Política. A equipe de monitoria é coordenada por um docente do quadro efetivo do curso, que, conjuntamente à uma equipe de alunos/as que desempenham a função de tutores e monitores (sendo alguns bolsistas e outros voluntários), apoiam os/as docentes e estudantes em termos acadêmicos, na organização, correção de trabalhos e provas e também na logística das aulas.

Iniciação Científica: Os professores do IPOL, membros de vários grupos de pesquisa, participam do ProIC-UnB com o objetivo de formar os/as estudantes de graduação em técnicas e metodologias inerentes aos temas de seus respectivos projetos de pesquisa.

Mobilidade e Intercâmbio: o IPOL tem participado ativamente de programas de mobilidade e intercâmbio por meio de atividades de seus estudantes em projetos de outras universidades, bem como tem recebido estudantes de outras instituições para atividades similares desenvolvidas por docentes e grupos de pesquisa.

No que se refere às orientações do CNE, o IPOL segue as normativas gerais do MEC (Resoluções CNE/CES 492/2001 e CNE/CS 17/2002), pautando-se, portanto, por uma avaliação de aprendizagem que privilegia a progressão continuada em que prevalecem os aspectos qualitativos sobre os quantitativos direcionados à aquisição de capacidade intelectual formativa e somativa aplicados ao longo da carreira profissional. O IPOL tem utilizado vários mecanismos para garantir a natureza formativa da avaliação e, em consonância, implementado ações concretas visando o permanente aprimoramento do processo de ensino-aprendizagem, estes diretamente associados às avaliações realizadas. São exemplos dos procedimentos de avaliação adotados, o estudo de séries históricas com foco nos pontos a seguir descritos:

- i) desempenho geral do corpo discente no seguimento do fluxo curricular contemplando tanto as disciplinas obrigatórias do IPOL quanto às cursadas em outros departamentos;
- ii) indicadores de tempo de formação no curso;
- iii) taxa de disciplinas demandadas com aprovação e reprovação;
- iv) taxa da relação orientadores/as e orientandos/as;
- v) oferta e demanda por cursos de extensão;
- vi) participação em projetos voltados à pesquisa e produção científica;

- vii) formação prática em laboratório a partir de treinamento introdutório e avançado em técnicas quantitativas e qualitativas e
- viii) Avaliação discente do corpo docente.

Este conjunto de atividades são interpretados como um processo constante de ensino-aprendizagem que oportuniza aos/às estudantes o desenvolvimento de capacidade analítica tanto geral quanto especializada. Para garantir a natureza formativa dos/das docentes o IPOL aplica mecanismos de monitoramento das ações utilizando-se dos instrumentos de avaliação da UnB e instrumentos próprios como auto-avaliação, surveys e relatórios. Considera-se central o conjunto de indicadores da avaliação dos/as professores/as pelos/as estudantes para o aperfeiçoamento dos planos de ensino, adequação do conteúdo ofertado, uso de metodologia pertinente ao ensino aplicado, participação estimulada e orientada nas aulas e trabalhos e cumprimento da carga-horária, dentre outros pontos avaliativos. Estes resultados são analisados na forma individual por docentes, representação discente e na forma institucional pelo NDE e pelos colegiados e, assim, ajustes são propostos visando o aprimoramento das experiências acadêmicas.

2.10 Gestão do curso e os processos de avaliação interna e externa

A gestão do curso está diretamente associada à política de autoavaliação da UnB. Em consonância com o que determina o Tribunal de Contas da União (TCU), Controladoria Geral da União (CGU) e o Ministério do Planejamento, a gestão do IPOL ancora-se no modelo de governança da UnB, pautado precisamente por ações de integridade, mapeamento de riscos que impactam o trâmite de processos, controle e relacionamento com a sociedade. A gestão do curso tem frequentemente ativado e divulgados o uso dos canais de comunicação da universidade como ouvidoria, instâncias de serviço ao cidadão, órgãos recursais, redes sociais, UnB TV, Portal UnB, Revista Darcy e a Biblioteca Central. Do ponto de vista da estrutura organizacional o IPOL possui um colegiado com a seguinte composição: coordenador da graduação, da extensão e do projeto unificado de introdução à ciência política, NDE formado por pelo menos cinco professores do quadro efetivo, um representante discente indicado por seus pares e um técnico administrativo, também indicado por seus pares. As reuniões de colegiado são realizadas periodicamente ou em caráter extraordinário com o intuito de discutir o andamento do curso e encaminhamentos formais para seu funcionamento e atendimento de demandas gerais da universidade. O colegiado tem funcionado como espaço de debate de questões pertinentes ao curso e de diálogo permanente entre docentes, discentes e técnicos do curso.

Atribuições do Corpo Docente

Compete aos(às) professores(as) do Curso de Ciência Política elaborar o plano de ensino, pesquisa e extensão das disciplinas que ministra; supervisionar e coordenar a execução das atividades sob sua responsabilidade; reelaborar semestralmente o plano de ensino, pesquisa e extensão das disciplinas; adotar medidas que signifiquem aprimoramento e melhoria das atividades de ensino, pesquisa e extensão; participar em atividades de pesquisa e/ou extensão, em caráter coletivo ou individual; seleção e orientação de monitores; orientação de monografias de cursos de graduação e participação na gestão acadêmica e administrativa.

Além disso, os(as) professores(as) são estimulados a executar atividades de ensino em

cursos de pós-graduação Lato Sensu e Stricto Sensu; elaborar e coordenar projetos de pesquisa e extensão; orientar estudantes de pós-graduação e/ou bolsistas de iniciação científica ou aperfeiçoamento, bem como trabalhar para a consolidação de uma linha de pesquisa e de uma proposta teórico-metodológica em sua área de conhecimento.

Técnicos(as) Administrativos(as)

Os(as) técnicos(as) administrativos(as) são responsáveis pelos serviços gerais da secretaria e pelo apoio técnico, acadêmico e logístico aos(às) docentes e discentes do IPOL.

Participação e Representação discente

O corpo discente tem participação frequente nas reuniões de colegiado do IPOL e normalmente são indicados pelo Centro Acadêmico do Curso de Ciência Política (CAPOL) e formalmente comunicados para a Direção do IPOL. Para fins de atuação junto às instâncias administrativas e acadêmicas do IPOL e da Universidade, os(as) alunos(as) do IPOL são representados pelo CAPOL, cujos membros são escolhidos entre seus pares.

Avaliação

A Avaliação Institucional consiste no acompanhamento das atividades desenvolvidas na instituição de ensino dentro de uma abordagem construtiva, visando à análise e ao aperfeiçoamento do desempenho acadêmico. A Lei 10.861, de 14 de abril de 2004 implantou o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), constituindo-se como instrumento para o planejamento da gestão e desenvolvimento da educação, em articulação com as diretrizes da Comissão Nacional da Educação Superior (CONAES). Na UnB, a Comissão Própria de Avaliação (CPA) foi instituída para conduzir os processos de avaliação internas da instituição e realizar a sistematização das informações. A CPA elabora um Relatório de Auto avaliação Institucional, usado pela UnB para analisar suas ações, avaliar seus desafios e buscar mecanismos para servir melhor a comunidade. É um processo utilizado pela Universidade para reflexão coletiva e diagnóstica a respeito do conjunto de atividades institucionais, o que resulta em subsídios para a tomada de decisão e a definição de prioridades, bem como aprimoramentos e mudanças de trajetória. Adicionalmente, os institutos, faculdades e departamentos da Universidade recebem relatórios com resultados das pesquisas socioeconômicas relativas aos estudantes, evasão, avaliação das disciplinas e dos docentes feitas pelos discentes, entre outros. Tais informações são importantes para o acompanhamento e diagnóstico do curso dentro de um processo permanente de avaliação.

O NDE do curso de Ciência Política busca utilizar as informações disponibilizadas pela CPA, para conduzir os trabalhos de acompanhamento contínuo da estrutura curricular do curso, e para propor ações pedagógicas e administrativas de forma a atender e aprimorar o PPC. Fica assim então evidenciado que a comunidade acadêmica se apropria do resultado, sendo os impactos analisados pelo colegiado da graduação e considerados eventuais ajustes na gestão do curso. Por exemplo, estabelece-se um rodízio entre docentes que atuam na pós e na graduação em disciplinas obrigatórias de forma a garantir um regime de trabalho que garanta o bom equilíbrio da relação ensino-aprendizagem. Quanto às avaliações externas o IPOL é avaliado periodicamente pelo MEC via o sistema E-MEC por meio do processo de renovação de reconhecimento do curso.

Com relação as avaliações internas, podemos citar uma das funcionalidades do sistema acadêmico SIGAA, que permite que os discentes avaliem os docentes por meio de um instrumento oficial da Universidade, sendo possível avaliar o desempenho do professor, da disciplina, da infraestrutura e também sua própria autoavaliação.

Sobre temática, destaca-se as consultas periódicas realizadas anualmente pela CPA em parceria com a DAI/DPO, com foco na Comunidade Acadêmica, permitindo que todos os segmentos da Universidade deem suas avaliações sobre os processos e as ações desenvolvidas ano a ano pela Universidade de Brasília. Cabe mencionar, que a pesquisa contempla os cinco eixos de avaliação do Sinaes: Planejamento e Avaliação Institucional, Desenvolvimento Institucional, Políticas Acadêmicas, Políticas de Gestão e Infraestrutura Física.

O Decanato de Planejamento, Orçamento e Avaliação Institucional (DPO) divulga para toda a comunidade acadêmica seu anuário que dispõe sobre o ensino de graduação e pós-graduação, pesquisa, extensão, quadro de pessoal, ações comunitárias, além de informações sobre órgãos complementares, centros, assessorias, secretarias, unidades auxiliares, execução orçamentária e convênios. O documento retrata, por meio de gráficos e tabelas a evolução da Instituição no período de cinco anos.

A partir do ano de 2020, a Coordenação de Avaliação Institucional da DAI iniciou um trabalho de análise dos Conceitos Preliminares de Cursos e Conceito Enade dos cursos de Graduação da UnB. Essa análise permitiu identificar os principais pontos a serem observados pelos cursos no sentido de melhorarem seus escores em avaliações futuras. Trata-se de um trabalho personalizado e prospectivo que apresenta insumos importantes para melhoria de qualidade nos cursos.

As avaliações permitiram com que o Instituto de Ciência Política discutisse, através de seus respectivos Conselhos, Colegiados e Comissões, políticas para melhorar os parâmetros dos cursos de graduação e pós-graduação ofertados pelo IPOL. Os indicadores embasaram a criação de formulários de aquisição de equipamentos para os docentes, auxílios para participação em eventos tanto para discentes quanto para docentes, reformulação do novo currículo do curso de graduação de acordo com as necessidades do mercado de trabalho, além de proporcionar um dialogo mais próximo com as unidades superiores da Universidade de Brasília, responsáveis por propor medidas que abragem toda a Comunidade Acadêmica.

2.11 Ementas e bibliografias das disciplinas

DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS

Universidade de Brasília. Instituto de Ciência Política.
Curso: Introdução à Ciência Política – Código: POL0011.

EMENTA

Objetivo: Apresentar aos(às) estudantes os debates e conceitos fundamentais da Ciência Política, buscando relacioná-los, de forma crítica e referenciada, à atualidade global e brasileira.

Conteúdo: Conceitos de política, poder e violência; Formas de governo; Estado; Ideologias políticas; Representação política; Modelos de democracia; Neoliberalismo e pós-democracia; Pensamento feminista; Racismo e sexismo no Brasil; Cidadania no Brasil; Presidencialismo de coalizão; Temas contemporâneos da política brasileira.

Bibliografia Básica:

1. BOBBIO, Norberto. As Teorias das Formas de Governo. Brasília: Editora UnB, 1997.
Fonte: <https://bce.unb.br>
2. CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 7-13; 219-229.
Fonte: <https://bce.unb.br>
3. CARNOY, Martin. Estado e teoria política. Campinas, SP: Papirus, 2013.
Fonte: <https://bce.unb.br>
4. COSTA, Sérgio. Estrutura Social e Crise Política no Brasil. Dados [online]. 2018, vol.61, n.4, pp. 499-533.
Fonte: <https://www.scielo.br/j/dados/a/T7sNNKHBwkzqckLBcycsjcF/abstract/?lang=pt>
5. WEBER, Max. Ciência e política: duas vocações. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983.
Fonte: <https://bce.unb.br>

Bibliografia Complementar:

1. BALLESTRIN, Luciana. O debate pós-democrático no Século XXI. Revista Sul-Americana de Ciência Política, v. 4, pp. 149-164, 2018.
Fonte: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/rsulacp/article/view/14824>
2. GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984, p. 223-244.
Fonte:
https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584956/mod_resource/content/1/06%20-%20GONZALES%2C%20L%20%20A9lia%20-%20Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira%20%281%29.pdf
3. SADEK, Maria Tereza. Nicolau Maquiavel: O cidadão sem fortuna, o intelectual de virtù. in: Weffort, Francisco C. Os clássicos da Política, Vol 1. São Paulo: Editora Ática, 2001.
Fonte: <https://bce.unb.br>

Universidade de Brasília. Instituto de Ciência Política.
Curso: Teoria Política Clássica – Código: POL0033.

EMENTA

Objetivo: O curso tem como objetivo o estudo das instituições que, no final do século VI A.C, marcam o surgimento de uma comunidade de cidadãos, detentores de poder e do controle das decisões sob a égide da então nascente democracia ateniense. A instituição da polis, isto é, a cidade-Estado, reforça o vínculo entre a liberdade do homem grego - do cidadão- e as instituições do Estado. Essas condições são essenciais para o desenvolvimento da filosofia grega durante a era clássica.

Conteúdo: O curso contará com cinco unidades assim distribuídas: I. O nascimento da democracia Ateniense. II. Os Pré-Socráticos. III. Os clássicos do pensamento antigo. IV. Período helenístico e romano. V. A filosofia Medieval: patrística e escolástica.

Bibliografia Básica:

1. ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. Brasília: Editora UnB, 1985.
Fonte: <https://bce.unb.br>
2. MOSSÉ, Claude. *Atenas: a história de uma democracia*. Brasília: Editora UnB, 1979.
Fonte: <https://bce.unb.br>
3. PLATÃO. *Górgias*.
Fonte: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cv000034.pdf>
4. PLATÃO. *Apologia de Sócrates*.
Fonte: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cv000065.pdf>
5. AGOSTINHO, Santo. *A cidade de Deus*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.
Fonte: <https://bce.unb.br>
6. AQUINO, São Tomás de. *Onze Lições sobre a Virtude*. São Paulo: Editora Ecclesiae, 2019.
Fonte: <https://bce.unb.br>
7. ARISTÓTELES. *Política*. Brasília: Editora UnB 1997.
Fonte: <https://bce.unb.br>
8. BARNES, Jonathan. *Filósofos Pré-Socráticos*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
Fonte: <https://bce.unb.br>
9. CÍCERO, Marco Túlio. *Da República*. São Paulo: Edipro, 2021.
Fonte: <https://bce.unb.br>
10. CÍCERO, Marco Túlio. *Dos deveres*. São Paulo: Edipro, 2019.
Fonte: <https://bce.unb.br>
11. PLATÃO. *A República*. Brasília: Editora UnB, 1996.
Fonte: <https://bce.unb.br>
12. POLÍBIO. *História*. Brasília: Editora UnB, 1985.
Fonte: <https://bce.unb.br>

Bibliografia Complementar:

1. CHAUI, Marilena. *Introdução à História da Filosofia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
Fonte: <https://bce.unb.br>
2. COULANGES, Fustel de. *A Cidade Antiga*. São Pulo: Martins Fontes, 2004.
Fonte: <https://bce.unb.br>
3. VERNANT, Jean Pierre. *As Origens do Pensamento Grego*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009.
Fonte: <https://bce.unb.br>
4. BOBBIO, Norberto. *A Teoria das Formas de Governo*. Brasília: Edunb 1976.
Fonte: <https://bce.unb.br>
5. FINLEY, M.I. *O legado da Grécia*. Brasília: Editora UnB, 1998.
Fonte: <https://bce.unb.br>
6. KANTOROWICZ, E.H. *Os dois corpos do rei: um estudo sobre teologia política medieval*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

- Fonte: <https://bce.unb.br>
7. ROULAND, Norbert. Roma, Democracia Impossível? – os agentes do poder na urbe romana. Brasília: Editora UnB, 1997.
Fonte: <https://bce.unb.br>
 8. RUSSELL, Bertrand. *História da Filosofia Ocidental*. São Paulo: Editora Nacional, 1982.
Fonte: <https://bce.unb.br>

Universidade de Brasília. Instituto de Ciência Política.
Curso: Teoria Política Moderna – Código: POL0012.

EMENTA

Objetivo

O curso tem como objetivo geral introduzir o leitor nos temas fundamentais do pensamento político ocidental, nucleados em torno da gênese e construção do Estado Moderno. A partir desse objetivo, disciplina busca oferecer uma visão panorâmica do pensamento e da doutrina dos principais autores que contribuíram para a formação do pensamento político entre o século XVI até o início do século XX.

Conteúdo: Século XVI: Maquiavel; Século XVII: Hobbes e Locke; Século XVIII: Montesquieu, Rousseau, O Federalista. Século XIX: Tocqueville, Marx.

Bibliografia Básica:

1. MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*.
Fonte: <https://bce.unb.br>
2. HOBBS, Thomas. *Leviatã ou Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil*.
Fonte: <https://bce.unb.br>
3. LOCKE, John. *Segundo tratado sobre o governo civil e outros escritos*.
Fonte: <https://bce.unb.br>
4. ROUSSEAU, Jean-Jacques. *O Contrato Social - princípios de Direito Político*.
Fonte: <https://bce.unb.br>
5. MONTESQUIEU, Charles-Louis. *O Espírito das Leis*.
Fonte: <https://bce.unb.br>
6. TOCQUEVILLE, Alexis de. *A democracia na América*.
Fonte: <https://bce.unb.br>
7. HAMILTON, MADISON e JAY. *O Federalista*.
Fonte: <https://bce.unb.br>
8. MARX, Karl; Friedrich ENGELS. *A Ideologia Alemã*.
Fonte: <https://bce.unb.br>

Bibliografia Complementar:

1. ARON, Raymond. *As etapas do pensamento sociológico*.
Fonte: <https://bce.unb.br>
2. WEBER, Max. *Economia e Sociedade*. Vol. 1. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
Fonte: <https://bce.unb.br>

3. WEFFORT, Francisco (organizador). *Os Clássicos da Política*. Volumes 1 e 2. São Paulo: Editora Ática.
Fonte: <https://bce.unb.br>

Universidade de Brasília. Instituto de Ciência Política.
Curso: Teoria Política Contemporânea – Código: POL0013.

EMENTA

Objetivo: Com o objetivo de apresentar uma visão compreensiva da área de ciência política, a disciplina apresenta uma grande diversidade de perspectivas e debates, privilegiando aqueles que influenciam os debates teóricos atuais.

Conteúdo: Racionalidade, Dominação e Burocracia. Política na Sociedade de Classe. Justiça. Multiculturalismo e Diferença. Democracia.

Bibliografia Básica:

1. WEBER, Max. *Economia e Sociedade*.
Fonte: <https://bce.unb.br>
2. CARNOY, Martin. Gramsci e o Estado. In: CARNOY, Martin. *Estado e Teoria Política*.
Fonte: <https://bce.unb.br>
3. RAWLS, John. *Uma Teoria da Justiça*.
Fonte: <https://bce.unb.br>
4. NOZICK, Robert. *Anarquia, Estado e Utopia*.
Fonte: <https://bce.unb.br>
5. FRASER, Nancy. Da Redistribuição ao Reconhecimento? Dilemas da Justiça na era Pós-Socialista. *Cadernos De Campo* (São Paulo - 1991), v. 15 n. 14-15, 2006.
Fonte: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v15i14-15p231-239>
6. SCHUMPETER, Joseph. *Capitalismo, socialismo e democracia*.
Fonte: <https://bce.unb.br>
7. PATEMAN, Carole. *Participação e teoria democrática*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
Fonte: <https://bce.unb.br>

Bibliografia Complementar:

1. DAHL, Robert A. *Poliarquia*.
Fonte: <https://bce.unb.br>
2. LÊNIN. *O Estado e a Revolução*.
Fonte: <https://bce.unb.br>
3. OKIN, Susan Moller. Gênero, o Público e o Privado. In: *Revista Estudos Feministas*, v.16, no. 2, May/Aug. 2008. (Tradução Flávia Biroli).
Fonte: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2008000200002>

Universidade de Brasília. Instituto de Ciência Política.
Curso: Instituições Políticas – Código:

EMENTA

Objetivo: A disciplina tem como objetivo apresentar o debate contemporâneo sobre

instituições políticas e sobre institucionalismos. Discutirá as diversas abordagens teóricas no estudo das instituições, além de cobrir a literatura comparada e nacional sobre distintas instituições políticas, como sistemas de governos, legislaturas e arranjos federativos.

Conteúdo: A evolução do institucionalismo na ciência política. Institucionalismo na tradição de Escolha Racional. Institucionalismo histórico. Mudança institucional. Sistemas de governo: presidencialismo, parlamentarismo e semi-presidencialismo. Presidencialismo de coalizão. Legislaturas e comportamento legislativo. Federalismo e bicameralismo. Capacidade Estatal. Instituições, Burocracia e Políticas Públicas.

Bibliografia Básica:

1. FIGUEIREDO, Argelina e LIMONGI, Fernando. Modelos de Legislativo: o Legislativo brasileiro em perspectiva comparada. *Plenarium*, ano 1, n.1, p. 41-56, 2004.
Fonte: <https://www.al.sp.gov.br/alesp/biblioteca-digital/obra/?id=20979>
2. HALL, Peter A.; TAYLOR, Rosemary CR. As três versões do neo-institucionalismo. *Lua Nova: revista de cultura e política*, p. 193–223, 2003.
Fonte: <https://www.scielo.br/j/ln/a/Vpr4gJNNdjPfnMPr4fj75gb/?format=html&lang=pt>
3. PERES, Paulo Sérgio. Comportamento ou instituições? A evolução histórica do neo-institucionalismo da ciência política. *Revista brasileira de ciências sociais*, v. 23, p. 53–71, 2008.
Fonte: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/XjdpGqs7MqJkhVKh3nPyrgb/abstract/?lang=pt>
4. STEPAN, Alfred. "Para uma nova análise comparativa do federalismo e da democracia: federações que restringem ou ampliam o poder do demos." *Dados* 42 (1999): 197-251.
Fonte: <https://www.scielo.br/j/dados/a/kzrq459v6W6YsfFBVZj8NBL/?stop=previous&format=html&lang=pt>
5. AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio. *Sistema Político Brasileiro: uma introdução*. 2. ed. São Paulo: Ed. Unesp, 2007.
Fonte: <https://bce.unb.br>

Bibliografia Complementar:

1. MARCH, J. G.; OLSEN, J. P. Neo-institucionalismo: fatores organizacionais na vida política. *Revista de Sociologia e Política*, v. 16, p. 121–142, 2008.
Fonte: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/KsVGKb7bRbRSSHWt7GXRfjS/abstract/?lang=pt>
2. TSEBELIS, G. Processo decisório em sistemas políticos: veto players no presidencialismo, parlamentarismo, multicameralismo e pluripartidarismo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 12, n. 34, p. 89–117, 1997.
Fonte: http://www.anpocs.com/images/stories/RBCS/34/rbcs34_06.pdf
3. ABERS, R. N.; KECK, M. E. *Autoridade prática: ação criativa e mudança institucional na política das águas do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2017. Fonte: <https://bce.unb.br>

Universidade de Brasília. Instituto de Ciência Política.
Curso: Política Comparada – Código:.

EMENTA

Objetivo: O curso tem o objetivo de introduzir o discente aos estudos comparados na área de Ciência Política, cobrindo algumas das principais agendas de pesquisa da área, bem como os métodos mais utilizados.

Conteúdo: Comparação e método comparado: porque e como comparar; comparação e análise estatística; análise comparativa qualitativa e inferência causal; estratégias de seleção de casos; definindo tipologias e conceitos. Autoritarismo e democratização: o debate comparado sobre regimes políticos; a teoria da modernização e seus críticos; transição e consolidação democrática. Cultura política: cultura cívica, capital social e pós-materialismo. Instituições e estabilidade democrática: modelos de democracia; presidencialismo, parlamentarismo e desempenho do governo. Clivagens políticas, sistemas eleitorais e partidos políticos: clivagens, estabilidade e mudança dos sistemas partidários; os sistemas eleitorais e seus efeitos.

Bibliografia Básica:

1. Mainwaring, Scott, and Matthew Shugart. "Juan Linz, presidencialismo e democracia: uma avaliação crítica." *Revista Novos Estudos* 37 (1993).
Fonte: <https://novosestudos.com.br/produto/edicao-37/>
2. Perissinotto, Renato. "Comparação, história e interpretação: por uma ciência política histórico-interpretativa." *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 28 (2013): 151-165.
Fonte: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/GF3pXGjJhVx7HPQBcwH5kkL/?lang=pt>
3. Lipset, Seymour M. *O Homem Político*. Rio de Janeiro, Zahar, 1969.
Fonte: www.bce.unb.br
4. Rennó, Lúcio. "Teoria da cultura política: vícios e virtudes." *BIB-Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais* 45 (1998): 71-92.
Fonte: <https://www.anpocs.com/index.php/bib-pt/bib-45/486-teoria-da-cultura-politica-vicios-e-virtudes/file>
5. Collier, David. 1993. "The comparative method." In: *Political Science: The State of Discipline II*, Ada W. Finifter, ed., American Political Science Association (1993).
Fonte: <https://escholarship.org/content/qt25v8z2xs/qt25v8z2xs.pdf>

Bibliografia Complementar:

1. Chilcote, Ronald H. *Teorias de Política Comparativa: A Busca de um paradigma reconsiderado*. Petrópolis: Vozes, 1998.
Fonte: www.bce.unb.br
2. Lijphart, Arend. *Modelos de democracia: desempenho e padrões de governo em 36 países*. Editora Record, 2003.
Fonte: www.bce.unb.br
3. Putnam, Robert D. 1994. *Comunidade e Democracia: A Experiência da Itália Moderna*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas.
Fonte: www.bce.unb.br

Universidade de Brasília. Instituto de Ciência Política.
Curso: Política Brasileira 1 – Código: POL0017.

EMENTA

Objetivo: Discutir os princípios da organização política brasileira, a partir da análise crítica dos eventos e instituições que se desenvolveram desde os primórdios da organização política e social no Brasil até o fim da Primeira República.

Conteúdo: Intérpretes da colonização e seus principais conceitos (Patriarcalismo e Patrimonialismo). Mandonismo, partidos políticos e poder local no Brasil. Movimentos de independência e as especificidades/limites do liberalismo no país. Escravidão, abolicionismo e seus efeitos na desigualdade. República, representação política e coronelismo. Pensamento e crítica autoritária à Primeira República.

Bibliografia Básica:

1. FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. 25ª Edição. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987 [1933].
Fonte: <https://bce.unb.br>
2. PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011 [1942].
Fonte: <https://bce.unb.br>
3. COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 2007 [1998].
Fonte: <https://bce.unb.br>
4. FERNANDES, Florestan (28/03). *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Globo, 2008 [1964].
Fonte: <https://bce.unb.br>
5. LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997 [1948].
Fonte: <https://bce.unb.br>

Bibliografia Complementar:

1. GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, 1984, p. 223-244.
Fonte: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/6969610/mod_resource/content/1/06%20-%20GONZALES%2C%20L%20%20A%20-%20Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira%20%281%29.pdf
2. CAMPANTE, Rubens Goyatá. O Patrimonialismo em Faoro e Weber e a Sociologia Brasileira. *Dados*, v. 46, n. 1, 2003, p. 153-193.
Fonte: <https://doi.org/10.1590/S0011-52582003000100005>
3. ALONSO, Angela. Abolicionismo como movimento social. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 100, p. 115-139, nov. 2014.
Fonte: <https://doi.org/10.1590/S0101-33002014000300007>

Universidade de Brasília. Instituto de Ciência Política.
Curso: Política Brasileira 2 – Código: POL0032.

Ementa

Objetivo: Estudar matrizes interpretativas da política brasileira, conjugadas à análise de aspectos históricos relevantes para sua compreensão. Promover a leitura e análise de autoras/es e obras que tratam das regularidades e das mudanças políticas ocorridas no país, sobretudo a partir da queda do regime do Estado Novo, em 1945. Discutir temáticas e problemas relevantes para a análise da democracia no Brasil contemporâneo.

Conteúdo: Identidade nacional e democracia. Autoritarismo e contestação. Populismo e política no Brasil. Golpe de 1964, repressão e a doutrina de segurança nacional. Transição e transitologia. Movimentos sociais e construção democrática. Modelos de desenvolvimento. Lulismo e alianças políticas pós 2002. Presidencialismo de coalizão. Representação política no Brasil.

Bibliografia Básica:

1. FREYRE, Gilberto. Casa Grande & Senzala. (várias edições).
Fonte: <https://bce.unb.br>
2. VIANNA, Oliveira. Instituições políticas brasileiras. Brasília: Senado Federal, 1999[1944]. Capítulo XIII: "O conteúdo ético da vida política brasileira".
Fonte: <https://bce.unb.br>
3. WEFORT, Francisco. O populismo na política brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. Capítulo 3; pp. 61-78.
Fonte: <https://bce.unb.br>
4. FICO, Carlos. "Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar." Revista brasileira de história 24 (2004): 29-60.
Fonte: <https://doi.org/10.1590/S0102-01882004000100003>
5. VITULLO, Gabriel E. "Transitologia, consolidologia e democracia na América Latina: uma revisão crítica." Revista de Sociologia e Política (2001): 53-60.
Fonte: <https://doi.org/10.1590/S0104-44782001000200006>

Bibliografia Complementar:

1. MACHADO, Maria das Dores Campos. "Pentecostais, sexualidade e família no Congresso Nacional." Horizontes Antropológicos 23 (2017): 351-380.
Fonte: <https://doi.org/10.1590/S0104-71832017000100012>
2. CAMPOS, Luiz Augusto; Carlos Machado. "A cor dos eleitos: determinantes da sub-representação política dos não brancos no Brasil." Revista Brasileira de Ciência Política (2015): 121-151.
Fonte: <https://doi.org/10.1590/0103-335220151606>
3. SACCHET, Teresa. "Capital social, gênero e representação política no Brasil." Opinião Pública 15.2 (2009): 306-332.
Fonte: <https://www.scielo.br/pdf/op/v15n2/02.pdf>

Universidade de Brasília. Instituto de Ciência Política.
Curso: Análise Política – Código: POL0030.

EMENTA

Objetivo: O objetivo da disciplina é proporcionar uma introdução aos modelos e métodos utilizados no campo da Análise Política, assim como desenvolver a clareza conceitual e o rigor analítico demandados para uma análise imparcial e objetiva (não tendenciosa) dos fatos políticos contemporâneos.

Conteúdo: Análise política na Escolha Racional. Racionalidade e Escolhas de Grupos. Escolha Coletiva. Modelos de Escolha Coletiva, Regra da Maioria. Modelos Espaciais de Regra da Maioria. Comportamento Estratégico. Voto e Sistemas eleitorais. Cooperação e Ação coletiva. Cooperação entre Atores. Bens Públicos e Externalidades. Parlamento e Governo (Max Weber). Instituições e Análise Racional. Legislaturas e Análise Racional. Burocracia Análise Racional. O Papel do Judiciário na Análise Racional. Presidência, Liderança e Parlamentarismo. Governo de Gabinete e Parlamentarismo na Análise Racional. Análise Racional do Governo Getúlio Vargas. Análise Racional do Governo Jânio Quadros. Análise Racional do 2º. Governo Vargas. Análise Racional do Governo Goulart Análise Racional do Impeachment de Collor. Análise Racional do Governo Lula. Análise Racional do Impeachment de Dilma. As Opções do Governo Temer na Análise Racional. Aplicabilidade do Modelo do Ator Racional.

Bibliografia Básica:

1. SHEPSLE, K. *Analysing Politics: Rationality, Behaviour and Institutions*. New York: W.W. Norton, 2010.
Fonte: <https://bce.unb.br>
2. GILL, Jeff. *Political Analysis*. Cambridge, Cambridge University Press, 2022.
Fonte: <https://bce.unb.br>
3. HAY, Colin. *Political Analysis: A Critical Introduction*.
Fonte: <https://bce.unb.br>
4. SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio a Castello (1930-64)*; tradução Berilo Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
Fonte: <https://bce.unb.br>
5. SKIDMORE, Thomas E. *BRASIL: DE CASTELO A TANCREDO 1964 – 1985*.
Fonte: <https://bce.unb.br>

Bibliografia Complementar:

1. AXELROD, Robert. *A Evolução da Cooperação*. São Paulo: Editora Moema, 2010.
Fonte: <https://bce.unb.br>
2. CARVALHO, B. *A Escolha Racional como Teoria Social e Política: Uma Interpretação Crítica*. Tese apresentada ao Instituto. Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro.
Fonte: <https://bce.unb.br>
3. DOBELLI, Rolf. *A Arte de Pensar Claramente*. São Paulo: Editora Objetiva, 2014.
Fonte: <https://bce.unb.br>

Universidade de Brasília. Instituto de Ciência Política.
Curso: Partidos Políticos e Sistemas Eleitorais – Código: POL0037.

EMENTA

Objetivo: Introduzir aos estudantes o debate sobre partidos políticos, com foco em distinguir os efeitos de diferentes sistemas eleitorais sobre a dinâmica partidária.

Conteúdo: Evolução histórica dos partidos políticos. Análise comparativa de sistemas partidários. Comparação dos sistemas eleitorais majoritários, proporcionais e "mistos".

Interação dos sistemas partidário e eleitoral. Evolução do sistema eleitoral e partidário no Brasil.

Bibliografia Básica:

1. BARDI, Luciano; MAIR, Peter. “Os parâmetros dos sistemas partidários”. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n.4 , p.227-253, jul/dez. 2010.
Fonte: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/1722>
2. KIRCHHEIMER, Otto. “A transformação dos sistemas partidários na Europa Ocidental”. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n7, 2012, p. 349-385.
Fonte: <https://doi.org/10.1590/S0103-33522012000100014>
3. AMARAL, Oswaldo. “O que sabemos sobre a organização dos partidos políticos: uma avaliação de 100 anos de literatura”. *Revista Debates*, v. 7, n. 2, p. 11-32, 2013.
Fonte: <https://doi.org/10.22456/1982-5269.38429>
4. REYNOLDS, Andrew; Ben Reilly; Andrew Ellis. *Electoral system design: The new international IDEA handbook*. International Institute for Democracy and Electoral Assistance, 2008.
Fonte: <https://www.idea.int/publications/catalogue/electoral-system-design-new-international-idea-handbook>
5. PAIVA, Denise; KRAUSE, Silvana; LAMEIRAO, Adriana Paz. “O eleitor antipetista: partidarismo e avaliação retrospectiva”. *Opinião Pública*. 2016, vol.22, n.3, pp.638-674.
Fonte: <https://doi.org/10.1590/1807-01912016223638>

Bibliografia Complementar:

1. RIBEIRO, Pedro Floriano. “Financiamento partidário no Brasil: propondo uma nova agenda de pesquisas”. *Sociedade e Cultura*, v. 12, n. 1, 2009, p 33-44.
Fonte: <https://doi.org/10.5216/sec.v12i1.5563>
2. PERES, Paulo; CARVALHO, Ernani. “Religando as arenas institucionais: uma proposta de abordagens multidimensionais nos estudos legislativos”. *Revista de Sociologia e Política*, v. 20, n. 43, p. 81-106, 2012.
Fonte: <https://doi.org/10.1590/S0104-44782012000300005>
3. MELO, Carlos Ranulfo. “Eleições presidenciais, jogos aninhados e sistema partidário no Brasil”. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 4, 2010, p.13-41.
Fonte: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/1702>

Universidade de Brasília. Instituto de Ciência Política.

Curso: Fundamentos de Políticas Públicas – Código: POL0055.

EMENTA

Objetivo: O curso tem o objetivo de apresentar os principais conceitos e modelos teóricos utilizados para descrever e analisar a área de políticas públicas.

Conteúdo: Descrição do sistema político e ambiente institucional. Gênese e evolução do campo de estudos. Conceitos, teorias e metodologias. Ciclo das políticas públicas: formulação, implementação, avaliação e processos de difusão. Modelos de análise aplicados ao caso do Brasil e da América Latina com ênfase na complexa relação entre atores, grupos de interesse, instituições governamentais e não-governamentais.

Bibliografia Básica:

1. SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Sociologia*, Porto Alegre, ano 8, n. 16, jul/dez 2006, p. 20-45.
Fonte: <https://www.scielo.br/j/soc/a/6YsWyBWZSdFgfSqDVQhc4jm/?format=pdf&lang=pt>
2. RUA, Maria das Graças. Análise de Políticas Públicas: conceitos básicos. In: RUA, M^a das Graças & CARVALHO, M^a Izabel V. (Orgs). *O estudo da política*. Brasília: Paralelo 15, 1998.
Fonte: <https://bce.unb.br>
3. DYE, Thomas R. Mapeamento dos modelos de análise de políticas públicas. In: *Políticas Públicas e Desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise*. Francisco G. Heidemann e José Francisco Salm. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009.
Fonte: <https://bce.unb.br>
4. STEIN, Ernesto *et al.* A política das políticas públicas: progresso econômico e social na América Latina. Relatório 2006. Ed. Campus, 2^a edição.
Fonte: <https://bce.unb.br>
5. HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta T. S.; MARQUES, Eduardo Cesar (Org.). *Políticas públicas no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2017.
Fonte: <https://bce.unb.br>

Bibliografia Complementar:

1. SARAIVA, Enrique. Introdução à teoria da política pública. In: SARAIVA, Enrique e FERRAREZI, Elisabete (org.). *Políticas Públicas*. Brasília: ENAP, 2006.
Fonte: https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/2914/1/160425_coletanea_pp_v1.pdf
2. HILL, Michael. Implementação: uma visão geral. In: Saraiva, Enrique & Ferrarezi, Elisabete. (Orgs.) *Políticas Públicas*. Brasília: ENAP, 2006.
Fonte: https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/1267/1/cppv2_0402_massardier.pdf
3. COELHO, Denilson B. Mecanismos políticos e institucionais da difusão de políticas. In: FARIA, Carlos Aurélio Pimenta; COELHO, Denilson Bandeira; SILVA, Sidney Jard. (eds.). *Difusão de Políticas Públicas*. Editora da UFABC. 2016.
Fonte: <https://bce.unb.br>

Universidade de Brasília. Instituto de Ciência Política.

Curso: Metodologia de Pesquisa em Ciência Política – Código: .

EMENTA

Objetivo: O curso tem como objetivo principal apresentar os fundamentos epistemológicos utilizados nas pesquisas realizadas pela ciência política contemporânea visando a fundamentação científica para a elaboração de um desenho de pesquisa. O curso também proporciona aos alunos uma perspectiva panorâmica do conjunto de abordagens adotadas pelos cientistas políticos, examinando seus possíveis usos, seus limites e

possibilidades.

Conteúdo: O programa será desenvolvido em duas unidades. A primeira unidade abordará os enfoques metodológicos da pesquisa quantitativa. A segunda unidade abordará os enfoques metodológicos da pesquisa qualitativa e da perspectiva de “métodos mistos” (mixed methods).

Bibliografia Básica:

1. KELLSTEDT, Paul M.; WHITTEN, Guy D. Fundamentos da pesquisa em ciência política. Editora Blucher, 2015.
Fonte: <https://bce.unb.br>
2. GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo, SP: Atlas, 1988.
Fonte: <https://bce.unb.br>
3. REZENDE, Flávio da Cunha. Fronteiras de integração entre métodos quantitativos e qualitativos na ciência política comparada. Revista Teoria & Sociedade, 2014.
Fonte: <https://teoriaesociedade.fafich.ufmg.br/index.php/rts/article/view/190>
4. YIN, Robert K. Estudo de Caso: Planejamento e métodos. Bookman editora, 2015.
Fonte: <https://bce.unb.br>
5. MONTENEGRO, Renan Holanda. Desenho de pesquisa, inferência e causalidade em Ciência Política. Agenda Política, v. 4, n. 2, p. 276-301, 2016.
Fonte: <https://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/view/104/98>

Bibliografia Complementar:

1. BARBERIA, Lorena Guadalupe; DE GODOY, Samuel Ralize; BARBOZA, Danilo Praxedes. Novas perspectivas sobre o ‘calcanhar metodológico’: o ensino de métodos de pesquisa em Ciência Política no Brasil. Revista Teoria & Sociedade, 2014.
Fonte: <https://teoriaesociedade.fafich.ufmg.br/index.php/rts/article/view/198>
2. BORGES, Andre et al. Desenvolvendo argumentos teóricos a partir de estudos de caso: o debate recente em torno da pesquisa histórico-comparativa. Revista BIB, v. 63, p. 45-59, 2007.
Fonte: <http://snh2007.anpuh.org/resources/content/anais/Andre%20Borges.pdf>
3. SÁ-SILVA, Jackson Ronie; DE ALMEIDA, Cristóvão Domingos; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais, v. 1, n. 1, 2009.
Fonte: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10351/pdf>
4. DINIZ, Debora. Carta de uma orientadora: o primeiro projeto de pesquisa. Letras Livres, 2013.
Fonte: <https://bce.unb.br>
5. SILVA, Danielle Costa da; HERNÁNDEZ, Lorena Granja. Aplicação metodológica da análise de conteúdo em pesquisas de análise de política externa. Revista Brasileira de Ciência Política, 2020.
Fonte: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/QFmq77JnT468fcBKCdh99ms/?format=pdf&lang=pt>

EMENTA

Objetivo: Esta disciplina entra em complemento da Metodologia de Pesquisa em Ciência Política bem como dos caminhos escolhidos pelos estudantes (caminho qualitativo ou quantitativo). Procura, assim, focar no uso de técnicas assertadas com o objetivo de preparar o aluno para o projeto de TCC.

Conteúdo: O curso aborda, assim, as tradições e fundamentos teóricos da investigação qualitativa e quantitativa, os modelos de pesquisa e de causalidade (estudos de caso e política comparada). Logo, o curso aborda de forma práticas os diferentes tipos de técnicas aplicáveis: abordagens interpretativas, path-dependence, process-tracing, entrevistas, grupos focais, pesquisa documental, observação participante, análise de discurso, de narrativa e levantamento de opinião pública.

Bibliografia Básica:

1. KELLSTEDT, Paul M.; WHITTEN, Guy D. Fundamentos da pesquisa em ciência política. Editora Blucher, 2015.
Fonte: <https://bce.unb.br>
2. GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo, SP: Atlas, 1988.
Fonte: <https://bce.unb.br>
3. REZENDE, Flávio da Cunha. Fronteiras de integração entre métodos quantitativos e qualitativos na ciência política comparada. Revista Teoria & Sociedade, 2014.
Fonte: <https://teoriaesociedade.fafich.ufmg.br/index.php/rts/article/view/190>
4. YIN, Robert K. Estudo de Caso: Planejamento e métodos. Bookman editora, 2015.
Fonte: <https://bce.unb.br>
5. MONTENEGRO, Renan Holanda. Desenho de pesquisa, inferência e causalidade em Ciência Política. Agenda Política, v. 4, n. 2, p. 276-301, 2016.
Fonte: <https://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/view/104/98>

Bibliografia Complementar:

1. BARBERIA, Lorena Guadalupe; DE GODOY, Samuel Ralize; BARBOZA, Danilo Praxedes. Novas perspectivas sobre o ‘calcanhar metodológico’: o ensino de métodos de pesquisa em Ciência Política no Brasil. Revista Teoria & Sociedade, 2014.
Fonte: <https://teoriaesociedade.fafich.ufmg.br/index.php/rts/article/view/198>
2. BORGES, Andre et al. Desenvolvendo argumentos teóricos a partir de estudos de caso: o debate recente em torno da pesquisa histórico-comparativa. Revista BIB, v. 63, p. 45-59, 2007.
Fonte: <http://snh2007.anpuh.org/resources/content/anais/Andre%20Borges.pdf>
3. SÁ-SILVA, Jackson Ronie; DE ALMEIDA, Cristóvão Domingos; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais, v. 1, n. 1, 2009.
Fonte: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10351/pdf>

4. DINIZ, Debora. Carta de uma orientadora: o primeiro projeto de pesquisa. Letras Livres, 2013.
Fonte: <https://bce.unb.br>
5. SILVA, Danielle Costa da; HERNÁNDEZ, Lorena Granja. Aplicação metodológica da análise de conteúdo em pesquisas de análise de política externa. Revista Brasileira de Ciência Política, 2020.
Fonte: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/QFmq77JnT468fcBKCdh99ms/?format=pdf&lang=pt>

Universidade de Brasília. Instituto de Ciência Política.

Curso: Seminários de Trabalho de Conclusão do Curso – Código: .

EMENTA

Objetivo: A disciplina cumpre dois objetivos. O primeiro é uma revisão da formação metodológica obtida no curso com ênfase em desenho de pesquisa tanto para o formato tradicional da monografia quanto para a estrutura de um artigo científico. O segundo é o debate e análise dos projetos na forma de seminários com a participação de docentes orientadores/as e estudantes de estágio docência da pós-graduação.

Conteúdo: A disciplina explora os enfoques metodológicos da pesquisa quantitativa, qualitativa e multi-método. A abordagem inclui métodos estatísticos como probabilidade, análise de sobrevivência e regressão e métodos qualitativos como process tracing, análise histórica comparativa e análise comparativa qualitativa (QCA).

Bibliografia Básica:

1. BORGES, André. Desenvolvendo argumentos teóricos a partir de estudos de caso: o debate recente em torno da pesquisa histórico-comparativa. Revista BIB, v. 63, p. 45-59, 2007.
Fonte: <http://snh2007.anpuh.org/resources/content/anais/Andre%20Borges.pdf>
2. KELLSTEDT, Paul M.; WHITTEN, Guy D. Fundamentos da pesquisa em ciência política. Editora Blucher, 2015.
Fonte: <https://bce.unb.br>
3. GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo, SP: Atlas, 1988.
Fonte: <https://bce.unb.br>
4. REZENDE, Flávio da Cunha. Fronteiras de integração entre métodos quantitativos e qualitativos na ciência política comparada. Revista Teoria & Sociedade, 2014.
Fonte: <https://teoriaesociedade.fafich.ufmg.br/index.php/rts/article/view/190>
5. YIN, Robert K. Estudo de Caso: Planejamento e métodos. Bookman editora, 2015.
Fonte: <https://bce.unb.br>

Bibliografia Complementar:

1. Figueiredo M. e Colombo M. *A entrevista na pesquisa qualitativa - mecanismos para validação dos resultados*. Autêntica Editoras. 2007
Fonte: <https://bce.unb.br>

2. Amélia Augusto, Metodologias quantitativas/metodologias qualitativas: mais do que uma questão de preferência, *Forum Sociológico*, vol. 24 num1, 2014 73-77
Fonte: <https://journals.openedition.org/sociologico/1073>
3. DINIZ, Debora. Carta de uma orientadora: o primeiro projeto de pesquisa. Letras Livres, 2013.
Fonte: <https://bce.unb.br>

Universidade de Brasília. Instituto de Ciência Política.
Curso: Atividade de Extensão 1 – Código: POL0082.

EMENTA

Objetivo: O papel da atuação do Cientista Político em sua relação com a sociedade e com o compromisso com o bem-estar coletivo. Caracterização das atividades de Extensão Universitária e a relação com a formação em Ciência Política. Procura-se, assim: 1) a integração dos(as) alunos(as) em projetos de extensão desenvolvidos no Instituto de Ciência Política (IPOL) como o Política na Escola, Politeia, Observatório do Congresso e Ciência (na) Política.

Conteúdo:

Instrumentalizar e preparar o aluno para as atividades de Extensão Universitária. Incentivar, preparar e realizar atividade de extensão universitária no IPOL. Preparar o aluno para participação em atividades de Extensão Universitária nas formas de Programas, Projetos, Cursos e Eventos enquanto Cientista Político; Instrumentalizar a concepção, organização e execução da atividade de extensão em sua dimensão multidisciplinar; Entender o papel social da Ciência Política e seu impacto potencial com a sociedade.

Bibliografia Básica:

1. Nunes, ALPF e da Cruz Silva MB. A extensão universitária no ensino superior e a sociedade. *Revista Mal-Estar e Sociedade*, Ano IV - n. 7, p. 119-133, 2011.
Fonte: <https://revista.uemg.br/index.php/gtic-malestar/article/view/60>
2. REZENDE MORAES, C. A Extensão universitária e a resistência negra na Universidade de Brasília. *Participação*, [S. l.], v. 1, n. 31, p. 11–25, 2018.
Fonte: <https://periodicos.unb.br/index.php/participacao/article/view/20145>
3. PAULA CAMPOS, L. T. de; DA FONSECA, G. C.; DE ANDRADE, T. M. G.; PEREIRA GONÇALVES, M.; MELO RIBEIRO, A. Divulgação científica e o projeto momento ciência: o contato de jovens com a ciência. *Participação*, [S. l.], v. 1, n. 31, p. 40–53, 2018.
Fonte: <https://periodicos.unb.br/index.php/participacao/article/view/20147>
4. BUARQUE, C. Universidade ligada. In MORHY, Lauro (Org): *A universidade em questão*. Brasília: Editora UNB, 2003.
Fonte: <https://consulta.bce.unb.br/pergamum/biblioteca/index.php?word=A+universidade+em+quest%C3%A3o>
5. CANON, C. A. S.; PELEGRINELLI, G. Extensão universitária: o impacto de um projeto de extensão na formação profissional dos discentes na educação superior. *Revista UFG, Goiânia*, v. 19, 2019. DOI: 10.5216/revufg.v19.59799.
Fonte: <https://revistas.ufg.br/revistaufg/article>

Bibliografia Complementar:

1. PIRES DA SILVA, W. EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: Um conceito em Construção. Revista Extensão & Sociedade, [S. l.], v. 11, n. 2, 2020. DOI: 10.21680/2178-6054.2020v11n2ID22491.
Fonte: <https://periodicos.ufrn.br/extensaoesociedade/article/view/22491>
2. SANTOS, J.; ROCHA, B.; PASSAGLIO, K. EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E FORMAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR. Revista Brasileira de Extensão Universitária, v. 7, n. 1, p. 23-28, 2016.
Fonte: <https://periodicos.ufrn.br/index.php/RBEU/article/view/3087>
3. GIRARDELLO, V. C.; SANTOS, A. V. DOS; GHISLENE, G. A.; STRACKE, M. P. Universidade e a Iniciativa Privada: na Difusão do Conhecimento através da Extensão Universitária. Vivências, v. 17, n. 34, p. 71-84, 5 out. 2021
Fonte: <http://revistas.uri.br/index.php/vivencias/article/view/511>

Universidade de Brasília. Instituto de Ciência Política.

Curso: Atividade de Extensão 2 – Código: POL0083.

EMENTA

Objetivo: Procura-se a integração dos(as) alunos(as) em projetos de extensão desenvolvidos no Instituto de Ciência Política (IPOL) como o Política na Escola, Politeia, Observatório do Congresso e Ciência (na) Política. O objetivo central consiste em instrumentalizar e preparar o(a) aluno(a) para as atividades de Extensão Universitária e favorecer os laços com a comunidade externa à UnB.

Conteúdo:

Incentivar, preparar e realizar atividade de extensão universitária no IPOL: Preparar o aluno para participação em atividades de Extensão Universitária nas formas de Programas, Projetos, Cursos e Eventos enquanto Cientista Político; Instrumentalizar a concepção, organização e execução da atividade de extensão em sua dimensão multidisciplinar; Entender o papel social da Ciência Política e seu impacto potencial com a sociedade. Incentivar a promoção e divulgação das atividades de extensão. Divulgar o conhecimento científico para a comunidade não acadêmica.

Bibliografia Básica

1. Nunes, ALPF e da Cruz Silva MB. A extensão universitária no ensino superior e a sociedade. Revista Mal-Estar e Sociedade, Ano IV - n. 7, p. 119-133, 2011.
Fonte: <https://revista.uemg.br/index.php/gtic-malestar/article/view/60>
2. REZENDE MORAES, C. A Extensão universitária e a resistência negra na Universidade de Brasília. Participação, [S. l.], v. 1, n. 31, p. 11–25, 2018.
Fonte: <https://periodicos.unb.br/index.php/participacao/article/view/20145>
3. PAULA CAMPOS, L. T. de; DA FONSECA, G. C.; DE ANDRADE, T. M. G.; PEREIRA GONÇALVES, M.; MELO RIBEIRO, A. Divulgação científica e o projeto momento ciência: o contato de jovens com a ciência. Participação, [S. l.], v. 1, n. 31, p. 40–53, 2018.
Fonte: <https://periodicos.unb.br/index.php/participacao/article/view/20147>
4. BUARQUE, C. Universidade ligada. In MORHY, Lauro (Org): A universidade em questão. Brasília: Editora UNB, 2003.
Fonte: <https://consulta.bce.unb.br/pergamum/biblioteca/index.php?word=A+universidade+em+quest%C3%A3o>

5. CANON, C. A. S.; PELEGRINELLI, G. Extensão universitária: o impacto de um projeto de extensão na formação profissional dos discentes na educação superior. Revista UFG, Goiânia, v. 19, 2019. DOI: 10.5216/revufg.v19.59799.
Fonte: <https://revistas.ufg.br/revistaufg/article>

Bibliografia Complementar

1. PIRES DA SILVA, W. EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: Um conceito em Construção. Revista Extensão & Sociedade, [S. l.], v. 11, n. 2, 2020. DOI: 10.21680/2178-6054.2020v11n2ID22491.
Fonte: <https://periodicos.ufrn.br/extensaoesociedade/article/view/22491>.
2. SANTOS, J.; ROCHA, B.; PASSAGLIO, K. Extensão Universitária e Formação no Ensino Superior. Revista Brasileira de Extensão Universitária, v. 7, n. 1, p. 23-28, 2016.
Fonte: <https://periodicos.ufrn.br/index.php/RBEU/article/view/3087>
3. GIRARDELLO, V. C.; SANTOS, A. V. DOS; GHISLENE, G. A.; STRACKE, M. P. Universidade e a Iniciativa Privada na Difusão do Conhecimento Através da Extensão Universitária. Vivências, v. 17, n. 34, p. 71-84, 5 out. 2021.
Fonte: <http://revistas.uri.br/index.php/vivencias/article/view/511>

Universidade de Brasília. Instituto de Ciência Política.
Curso: Atividade de Extensão 3 – Código: .

EMENTA

Objetivo: Procura-se a integração dos(as) alunos(as) em projetos de extensão desenvolvidos no Instituto de Ciência Política (IPOL) como o Política na Escola, Politeia, Observatório do Congresso e Ciência (na) Política. O objetivo central consiste em instrumentalizar e preparar o(a) aluno(a) para as atividades de Extensão Universitária e favorecer os laços com a comunidade externa à UnB.

Conteúdo:

Incentivar, preparar e realizar atividade de extensão universitária no IPOL: Preparar o aluno para participação em atividades de Extensão Universitária nas formas de Programas, Projetos, Cursos e Eventos enquanto Cientista Político; Instrumentalizar a concepção, organização e execução da atividade de extensão em sua dimensão multidisciplinar; Entender o papel social da Ciência Política e seu impacto potencial com a sociedade. Incentivar a promoção e divulgação das atividades de extensão. Divulgar o conhecimento científico para a comunidade não acadêmica.

Bibliografia Básica

6. Nunes, ALPF e da Cruz Silva MB. A extensão universitária no ensino superior e a sociedade. Revista Mal-Estar e Sociedade, Ano IV - n. 7, p. 119-133, 2011.
Fonte: <https://revista.uemg.br/index.php/gtic-malestar/article/view/60>
7. REZENDE MORAES, C. A Extensão universitária e a resistência negra na Universidade de Brasília. Participação, [S. l.], v. 1, n. 31, p. 11–25, 2018.
Fonte: <https://periodicos.unb.br/index.php/participacao/article/view/20145>
8. PAULA CAMPOS, L. T. de; DA FONSECA, G. C.; DE ANDRADE, T. M. G.; PEREIRA GONÇALVES, M.; MELO RIBEIRO, A. Divulgação científica e o projeto momento ciência: o contato de jovens com a ciência. Participação, [S. l.], v. 1, n. 31, p. 40–53, 2018.
Fonte: <https://periodicos.unb.br/index.php/participacao/article/view/20147>
9. BUARQUE, C. Universidade ligada. In MORHY, Lauro (Org): A universidade em questão. Brasília: Editora UNB, 2003.

Fonte: <https://consulta.bce.unb.br/pergamum/biblioteca/index.php?word=A+universidade+em+quest%C3%A3o>

10. CANON, C. A. S.; PELEGRINELLI, G. Extensão universitária: o impacto de um projeto de extensão na formação profissional dos discentes na educação superior. Revista UFG, Goiânia, v. 19, 2019. DOI: 10.5216/revufg.v19.59799.

Fonte: <https://revistas.ufg.br/revistaufg/article>

Bibliografia Complementar

4. PIRES DA SILVA, W. EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: Um conceito em Construção. Revista Extensão & Sociedade, [S. l.], v. 11, n. 2, 2020. DOI: 10.21680/2178-6054.2020v11n2ID22491.

Fonte: <https://periodicos.ufrn.br/extensaoesociedade/article/view/22491>.

5. SANTOS, J.; ROCHA, B.; PASSAGLIO, K. Extensão Universitária e Formação no Ensino Superior. Revista Brasileira de Extensão Universitária, v. 7, n. 1, p. 23-28, 2016.

Fonte: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/RBEU/article/view/3087>

6. GIRARDELLO, V. C.; SANTOS, A. V. DOS; GHISLENE, G. A.; STRACKE, M. P. Universidade e a Iniciativa Privada na Difusão do Conhecimento Através da Extensão Universitária. Vivências, v. 17, n. 34, p. 71-84, 5 out. 2021.

Fonte: <http://revistas.uri.br/index.php/vivencias/article/view/511>

DISCIPLINAS DA CADEIA DE SELETIVIDADE e OPTATIVAS

Universidade de Brasília. Instituto de Ciência Política.
Curso: Métodos Quantitativos I – Código: POL0080.

EMENTA

Objetivo: Este curso visa o desenvolvimento de habilidades de pesquisa e uma maior familiaridade com o método científico, tão necessárias e urgentes nos estudos políticos. Seu objetivo fundamental é a reflexão metodológica e o treinamento quantitativo apresentando as ferramentas disponíveis para o trabalho cotidiano com a ciência política.

Conteúdo: Fundamentos metodológicos. Método científico. Tipos de pesquisa. Técnicas de pesquisa. Fontes de dados. Métodos estatísticos descritivos. Análise exploratória de dados – EDA. Introdução à Análise de Dados. Percepção e elaboração gráfica. Técnicas de Amostragem. Métodos amostrais não probabilísticos. Métodos de correlação e regressão, simples e múltipla (estimação e inferência). Diagnósticos. Elementos de análise multivariada. Introdução aos métodos de classificação.

Bibliografia básica:

1. HUFF, Darrel. Como mentir com estatística. Rio de Janeiro, Ed. Intrínseca Ltda, 2016.

Fonte: <https://bce.unb.br>

2. BARBETTA, Pedro A. Estatística aplicada às ciências sociais. Florianópolis, ed. UFSC, 1998.

Fonte: <https://bce.unb.br>

3. LEVIN, Jack. Estatística aplicada a ciências humanas. São Paulo, Harbra, 1987.

Fonte: <https://bce.unb.br>

4. TRIOLA, Mario F. Introdução à Estatística. Rio de Janeiro, LTC editora, 1999.
Fonte: <https://bce.unb.br>
5. GUERRA, José M. e DONAIRE, Denis. Estatística indutiva Teoria e Aplicações. São Paulo, Livraria Ciência e Tecnologia Editora, 1982.
Fonte: <https://bce.unb.br>
6. GUJARATI, D. Econometria Básica. São Paulo, AMGH, 2011.
Fonte: <https://bce.unb.br>
7. WOOLDRIDGE, J. Introdução à econometria: Uma abordagem moderna. São Paulo, Cengage, 2016.
Fonte: <https://bce.unb.br>

Bibliografia complementar

1. GRANGER, G. G. A ciência e as ciências. São Paulo, Unesp, 1994.
Fonte: <https://bce.unb.br>
2. HOAGLIN, David C., MOSTELLER, F., TUKEY, J. W. Understanding robust and exploratory data analysis. New York. John Wiley, 1983.
Fonte: <https://bce.unb.br>
3. LAVILLE, Christian., DIONNE, Jean. A Construção do Saber – Manual de pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre – Belo Horizonte, Ed. UFMG/Artmed, 1999.
Fonte: <https://bce.unb.br>
4. GUEDJ, Denis. O teorema do papagaio. São Paulo, Ed. Schwarcz Ltda (Cia das Letras), 2008.
Fonte: <https://bce.unb.br>

Universidade de Brasília. Instituto de Ciência Política.
Curso: Métodos Quantitativos 2 – Código: POL0081.

EMENTA

Objetivo: Este curso visa o desenvolvimento do discente em técnicas intermediárias e avançadas de análise quantitativa aplicada a fenômenos políticos com dados em formato de corte transversal. O curso propõe uma sequência de formação iniciada em Métodos Quantitativos 1 e busca apresentar aos alunos as mais adequadas ferramentas econométricas de maneira teórica e aplicada com o uso de softwares específicos.

Conteúdo: Retomando regressão múltipla. Relaxamento de hipóteses do modelo clássico de regressão linear. Variáveis binárias. Regressão descontínua, Variáveis instrumentais. Diff-in-diff. Propensity score matching.

Bibliografia básica:

1. ANGRIST, J. & PISCHKE, J. Mastering metrics. Princeton, Princeton University Press, 2015.
Fonte: <https://bce.unb.br>
2. ANGRIST, J. & PISCHKE, J. Mostly harmless econometrics, Princeton University Press, 2009.
Fonte: <https://bce.unb.br>
3. GUJARATI, D. Econometria Básica. São Paulo, AMGH, 2011.

- Fonte: <https://bce.unb.br>
- WOOLDRIDGE, J. Introdução à econometria: Uma abordagem moderna. São Paulo, Cengage, 2016.
Fonte: <https://bce.unb.br>
 - GUJARATI, D. Econometria: Princípios, teoria e aplicações práticas. São Paulo, Saraiva, 2019.
Fonte: <https://bce.unb.br>
 - SARTORIS, A. Estatística e introdução a econometria. São Paulo, Saraiva, 2013.
Fonte: <https://bce.unb.br>
 - TRIOLA, Mario F. Introdução à Estatística. Rio de Janeiro, LTC editora, 1999.
Fonte: <https://bce.unb.br>

Bibliografia complementar:

- GUJARATI, D. Econometria: Princípios, teoria e aplicações práticas. São Paulo, Saraiva, 2019.
Fonte: <https://bce.unb.br>
- SARTORIS, A. Estatística e introdução a econometria. São Paulo, Saraiva, 2013.
Fonte: <https://bce.unb.br>
- STEWART, K. Introduction to applied econometrics. Belmont, Thomsom, 2005.
Fonte: <https://bce.unb.br>

Universidade de Brasília. Instituto de Ciência Política.
Curso: Métodos Qualitativos 1 – Código: .

EMENTA

Objetivo: Abordagens de n pequeno são estratégias de pesquisa bastante enraizadas na ciência política. Apesar de ser, aparentemente, simples, o sucesso dessas estratégias de pesquisa e a qualidade das inferências que elas permitem dependem, crucialmente, de uma clara discussão dos seus pressupostos metodológicos. Porque metodologia qualitativa não supõe “tudo que não for quanti”, é preciso, quando optar por uma abordagem deste tipo, adotar uma postura que visa a sistematizar o processo metodológico para conferir robustez, replicabilidade e cientificidade as pesquisas. O objetivo do curso é, portanto, fazer uma discussão de metodologia de n pequeno, focando no seu potencial de generalização teórica.

Conteúdo: O curso está organizado em aulas expositivas, seminários de discussão de texto e debates em sala de aula. Os seminários têm por base artigos que exploram diferentes aspectos metodológicos da pesquisa de n pequeno ou empregam essas metodologias. Espera-se que no seminário as(os) alunas(os) sejam capazes de reconstituir os passos de pesquisa descritos no artigo e a estratégia de apresentação dos resultados da pesquisa. Os debates focam a possibilidade de aplicação de aspectos metodológicos nos projetos individuais das(os) alunas(os).

Bibliografia Básica:

- BORGES, Andre et al. Desenvolvendo argumentos teóricos a partir de estudos de caso: o debate recente em torno da pesquisa histórico-comparativa. Revista BIB, v. 63, p. 45-59, 2007.

Fonte: <http://snh2007.anpuh.org/resources/content/anais/Andre%20Borges.pdf>

2. Amorim, Octavio e Rodriguez, Júlio César Cossio. O novo método histórico-comparativo e seus aportes à ciência política e à administração pública. Revista de Administração Pública [online]. 2016, v. 50, n. 6 , pp. 1003-102. Fonte: <https://www.scielo.br/j/rap/a/wFPk3WbFQFp53WyqqW5KMTf/abstract/?lang=pt#>
3. REZENDE, Flávio da Cunha. Fronteiras de integração entre métodos quantitativos e qualitativos na ciência política comparada. Revista Teoria & Sociedade, 2014. Fonte: <https://teoriaesociedade.fafich.ufmg.br/index.php/rts/article/view/190>
4. YIN, Robert K. Estudo de Caso: Planejamento e métodos. Bookman editora, 2015. Fonte: <https://bce.unb.br>
5. SILVA, Danielle Costa da; HERNÁNDEZ, Lorena Granja. Aplicação metodológica da análise de conteúdo em pesquisas de análise de política externa. Revista Brasileira de Ciência Política, 2020. Fonte: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/QFmq77JnT468fcBKCdh99ms/?format=pdf&lang=pt>

Bibliografia Complementar:

1. Figueredo M. e Colombo M. *A entrevista na pesquisa qualitativa - mecanismos para validação dos resultados*. Autêntica Editoras. 2007
Fonte: <https://bce.unb.br>
2. Amélia Augusto, Metodologias quantitativas/metodologias qualitativas: mais do que uma questão de preferência, *Forum Sociológico*, vol. 24 num1, 2014 73-77
Fonte: <https://journals.openedition.org/sociologico/1073>
3. SÁ-SILVA, Jackson Ronie; DE ALMEIDA, Cristóvão Domingos; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais, v. 1, n. 1, 2009.
Fonte: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10351/pdf>

Universidade de Brasília. Instituto de Ciência Política.
Curso: Métodos Qualitativos 2 – Código: .

EMENTA

Objetivo: Essa disciplina consiste em um aprofundamento tanto epistemológico como metodológico da disciplina Metodologia Qualitativa 1. Além de atualizar o debate sobre o que é fazer metodologia qualitativa, os alunos irão receber um contato e treinamento com os métodos mais recentes e utilizados pela ciência política nacional e internacional.

Conteúdo: O curso está organizado em aulas expositivas, seminários de discussão de texto e debates em sala de aula. Os seminários têm por base artigos que exploram diferentes aspectos metodológicos da pesquisa de pequeno n ou empregam essas metodologias. Nesta disciplina iremos dar particular enfoque ao Process Tracing, Análise Histórica Comparativa e Métodos comparados e configuracionais (QCA).

Bibliografia Básica:

1. Amorim, Octavio e Rodriguez, Júlio César Cossio. O novo método histórico-comparativo e seus aportes à ciência política e à administração pública. Revista de Administração Pública [online]. 2016, v. 50, n. 6, pp. 1003-1027.
Fonte: <https://www.scielo.br/j/rap/a/wFPk3WbFQFp53WyqqW5KMTf/abstract/?lang=pt#>
2. Schettini, E. *et al.* *Process tracing nas Ciências Sociais: fundamentos e aplicabilidade*. Brasília, ENAP, 2018.
Fonte: https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/3328/1/Livro_Process%20tracing.pdf
3. Rezende, F. “A “Nova Metodologia Qualitativa” e as Condições Essenciais de Demarcação entre Desenhos de Pesquisa na Ciência Política Comparada”. Revista Política Hoje, Vol. 20, n. 1, 2011.
Fonte: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/politica hoje/issue/view/731/showToc>
4. SILVA, Danielle Costa da; HERNÁNDEZ, Lorena Granja. Aplicação metodológica da análise de conteúdo em pesquisas de análise de política externa. Revista Brasileira de Ciência Política, 2020.
Fonte: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/QFmq77JnT468fcBKCdh99ms/?format=pdf&lang=pt>
5. Rezende, F. “Razões emergentes para a validade dos estudos de caso na ciência política comparada”. Revista Brasileira de Ciência Política [online]. 2011, n. 6.
Fonte: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/KFWXKW9VQNmQTt7BZpsV4rx/?lang=pt#>

Bibliografia Complementar:

1. Couto, L. e Albala, A. Qca Para Políticas Públicas: Uma Abordagem Configuracional para Estudar O Estado Em Ação. In: Fernandes, Ivan. (Org.). Desafios metodológicos das políticas públicas baseadas em evidências. 1ed. Boa Vista: Iole, 2022, v. 1, p. 231-254.
Fonte: <https://editora.ioles.com.br/index.php/iole/catalog/book/61>
2. Henriques, A. B. L., Leite, A. C. C., & Teixeira Júnior, A. W. M. (2015). Reavivando o método qualitativo: as contribuições do Estudo de Caso e do Process Tracing para o estudo das Relações Internacionais. *Revista Debates*, 9(1), 09–23.
Fonte: <https://www.seer.ufrgs.br/debates/article/view/52333>
3. Lima, I. Técnicas Qualitativas Em Análises De Causalidade: Aplicações Do Process Tracing. *Revista Eletrônica de Ciência Política*. v. 8, n. 1, 2017.
Fonte: <https://revistas.ufpr.br/politica/article/view/50210>

Universidade de Brasília. Instituto de Ciência Política.
Curso: Estudos Legislativos – Código: POL0003.

EMENTA

Objetivo: O curso tem o objetivo de apresentar os principais conceitos e modelos teóricos utilizados para descrever e analisar o processo legislativo.

Conteúdo: Sistema de governo e separação de poderes; Legislaturas em regimes presidencialistas; O debate sobre o presidencialismo de coalizão; Gabinetes presidenciais

e formação de governos; Teorias do comportamento legislativo e suas aplicações; comissões legislativas; geografia do voto e política distributiva; Carreiras parlamentares; Noções gerais de processo legislativo; Bicameralismo e instituições federativas; Lobby e representação de interesses.

Bibliografia Básica:

1. AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio. *Sistema Político Brasileiro: uma introdução*. 2. ed. São Paulo: Ed. Unesp, 2007.
Fonte: <https://bce.unb.br>
2. PACHECO, Luciana Botelho. *Como se fazem as leis*. 3. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2013.
Fonte: <http://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/1860>
3. SANTOS, Manoel Leonardo. Representação de Interesses na Câmara dos Deputados: o lobby e o sucesso da Agenda Legislativa da Indústria. *Revista Iberoamericana de Estudos Legislativos*, v. 1, p. 52-70, 2014.
Fonte: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/riel/article/view/18029/16779>
4. FIGUEIREDO, Argelina e LIMONGI, Fernando. Modelos de Legislativo: o Legislativo brasileiro em perspectiva comparada. *Plenarium*, ano 1, n.1, p. 41-56, 2004.
Fonte: <https://www.al.sp.gov.br/alesp/biblioteca-digital/obra/?id=20979>
5. AMORIM NETO, Octavio, e SANTOS, Fabiano. "O segredo ineficiente revisto: o que propõem e o que aprovam os deputados brasileiros." *Dados* 46.4 (2003): 661-698.
Fonte: <https://www.scielo.br/j/dados/a/3kF5dZ7FBvZz8mK5bxpD56m/?format=pdf&lang=pt>

Bibliografia Complementar:

1. SANTOS, André Marengo. "Nas fronteiras do campo político: raposas e outsiders no Congresso Nacional." *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 33 (1997): 87-101.
Fonte: http://anpocs.com/images/stories/RBCS/33/rbcs33_06.pdf
2. PEREIRA, Carlos; MUELLER, Bernardo. Uma Teoria da Preponderância do Poder Executivo: O Sistema de Comissões no Legislativo Brasileiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 15, n. 43, 2000.
Fonte: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v15n43/004.pdf>.
3. LIMONGI, Fernando; FIGUEIREDO, Argelina. Poder de Agenda e Políticas Substantivas. In: INÁCIO, M.; RENNÓ, I. (Org.). *Legislativo brasileiro em perspectiva comparada*. Belo Horizonte: UFMG, 2009
Fonte: www.bce.unb.br

Universidade de Brasília. Instituto de Ciência Política.
Curso: Política e Antirracismo – Código: POL0006.

EMENTA

Objetivo: A disciplina tem por objetivo incentivar a discussão sobre a luta antirracista a partir de uma interlocução sobre as temáticas relativas à Ciência Política, em especial a discussão sobre distribuição de poder e conformação dos Estados Nacionais.

Conteúdo: Construção do racismo. Abolição, democracia Racial e Mito. Raça e identidade política. Raça, gênero e interseccionalidade. Raça e representação. Raça e comportamento político. Raça e movimentos sociais. Raça e eleições. Raça e políticas públicas.

Bibliografia Básica:

1. GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. *Classes, Raças e Democracia*. São Paulo: Editora 34, 2012 [2002].
Fonte: <https://bce.unb.br>
2. FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. (várias edições).
Fonte: <https://bce.unb.br>
3. FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*, vols. 1 e 2. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2008 [1964].
Fonte: <https://bce.unb.br>
4. DAVIS, Angela Y. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2019. 244 p. ISBN 9788575595039.
Fonte: <https://bce.unb.br>
5. RIOS, Flavia Mateus. “Movimento Negro nas Ciências Sociais (1950-2000)”. *Sociedade e Cultura*, v. 12, p. 263-274, 2009.
Fonte: <https://doi.org/10.5216/sec.v12i2.9100>

Bibliografia Complementar:

1. Hooks, Bell. “Mulheres negras: moldando a teoria política feminista”. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 16, pp. 193-210, 2015 [2000].
Fonte: <https://doi.org/10.1590/0103-335220151608>
2. CAMPOS, Luiz Augusto. “Socialismo moreno, conservadorismo pálido? Cor e recrutamento partidário em São Paulo e Rio de Janeiro nas eleições de 2012”. *Dados*, v. 58, n. 3, 2015, pp. 688-719.
Fonte: <https://doi.org/10.1590/00115258201556>
3. MBEMBE, Achille. "Necropolítica." *Arte & Ensaios* 2.32 (2016).
Fonte: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993/7169>

Universidade de Brasília. Instituto de Ciência Política.
Curso: Gênero e Política. Código: POL0007.

EMENTA

Objetivo: Apresentar alguns dos principais fundamentos do campo de pesquisas sobre gênero e política. Analisar suas contribuições para a crítica política, com foco na análise das democracias. Discutir padrões históricos e atuais das relações de gênero e da participação das mulheres na política, contextualizando-os e com especial atenção ao Brasil. Estimular o debate sobre problemas e desafios que as pesquisas sobre gênero e política enfrentam atualmente.

Conteúdo: O debate sobre gênero e política tem como alicerce décadas de análises críticas das relações de gênero e das posições das mulheres nas sociedades contemporâneas, mas também análises específicas sobre a participação política das mulheres. Trata-se de um campo acadêmico fértil para a análise das democracias e de seus

limites. A crítica da democracia ganha perspectivas e problemas novos e complexos quando toma como ponto de partida as relações de gênero. A disciplina explora esse debate, considerando uma diversidade de abordagens e de temas, a partir de estudos teóricos e empíricos.

1. Conceitos: gênero e interseccionalidade
2. Desigualdades, diagnósticos e dimensões
3. Democracia e gênero
4. Representação, participação política e movimentos sociais

Bibliografia Básica:

1. BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
Fonte: <https://bce.unb.br>
2. GONZALES, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984, pp. 223-44.
Fonte: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5509709/mod_resource/content/0/06%20-%20GONZALES%2C%20L%C3%A9lia%20-%20Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira%20%281%29.pdf
3. PHILLIPS, Anne. O que há de errado com a democracia liberal? Revista Brasileira de Ciência Política, n. 6, 2011, pp. 339-363.
Fonte: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/mwHFyKnmctTFbxnrxrJLGSD/?lang=pt>
4. SACCHET, Teresa. Representação política, representação de grupos e política de cotas: perspectivas e contendas feministas. Revista Estudos Feministas, 20 (2), 2012; pp. 399-431.
Fonte: <http://educa.fcc.org.br/pdf/ref/v20n02/v20n02a04.pdf>
5. SCOTT, Joan. Gênero, uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade, 20 (2), jul-dez 1995, pp. 71-99.
Fonte: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>

Bibliografia Complementar:

1. BIROLI, Flávia: O público e o privado. In: Luis Felipe Miguel e Flávia Biroli (Orgs.), Feminismo e Política: uma introdução. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.
Fonte: <https://bce.unb.br>
2. BIROLI, Flávia. Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.
Fonte: <https://bce.unb.br>
3. RODRIGUES, Cristiano; FREITAS, Viviane. Ativismo feminista negro no Brasil: do movimento de mulheres negras ao feminismo interseccional. Revista Brasileira de Ciência Política, n. 34, 2021; pp. 1-54.
Fonte: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/NFdhTdVVLSPRHzdDzVpBYMq/?lang=pt>

Universidade de Brasília. Instituto de Ciência Política.
Curso: Teoria Política Feminista – Código: POL0008.

EMENTA

Objetivo:

Partindo de análises críticas das relações de gênero e da posição das mulheres nas sociedades contemporâneas, a crítica da política e da democracia ganha problemas novos e complexos sob as perspectivas feministas. A disciplina busca explorar este debate, considerando abordagens teóricas fundamentais que emergiram no âmbito das teorias feministas da política.

Conteúdo: O conceito de gênero nas Ciências Humanas. A crítica à dicotomia entre esferas pública e privada. Desigualdade de gênero, crítica feminista e teorias da democracia. Feminismo negro, interseccionalidade e poder. Direitos sexuais e reprodutivos. Desafios contemporâneos e os feminismos.

Bibliografia Básica:

1. SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, v. 20, nº 2, p. 71-99, 1995.
Fonte: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>
2. PATEMAN, Carole. *O contrato sexual*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.
Fonte: <https://bce.unb.br>.
3. PHILLIPS, Anne. “O que há de errado com a democracia liberal?”. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 6, 2011, pp. 339-363.
Fonte: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/mwHFyKnmctTFbxnrxrJLGSD/?format=pdf&lang=pt>.
4. COLLINS, Patricia Hill. “Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória”. Parágrafo. jan/jun 2017. vol. 5, n. 1. ISSN: 2317-4919.
Fonte: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2017/07/01.pdf>.
5. FRASER, Nancy. Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. *Revista Estudos Feministas*. 2007, v. 15, n. 2, pp. 291-308.
Fonte: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2007000200002>.

Bibliografia Complementar:

1. COHEN, Jean L. Repensando a privacidade: autonomia, identidade e a controvérsia sobre o aborto. *Revista Brasileira de Ciência Política*. 2012, n. 7 , pp. 165-203.
Fonte: <https://doi.org/10.1590/S0103-33522012000100009>.
2. GONZÁLEZ, Lélia. (2013 [1989]), Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, 1984, pp. 223-244.
Fonte: <https://patriciamagno.com.br/wp-content/uploads/2021/04/GONZAL1.pdf>.
3. BIROLI, Flávia. Divisão Sexual do Trabalho e Democracia. *Dados*. 2016, v. 59, n. 3, pp. 719-754.
Fonte: <https://doi.org/10.1590/00115258201690>.

Universidade de Brasília. Instituto de Ciência Política.
Curso: Pensamento Político Negro – Código: POL0009.

EMENTA

Objetivo: A disciplina busca apresentar reflexões de pensadoras/es que buscaram debater o efeito do racismo na estrutura social em suas épocas e contextos específicos, enfatizando a contribuição das/os mesmas/os para o desenvolvimento de um pensamento político antirracista. A multidisciplinaridade é uma marca da seleção de autores, porém todos estão interligados a partir das discussões sobre relações de poder e luta antirracista.

Conteúdo: Abolicionismo e ativismo negro. Movimento Negritude. Panafricanismo. Intelectuais negro e luta por libertação. Feminismo negro e interseccionalidade. Diáspora e colonialidade. Necropolítica.

Bibliografia Básica:

1. FANON, Frantz. Os Condenados da Terra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
Fonte: <https://bce.unb.br>
2. KING, Martin Luther. O grito da consciência. Rio de Janeiro: Expressão & Cultura, 1968. 122 p.
Fonte: <https://bce.unb.br>
3. NASCIMENTO, Abdias do. O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2016. 229 p.
Fonte: <https://bce.unb.br>
4. DAVIS, Angela Y. Mulheres, raça e classe. São Paulo: Boitempo, 2019. 244 p. ISBN 9788575595039.
Fonte: <https://bce.unb.br>
5. MBEMBE, Achille. "Necropolítica." Arte & Ensaios 2.32 (2016).
Fonte: <https://doi.org/10.5216/sec.v12i2.9100>

Bibliografia Complementar:

1. hooks, bell. "Mulheres negras: moldando a teoria política feminista". Revista Brasileira de Ciência Política, n. 16, pp. 193-210, 2015 [2000].
Fonte: <https://doi.org/10.1590/0103-335220151608>
2. COLLINS, Patricia Hill. "Aprendendo com a outsider within." Sociedade e Estado 31 (2016): 99-127.
Fonte: <https://doi.org/10.1590/S0102-69922016000100006>
3. GILROY, Paul. "Civilizacionismo, a "alt-right" e o futuro da política antirracista: um informe da Grã-Bretanha." Revista ECO-Pós 21.3 (2018): 17-34.
Fonte: <https://doi.org/10.29146/eco-pos.v21i3.22525>

Universidade de Brasília. Instituto de Ciência Política.
Curso: Elites Políticas – Código: POL0015.

EMENTA

Objetivo: Busca-se apresentar, sob uma perspectiva crítica, um panorama sobre o pensamento elitista clássico e sobre as abordagens contemporâneas, dedicando também parte da disciplina aos estudos sobre as elites políticas e seu recrutamento no sistema político brasileiro.

Conteúdo: Elitismo tradicional. Elitismo crítico. Crítica Pluralista. NeELITISMO. Elites parlamentares na contemporaneidade.

Bibliografia Básica:

1. GRYNSZPAN, Mário. *Ciência política e trajetórias sociais: uma sociologia histórica da teoria das elites*.
Fonte: <https://bce.unb.br>
2. MICHELS, Robert. *Sociologia dos partidos políticos*.
Fonte: <https://bce.unb.br>
3. MILLS, C. Wright. *A elite do poder*.
Fonte: <https://bce.unb.br>
4. DAHL, Robert A. Uma crítica ao modelo de elite dirigente. In AMORIM, Maria Stella de; PARSONS, Talcott (org.). *Sociologia política II*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
Fonte: <https://bce.unb.br>
5. BACHRACH, Peter; BARATZ, Morton. Duas faces do poder. *Revista de Sociologia Política*, vol. 19, nº 40, 2011.
Fonte: <https://doi.org/10.1590/S0104-44782011000300011>

Bibliografia Complementar:

1. GAXIE, Daniel. As lógicas do recrutamento político. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 8, 2012.
Fonte: <https://doi.org/10.1590/S0103-33522012000200007>
2. SANTOS, André Marengo dos; SERNA, Miguel. Por que carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais? Recrutamento legislativo em Brasil, Chile e Uruguai. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 22, nº 64, 2007.
Fonte: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092007000200008>
3. CAMPOS, Luiz Augusto; MACHADO, Carlos. A cor dos eleitos: determinantes da sub-representação política dos não brancos no Brasil. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº16, 2015.
Fonte: <https://doi.org/10.1590/0103-335220151606>

Universidade de Brasília. Instituto de Ciência Política.

Curso: Tópicos Especiais em Ciência Política 1 – Código: POL 0021.

EMENTA

Objetivo: O curso tem por objetivo aprofundar o conhecimento teórico em temas da ciência política clássica, moderna ou contemporânea.

Conteúdo: Introdução a conceitos, correntes de pensamento, modelos teóricos e novas abordagens.

Bibliografia: A disciplina adota bibliografia básica e complementar relacionada ao tema e estudo de interesse do corpo docente e discente envolvido na investigação científica proposta.

Universidade de Brasília. Instituto de Ciência Política.

Curso: Comportamento Político – Código: POL0022.

EMENTA

Objetivo: O curso tem o objetivo de apresentar os principais conceitos e teorias utilizados para analisar o comportamento político, cobrindo tópicos como opinião pública, participação política, comportamento eleitoral, participação política, polarização e atitudes políticas.

Conteúdo: Comunicação e opinião pública: conceito e componentes da opinião pública; massa e público; líderes de opinião e comunicação. Atitudes partidárias, identidades sociais e comportamento eleitoral: introdução ao comportamento político; identificação partidária; determinantes do voto: teoria sociológica, psicossocial e escolha racional. Participação política e comparecimento eleitoral. Polarização, ideologia e atitudes políticas.

Bibliografia Básica:

1. Cervi, Emerson Urizzi. *Opinião Pública e comportamento político*. Editora Intersaberes, 2012.
Fonte: <https://bce.unb.br>
2. CASTRO, Mônica Matta Machado de. "Sujeito e estrutura no comportamento eleitoral". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 20, p. 7-19, 1992.
Fonte: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/50617/mod_resource/content/1/CASTRO_SUJEITO%20E%20ESTRUTURA%20NO%20COMPORTAMENTO%20ELEITORAL.pdf
3. Braga, Maria do Socorro Sousa, and Jairo Pimentel Jr. "Os partidos políticos brasileiros realmente não importam?" *Opinião pública* 17.2 (2011): 271-303.
Fonte: <https://www.scielo.br/j/op/a/yBzsBCXGzsPK5GyMCQbwJ5L/?format=pdf&lang=pt>
4. Peixoto, Vitor, and Lucio Rennó. "Mobilidade social ascendente e voto: as eleições presidenciais de 2010 no Brasil." *Opinião Pública* 17.2 (2011): 304-332. Fonte: <https://www.scielo.br/j/op/a/D5dqMJzXKPr4nqyhGmcP6NM/?format=pdf&lang=pt>
5. Elkins, Zachary. "Quem iria votar? Conhecendo as conseqüências do voto obrigatório no Brasil." *Opinião Pública* 6.1 (2000): 109-136.
Fonte: <https://www.scielo.br/j/op/a/Z46WwzwMxhYJSK3hmt7C7Ff/?format=pdf&lang=pt>

Bibliografia Complementar:

1. SILVEIRA, Flavio Eduardo. *A decisão do voto no Brasil*. Porto Alegre: EdiPUCRS, 1998. 296 p.
Fonte: www.bce.unb.br
2. Borges, André, e Vidigal, Robert. (2018), "Do lulismo ao antipetismo? Polarização, partidarismo e voto nas eleições presidenciais brasileiras". *Opinião Pública*, 24(1): 53-89.
Fonte: <https://www.scielo.br/j/op/a/pVWZC8RnnP6d3pnQKyGcPRg/?lang=pt&format=html>

3. Carreira, Yan de Souza. "Identificação ideológica e voto para presidente." *Opinião Pública* 8 (2002): 54-79.

Fonte:

<https://www.scielo.br/j/op/a/bZ5Kd8fGPdmFmF9Xz8HzpQx/abstract/?lang=pt>

Universidade de Brasília. Instituto de Ciência Política.

Curso: Política Regional Africana. Código: POL0035.

EMENTA

Objetivo: O curso tem por objetivo apresentar os debates em torno da política regional africana. Apresenta as principais correntes de pensamento africanas e coloca-as em diálogo com as teorias do desenvolvimento e da integração regional.

Conteúdo: O curso está organizado em três unidades: introdução ao pensamento político africano; debates sobre desenvolvimento; debates sobre integração regional na África.

Bibliografia Básica:

1. COMISSÃO DA UNIÃO AFRICANA. "Relatório sobre o ponto de situação da integração regional em África". União Africana, 2019.
Fonte: https://au.int/sites/default/files/newsevents/workingdocuments/35970-wd-2.2_new_executive_summary_-_report_on_status_of_regional_integration_-_por.pdf
2. DOFONNOU, Nadège, Anderson DA SILVA e Andrea STEINER. "Os acordos firmados no continente africano e sua relação com os processos de integração regional: o caso da União Africana", em: *Revista Política Hoje*, 25 (2), 2016.
Fonte: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/politica hoje/article/view/8669>
3. VALENTE, Celisa. "Os desafios da integração regional na União Africana", dissertação de mestrado, Universidade Autónoma de Lisboa, Lisboa, 2021.
Fonte: <https://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/5404/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Corrigida.pdf>
4. OTÁVIO, Anselmo e Nilton CARDOSO. "Reflexões Acerca da Primeira Década da União Africana: Da Transformação à Atuação no Burundi, no Sudão e na Somália", em: *Conjuntura Austral* 5 (26), 2014.
Fonte: <https://seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral/article/view/46736>
5. NWORZOR, Agaptus. "União Africana, construção do Estado e os desafios da fragilidade estatal na África", em: *Austral: Revista de Estratégia e Relações Internacionais*, 7 (13), 69-90, 2018.
Fonte: <https://seer.ufrgs.br/austral>

Bibliografia Complementar:

1. ONU. "Apoio do sistema das Nações Unidas à União Africana e seu programa de Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD)", ONU/Comissão da União Africana, 2008.
Fonte: https://archive.uneca.org/sites/default/files/uploaded-documents/CoM/cfm2008/com2008_unwidesupportau-nepad_por.pdf
2. HAFFNER, Jacqueline e Genivone VIANA. "União Africana: desafios e oportunidades do bloco", em: *Conjuntura Austral*, 4(20), 2013.

Fonte: <https://seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral/article/view/38134>

3. OCDE. “Dinâmicas do desenvolvimento em África – alcançar a transformação produtiva”, OCDE/União Africana, 2019.

Fonte: https://www.oecd.org/dev/01_ADD_2019_PT_BAT_web.pdf

Universidade de Brasília. Instituto de Ciência Política.

Curso: Pensamento Político Latino-Americano – Código: POL0036.

EMENTA

Objetivo: A Disciplina Pensamento Político Latino-Americano visa apresentar e discutir as bases da matéria a partir de uma perspectiva multidisciplinar onde além de avaliar o processo de ocupação colonial e posterior luta pela descolonização buscaremos apresentar subsídios para a discussão de alguns tópicos que julgamos imprescindíveis para a compreensão dos problemas estruturais contemporâneos.

Conteúdo: A teoria da dependência, o pensamento cepalino, a luta pela democracia, a inserção na economia mundial, a globalização, os caminhos da integração regional Nafta, Mercosul.

Bibliografia Básica:

1. Furtado, Celso. Formação Econômica da América Latina. Ed. Companhia Editora Nacional. 1969.
Fonte: <https://www.bce.unb.br>
2. Jaguaribe, Hélio (Org.) Sociedade Estado e Partidos na Atualidade Brasileira. Ed. Paz e Terra. 1992.
Fonte: <https://www.bce.unb.br>
3. Weber, Max. Economia e Sociedade, Ed. UnB, 1991.
Fonte: <https://www.bce.unb.br>
4. Carnoy, Martin. Estado e Teoria Política. Ed. Papyrus, 1983.
Fonte: <https://www.bce.unb.br>
5. Bobbio, Norberto. As Ideologias e o Poder em Crise. Ed. UnB, 1990.
Fonte: <https://www.bce.unb.br>
6. Cardoso, Fernando Henrique e Faletto, Enzo. Dependência e Desenvolvimento na América Latina. Ed. Zahar. RJ. 1970.
Fonte: <https://www.bce.unb.br>
7. Weffort, Francisco. Por que democracia? Ed. Brasiliense. SP. 1986.
Fonte: <https://www.bce.unb.br>

Bibliografia Complementar:

1. Guimarães, Samuel Pinheiro. Quinhentos anos de Periferia. Ed. Contraponto, RJ. 2007.
Fonte: <https://www.bce.unb.br>
2. Neto, Lira, Getúlio (1945-1954). Ed. Companhia das Letras. SP. 2014.
Fonte: <https://www.bce.unb.br>
3. Wasserman, Claudia e Barcellos Guazzelli, Cezar Augusto. Ditaduras Militares na América Latina. Ed. UFRGS. 2004.
Fonte: <https://www.bce.unb.br>
4. Rouquié, Alain, o Estado Militar na América Latina. Ed. Alfa Omega. SP. 1982.

Fonte: <https://www.bce.unb.br>

Universidade de Brasília. Instituto de Ciência Política.
Curso: Legislação e Processo Político – Código: POL0038.

EMENTA

Objetivo: Conhecer o funcionamento das estruturas do Estado, seus princípios, suas instituições e seus mecanismos, entender como a Constituição de 1988 repercutiu na organização, na estrutura, nas atribuições e no funcionamento do Congresso Nacional e compreender o papel do Legislativo, incluindo a relação com os demais poderes da República.

Conteúdo: Sistemas de governo e funções do Legislativo e do Executivo; Perspectivas teóricas e metodológicas para estudo da relação entre os poderes; Federalismo e repartição de competências entre os entes federados; Presidencialismo de coalizão no Brasil; Prerrogativas legislativas do Executivo e controle da agenda política; Bicameralismo e organização do Congresso Nacional; Partidos políticos na arena legislativa; Sistema eleitoral e efeitos na dinâmica do Legislativo; Carreiras legislativas; Frentes parlamentares e bancadas temáticas; Comissões parlamentares; O conteúdo do debate e da produção legislativa em nível nacional; Sociedade e Legislativo; Controle do Executivo pelo Legislativo; Relações Legislativo e Judiciário; Noções fundamentais sobre processo legislativo.

Bibliografia Básica:

1. INÁCIO, Magna; RENNÓ, Lucio (Orgs.). Legislativo brasileiro em perspectiva comparada. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009.
Fonte: <https://bce.unb.br/>
2. MELO, Carlos Ranulfo; ALCÁNTARA SÁEZ, Manuel (Orgs.). A Democracia Brasileira: Balanço e Perspectivas para o Século XXI. Belo Horizonte: UFMG, 2007.
Fonte: <https://bce.unb.br/>
3. AMES, Barry. Os entraves da democracia no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.
Fonte: <https://bce.unb.br/>
4. AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio (Orgs.). Sistema Político Brasileiro: Uma Introdução. São Paulo: Unesp, 2004.
Fonte: <https://bce.unb.br/>
5. NICOLAU, Jairo Marconi; POWER, Timothy J. (Coord.). Instituições representativas no Brasil: balanço e reforma. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.
Fonte: <https://bce.unb.br/>

Bibliografia Complementar:

1. LIMONGI, Fernando. O Novo Institucionalismo e os Estudos Legislativos: A Literatura Norte-Americana Recente. In BIB, nº 37, Rio de Janeiro, 1994, pp. 3-38.
Fonte: <https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/152>

2. AMORIM NETO, Octavio. Presidencialismo e Governabilidade nas Américas. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.
Fonte: <https://bce.unb.br/>
3. LEMOS, Leany B. S. O Congresso Brasileiro e a Distribuição de Benefícios Sociais no Período 1988-1994: Uma Análise Distributivista. Dados [online], v. 44, n. 3, 2001.
Fonte: <https://www.scielo.br/j/dados/a/Tf8zj4JxQWssTwjJRw7PTSq/?lang=pt&format=html>
4. FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando. Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV; FAPESP, 2003.
Fonte: <https://bce.unb.br/>
5. NEIVA, Pedro. Coesão e Disciplina Partidária no Senado Federal. Dados, vol. 54, nº 2, 2011.
Fonte: <https://www.scielo.br/j/dados/a/TQDyL7BfNpsmdg3VrDyY5xH/?lang=pt>
6. LEONI, Eduardo; PEREIRA, Carlos; RENNÓ, Lúcio. Estratégias para sobreviver politicamente: escolhas de carreiras na Câmara de Deputados do Brasil. Opinião Pública, v. 9, n. 1, p. 44-67, 2003.
Fonte: <https://www.scielo.br/pdf/op/v9n1/16151.pdf>

Universidade de Brasília. Instituto de Ciência Política.
Curso: Avaliação de Políticas Governamentais – Código: POL0040.

EMENTA

Objetivo: O curso tem o objetivo de apresentar os principais conceitos e modelos utilizados para avaliar políticas públicas e programas governamentais

Conteúdo: O conceito de avaliação de políticas públicas. Taxonomia dos processos avaliativos. A evolução do campo da avaliação de políticas públicas, o debate sobre modelos avaliativos e suas implicações. Diferentes abordagens epistemológicas e principais métodos e técnicas quantitativas e qualitativas adotadas na avaliação. Aspectos políticos e éticos da avaliação de políticas públicas. A experiência da avaliação de políticas governamentais no Brasil e no mundo. Novos desafios para área de avaliação de programas governamentais.

Bibliografia Básica:

1. BATISTA, Mariana, DOMINGOS, Amanda. Mais que Boas Intenções: Técnicas Quantitativas e Qualitativas na Avaliação de Impactos de Políticas Públicas. Revista Brasileira de Ciências Sociais. 32 (94), 2017.
Fonte: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/5ZNdYqMxxshpBCTzdKTYt5S/?lang=pt>
2. BRASIL. Casa Civil da Presidência da República. Avaliação de Políticas Públicas: Guia Prático de Análise ex-Post – Volume 2.
Fonte: https://ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&id=34504
3. FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Diretoria de Políticas Públicas. Avaliação de políticas públicas: por onde começar?: um guia prático da metodologia do marco lógico. Belo Horizonte: FJP, 2021.
Fonte: http://fjp.mg.gov.br/wp-content/uploads/2021/04/01.06_AvaliacaoDePoliticPublicas_GuiaMarcoLogico_FJP.pdf

4. HARTZ, Zulmira Maria de Araújo, SILVA, Ligia Maria Vieira Avaliação em saúde : dos modelos teóricos à pratica na avaliação de programas e sistemas de saúde / (organizadoras). - Salvador : EDUFBA ; Rio de Janeiro : Fiocruz, 2005. 275 p. : il.
Fonte: <https://books.scielo.org/id/xzdnf>
5. BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento. Avaliação de Impacto na Prática. 2ª Edição. Washington. BID, 2016.
Fonte: <https://publications.iadb.org/pt/avaliacao-de-impacto-na-pratica-segunda-edicao>

Bibliografia Complementar:

1. FARIA, Carlos Aurélio Pimenta. A Política da Avaliação de Políticas Públicas. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol.20 No 59. Outubro de 2005.
Fonte: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/dHQ6MVmWkGqbKQ6DrSP9shg/?lang=pt>
2. OLIVEIRA, Lilian Ribeiro e PASSADOR, Claudia Souza. Ensaio Teórico sobre as Avaliações de Política Públicas. Cadernos EBAPE, 17, vol.2, Abril-Junho 2019.
Fonte: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/svZxsKnLTZ4RWnLGG93bYfH/?lang=pt>
3. JANNUZZI, Paulo de Martino. Avaliação de Programas Sociais em uma perspectiva sistêmica, plural e progressista: conceitos, tipologias e etapas. Revista Avaliação de Políticas Públicas - AVAL. Volume 4. Número 18, Julho-Dezembro de 2020. Pags 5- 27.
Fonte: <http://periodicos.ufc.br/aval/article/view/61649/162643>

Universidade de Brasília. Instituto de Ciência Política.
Curso: Política e Movimentos Sociais – Código: POL0042.

EMENTA

Objetivo: A disciplina tem como objetivo discutir o fenômeno da participação política coletiva – com foco na compreensão do processo de mobilização de grupos que buscam contestar ou transformar práticas sociais ou políticas existentes.

Conteúdo: Teorias de ação coletiva; Organizações de movimentos sociais e mobilização de recursos; Repertórios de ação coletiva. Oportunidades políticas. Enquadramentos interpretativos. Protesto. Movimentos sociais e políticas públicas.

Bibliografia Básica:

1. ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, n. 76, p. 49–86, 2009.
Fonte: <https://www.scielo.br/j/ln/a/HNDFYgPPP8sWZfPRqnWFXXz/?format=pdf&lang=pt>
2. ABERS, Rebecca N.; VON BÜLOW, Marisa. Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre estado e sociedade? Sociologias, v.13, n.28, p.52–84, 2011.
Fonte: <https://www.scielo.br/j/soc/a/vyJvNFtHTjZvHmJfVsN6tTQ/abstract/?lang=pt>

3. OLSON, Mancur, 1999. A Lógica da Ação Coletiva: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais. São Paulo: EDUSP, 17-34; 45-64.
Fonte: <https://bce.unb.br>
4. SILVA, Marcelo Kunrath; COTANDA, Fernando Coutinho; PEREIRA, Matheus Mazzilli. Interpretação e ação coletiva: o “enquadramento interpretativo” no estudo de movimentos sociais. Revista de sociologia e política, v.25, n.61, p.143–164, 2017.
Fonte:
https://scholar.google.com/scholar?hl=en&as_sdt=0%2C5&q=.+Interpreta%C3%A7%C3%A3o+e+a%C3%A7%C3%A3o+coletiva%3A+o+%E2%80%9Cenquadramento+interpretativo%E2%80%9D+&btnG=
5. TARROW, Sidney O Poder em Movimento: Movimentos Sociais e confronto político, Petrópolis, Editora Vozes, 2009.
Fonte: <https://bce.unb.br>

Bibliografia Complementar:

1. GOIRAND, Camille. Movimentos sociais na América Latina: elementos para uma abordagem comparada. Estudos Históricos (Rio de Janeiro), v. 22, p. 323–354, 2009.
Fonte:
<https://www.scielo.br/j/eh/a/fNZLLNgnL9VSJRX3mtd4GNc/?lang=pt&format=html>
2. TATAGIBA, Luciana; GALVÃO, Andreia. Os protestos no Brasil em tempos de crise (2011-2016). Opinião Pública, v. 25, n. 1, p. 63–96, 2019.
Fonte:
<https://www.scielo.br/j/op/a/C5zs3mVLLL3YXVyVpw4jhg/?lang=pt&format=html>
3. PERISSINOTTO, Renato; SZWAKO, José. Movimentos sociais como teóricos políticos: Wolin, ideias e políticas públicas. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, p. 231–263, 2017.
Fonte:
<https://www.scielo.br/j/ln/a/96CMTjn8sfrgrdGVsJ6MSYy/abstract/?lang=pt>

Universidade de Brasília. Instituto de Ciência Política.
Curso: Pensamento Político no Brasil – Código POL0046.

EMENTA

Objetivo: Apresentar etapas básicas com apoio em textos de atores/autores- da formação do pensamento político no Brasil, do Marquês de Pombal (1755) a Rui Barbosa (1918), com vista à construção do Estado – Nação.

Conteúdo: O Neopombalismo de D. João VI; Cortes de Lisboa (1821-1822) e a Independência do Brasil; Pensamentos Políticos de Hipólito José da Costa, José Bonifácio, Frei Caneca, Diogo Feijó, Visconde do Uruguai, Justiniano José da Rocha, Mauá, Joaquim Nabuco, Euclides da Cunha, Rio Branco e Rui Barbosa. Constituição de 1824, e Constituição de 1891.

Bibliografia Básica:

1. BARBOSA, Rui. Obras seletas (Volume 6). Ministério da Cultura: Fundação Biblioteca Nacional, s/data.
Fonte: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000086.pdf>
2. CARDIM, Carlos Henrique. *A Raiz das Coisas. Rui Barbosa; o Brasil e o Mundo*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira: 2007.
Fonte: <https://bce.unb.br>
3. CUNHA, Euclides da. *À Margem da História*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2005.
Fonte: <https://bce.unb.br>
4. FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder: Formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Biblioteca Azul/Globo, 2017.
Fonte: <https://bce.unb.br>
5. NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.
Fonte: <https://bce.unb.br>

Bibliografia Complementar:

1. DUVERGER, Maurice; GUIMARÃES, Aquiles Côrtes; PAIM, Antônio. *Curso de introdução ao pensamento político brasileiro: estudo de caso: partidos políticos e sistemas eleitorais no Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.
Fonte: <https://bce.unb.br>
2. LYNCH, Christian Edward Cyril. Cartografia do pensamento político brasileiro: conceito, história, abordagens. *Rev. Bras. Ciênc. Polít.*, Abr 2016, no.19, p.75-119.
Fonte: https://old.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522016000100075&lng=en&nrm=iso
3. WEFFORT, Francisco C. *Formação do Pensamento Político Brasileiro. Ideias e Personagens*. São Paulo: Editora Ática, 2006.
Fonte: <https://bce.unb.br>

Universidade de Brasília. Instituto de Ciência Política.
Curso: Política e Economia – Código: POL0048.

Ementa

Objetivo: O curso tem como objetivo examinar as relações entre a Política e Economia, as restrições e os conflitos que conduzem uma dessas esferas da vida social a impor-se sobre a outra, apresentar uma leitura política das contribuições formuladas pelas principais escolas do pensamento econômico, familiarizar o aluno com a heurística utilizada no estudo desses temas e examinar, no plano teórico e empírico, as principais causas e consequências de escolhas políticas e econômicas.

Conteúdo: Esferas da Política e da Economia em perspectiva. Temas de Economia Política para pesquisas com apresentação e discussão em classe. Reformas do Estado: Patrimonial e Administrativa. Integração Regional e Globalização: UE, NAFTA, Mercosul e BRICS. Gestão Macroeconômica, Democracia Representativa e a Política nas Relações Executivo-Legislativo. Casos norte-americano, europeu e brasileiro. Política e

Economia no Brasil. Políticas de Combate à Pobreza. Política e Economia no contexto contemporâneo: avaliação e perspectivas.

Bibliografia Básica:

1. Caporaso, James e Levine, David. Theories of Political Economy. Cambridge: Cambridge University Press, 2002. Caps. 1,2,3,4,5,8 e 9.
Fonte: <https://bce.unb.br>
2. Belluzzo, Luiz Gonzaga de Mello. Ensaio sobre o Capitalismo no Século XX. S.Paulo: Editora Unesp. Campinas, SP. Unicamp: Instituto de Economia, 2004.
Fonte: <https://bce.unb.br>
3. Bresser Pereira, Luis Carlos. A Reforma do Estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle. Cadernos MARE nº1, 1997.
Fonte: http://www.preac.unicamp.br/arquivo/materiais/bresser_reforma_do_estado.pdf
4. Keynes, J.M. Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda. Coleção Os Economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1982. E em Coleção Grandes Cientistas Sociais, n.6. Editora Ática, 1980 Coleção Os Economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
Fonte: <https://bce.unb.br>
5. Reis, Bruno Pinheiro Wanderley Modernização, mercado e democracia: políticas e economia em sociedades complexas [recurso eletrônico] – Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2020. Parte II, caps. 3 e 4: 202-382.
Fonte: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/213593/001118056.pdf?sequence=1>

Bibliografia Complementar:

1. Kalecki, Michael. Coleção Grandes Cientistas Sociais, n.16. Editora Ática, 1980.
Fonte: <https://bce.unb.br>
2. Gremaud, Amaury Patrick; Vasconcelos, Marco Antonio Sandoval de, e Junior, Rudinei Toneto. Economia Brasileira Contemporânea. 5ª. ed. – São Paulo: Atlas, 2007.
Fonte: <https://bce.unb.br>
3. Fiori, José Luís. Globalização, hegemonia e império. In Tavares, Maria da Conceição e Fiori, José L (orgs). Poder e Dinheiro. Uma Economia Política da Globalização. Ed. Vozes, 2019: 87-147.
Fonte: <https://bce.unb.br>

Universidade de Brasília. Instituto de Ciência Política.
Curso: Mudança Política na América do Sul – Código: POL0049.

EMENTA

Objetivo: O Curso (MPAS) objetiva analisar os diferentes aspectos históricos, políticos e econômicos, a partir de um enfoque multidisciplinar, utilizando para esse fim uma biografia adequada e uma ampla discussão em sala de aula. Visamos alcançar ao final do semestre, uma noção objetiva dos desafios e das perspectivas da temática abordada.

Conteúdo: Análise do processo histórico da ocupação territorial da América do Sul O Período Colonial. O Expansionismo da Colônia Portuguesa (bandeirantismo). As

principais características dos dois modelos de colonização (espanhol e português). A luta anticolonial no contexto dos conflitos intereuropeus. as independências. a Inserção no mercado internacional. O fim da guerra fria. O Consenso de Washington. A criação do Mercosul. As perspectivas políticas e econômicas contemporâneas.

Bibliografia Básica:

1. Donghi, Halperin. História da América Latina. Ed. Paz e Terra. RJ. 1975.
Fonte: <https://www.bce.unb.br>
2. Furtado Celso. Formação Econômica da América Latina, Lia Editor S.A RJ.1970.
Fonte: <https://www.bce.unb.br>
3. Bellotto, Manoel Lelo e Martinez Corrêa, Ana Maria. A América Latina de Colonização Espanhola. Ed. Hucitec, Ed USP, SP.1979.
Fonte: <https://www.bce.unb.br>
4. Shumway, Nicolas. A invenção da Argentina. Ed. Unb,1991.
Fonte: <https://www.bce.unb.br>
5. Goes Filho, Synesio Sampaio. Navegantes, Bandeirantes, Diplomatas. Ed. Martins Fontes. Rio de Janeiro: 2000.
Fonte: <https://www.bce.unb.br>

Bibliografia Complementar:

1. Skidmore, Thomas: Uma História do Brasil. Ed. Paz e Terra, RJ.1998.
Fonte: <https://www.bce.unb.br>
2. Cervo, Amado Luiz (organizador). O Desafio Internacional: A Política Exterior no Brasil de 1930 até os nossos dias. Ed. UnB, 1994.
Fonte: <https://www.bce.unb.br>
3. Veronese, Josiane Rose Petry e Petry, João Felipe Corrêa. Adoção Internacional e Mercosul: aspectos jurídicos e sociais. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2004.
Fonte: <https://www.bce.unb.br>

Universidade de Brasília. Instituto de Ciência Política.

Curso: Estado e Desenvolvimento no Brasil – Código: POL0051.

EMENTA

Objetivo: Discutir o papel do Estado no desenvolvimento Nacional.

Conteúdo: Cafeicultura, trabalho escravo e trabalho livre. Desenvolvimento durante e grande depressão de 1929. Industrialização e crescimento. Crises e ruptura democrática. Retomada e desaceleração do desenvolvimento.

Bibliografia Básica:

1. DELFIM NETO, A. O problema do café no Brasil. São Paulo: IPE/USP, 1981 (1966).
Fonte: <https://www.bce.unb.br>
2. FURTADO, C. Formação econômica do Brasil. São Paulo: Ed. Nacional, 1974 (1959).
Fonte: <https://www.bce.unb.br>
3. VILLELA, A. SUZIGAN, W. Política de Governo e Crescimento da economia brasileira. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1973.

- Fonte: <https://www.bce.unb.br>
4. FAUSTO, B. A Revolução de 1930. São Paulo: Brasiliense, 1972.
Fonte: <https://www.bce.unb.br>
 5. ABREU, M. de P. (Org.). A Ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
Fonte: <https://www.bce.unb.br>
 6. BELLUZZO, L. G.; COUTINHO, R. (Org.). Desenvolvimento Capitalista no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1982. v.1 e v.2.
Fonte: <https://www.bce.unb.br>

Bibliografia Complementar:

1. FAORO, R. Os donos do poder: formação do patrono político brasileiro. Porto Alegre: Globo, 1975.
Fonte: <https://www.bce.unb.br>
2. SUZIGAN, W. Indústria Brasileira: origens e desenvolvimento. São Paulo: Brasiliense, 1986.
Fonte: <https://www.bce.unb.br>
3. CARDOSO DE MELLO, J. M. O Capitalismo Tardio. São Paulo: Brasiliense, 1984.
Fonte: <https://www.bce.unb.br>

Universidade de Brasília. Instituto de Ciência Política.
Curso: Política e Economia Mundial – Código: POL0053.

EMENTA

Objetivo. O curso tem como objetivo abordar aspectos reais e monetários na economia mundial, considerando-se as restrições e condicionamentos da esfera política; fornecer instrumentos para análise de problemas econômicos de um país, tendo em conta as restrições impostas pelo setor externo e seus impactos domesticamente, assim como oferecer elementos para a análise crítica dos principais problemas econômico-financeiros mundiais.

Conteúdo. Evolução da política e da economia mundial desde a 1ª Revolução Industrial. Interdependência econômica real e monetária nos séculos XX/XXI. Condicionantes político-institucionais pós Segunda Guerra Mundial. Revisão de conceitos macroeconômicos. Regimes de taxas cambiais. O câmbio como instrumento de política econômica. O Balanço de Pagamentos. Teorias e políticas macroeconômicas de ajustamento do setor externo. Análise crítica das políticas macroeconômicas dominantes. Evolução do Sistema Monetário Internacional: o padrão-ouro, as instituições de Bretton Woods, a ruptura do padrão dólar-ouro e a moeda única europeia. O fenômeno da globalização e os desdobramentos em marcha. Tópicos Especiais para Pesquisas e Seminários em Grupo.

Bibliografia básica:

1. Batista, Paulo Nogueira. O Consenso de Washington: a Visão Neoliberal dos Problemas Latino-Americanos, p. 115-162, em Pensando o Brasil: ensaios e palestras / Paulo Nogueira Batista Jr, organizador. Brasília : Fundação Alexandre de Gusmão, 2009. 336 p.

Fonte: http://funag.gov.br/loja/download/331-Paulo_Nogueira_Batista_Pensando_o_Brasil.pdf

2. Bresser Pereira, Luiz Carlos e Araujo, Cícero. Para Além do Capitalismo Neoliberal: As Alternativas Políticas. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 61, no 3, 2018: 551-580.
Fonte: <https://www.scielo.br/j/dados/a/vryDQY4Yy34w9V5FQdhQcCg/?format=pdf&lang=pt>
3. Castro, Antonio. Resenha do Livro O Mito do desenvolvimento Econômico, de Celso Furtado. PPE, RJ, 4(3): 739-752, dez 1974.
Fonte: <http://ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/viewFile/677/619>.
4. Furtado, C. Globalização das estruturas econômicas e identidade nacional. Estudos Avançados. USP 1992 v 6 n16a05
Fonte: <https://www.scielo.br/j/ea/a/56d9WGcDrYXJ3MkCC4Lwm8s/?lang=pt>
5. Prado, Eleutério F.S. O Declínio Global do Capitalismo e as alternativas. Debate sobre a crise do capitalismo, em <HTTPS://outraspalavras.net>. Resgate 2021/07/23.
Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=6g9Ed7Qj65M>

Bibliografia complementar:

1. ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). Relatório Mundial de Emprego e Questões Sociais - Tendências 2021 (Emploi et questions sociales dans le monde – Tendances 2021). Genebra-Suíça: PRODOC, 2021.
Fonte: https://www.ilo.org/global/research/global-reports/weso/trends2021/WCMS_794491/lang--fr/index.htm
2. ALVES, José Ricardo da Costa Aguiar. O Conselho Econômico e Social das Nações Unidas e suas propostas de reforma. 1 ed. Brasília: FUNAG, 2013.
Fonte: http://funag.gov.br/loja/download/1090-Conselho_Economico_e_Social_das_Nacoes_Unidas_e_Suas_Propostas_de_Reforma.pdf
3. VIANA, André Rego; CINTRA, Marcos Antonio Macedo. G20: os desafios da coordenação global e da regulação financeira. IPEA, 2010.
Fonte: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4744/1/BEPI_n1_g20.pdf

Universidade de Brasília. Instituto de Ciência Política.
Curso: Teoria e Métodos Marxistas – Código: POL0059.

EMENTA

Objetivo: Apresentação dos fundamentos da teoria de Marx nos diversos campos que ela abrange – filosofia, economia, sociologia, história e política.

Conteúdo: Discussão das principais correntes de teoria política derivadas do pensamento de Marx, observando a reflexão sobre as classes sociais, sobre a natureza do Estado capitalista e sobre as formas de transformação social.

Bibliografia Básica:

1. DELPHY, Christine. O inimigo principal: a economia política do patriarcado. Revista Brasileira de Ciência Política, n. 17, 2015, pp. 99-119.
Fonte: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/wwgKkcLrkZv5qgnF6kRQfXs/?format=pdf&la>

- [ng=pt](#)
2. MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto do partido comunista [1848].
Fonte: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cv000042.pdf>
 3. MARX, Karl. O 18 de Brumário de Luis Bonaparte [1852].
Fonte: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ma000066.pdf>
 4. MARX, Karl. Crítica ao Programa de Gotha [1891].
Fonte: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cv000035.pdf>
 5. WRIGHT, Erik Olin. Análise de classes. Revista Brasileira de Ciência Política, n. 17, 2015, pp. 121-63.
Fonte:
<https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/QH8FfZ3sFpqv7tdYtpYWznG/abstract/?format=html&lang=pt>

Bibliografia Complementar:

1. THOMPSON, Edward P. A formação da classe operária inglesa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
Fonte: <https://bce.unb.br>
2. ENGLES, Friedrich. A origem da família, da propriedade privada e do Estado. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
Fonte: <https://bce.unb.br>
3. LACLAU, Ernesto. Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social.
4. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 2, 1986, pp. 41-47.
Fonte: http://anpocs.com/images/stories/RBCS/02/rbcs02_04.pdf

Universidade de Brasília. Instituto de Ciência Política.
Curso: Políticas Públicas e Teoria Política – Código: POL0060.

EMENTA

Objetivo: Discutir questões de políticas públicas com base em conceitos de teoria política contemporânea.

Conteúdo: Teoria das Elites. Pluralismo. Marxismo. Neoliberais. As Políticas Públicas na Ciência Política. Políticas de Saúde no Brasil. Implementação e execução de políticas públicas. Políticas Públicas de Educação.

Bibliografia Básica:

1. DAHL, R. A. 1958. A Critique of the Ruling-Elite Model. *American Political Science Review*, Washington (D. C.), v. 52, n. 2, p. 463-469, June.
Fonte: https://www.jstor.org/stable/pdf/1952327.pdf?refreqid=excelsior%3Ace2d65e50cea0285013f082f6507cb97&ab_segments=&origin=&acceptTC=1
2. Poulantzas, Nico (1978). O Estado, O Poder, O Socialismo.
Fonte: <https://www.bce.unb.br>
3. Hayek, Friederich. Os Fundamentos da Liberdade.
Fonte: <https://www.bce.unb.br>
4. ALCÂNTARA, Valderi de Castro; ANDRADE, Luís Fernando Silva; FERREIRA, Patrícia Aparecida; MACEDO, Alex dos Santos. O papel dos atores na formulação e implementação de políticas públicas: dinâmicas, conflitos e interesses no

Programa Mais Médicos. Cad. EBAPE.BR, v. 14, Edição Especial, Artigo 10, Rio de Janeiro, Jul. 2016.

Fonte: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/CpskZt34XqzMZFXsLyxKPTw/abstract/?lang=pt>

5. HILL, Michael. Implementação: uma visão geral. In: Saraiva, Enrique & Ferrarezi, Elisabete. (Orgs.) Políticas Públicas. Brasília: ENAP, 2006.

Fonte: https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/2914/1/160425_coletanea_pp_v1.pdf.

Bibliografia Complementar:

1. Schumpeter, J. Capitalism, Socialism & Democracy (1942).
Fonte: <https://www.bce.unb.br>
2. Friedman, Milton. (1962) Capitalismo e Liberdade.
Fonte: <https://www.bce.unb.br>
3. WAMPLER, Brian. A difusão do Orçamento Participativo brasileiro: “boas práticas” devem ser promovidas? Opinião Pública, vol. 14, nº 1, p.65-95. Campinas, 2008.
Fonte: <https://www.scielo.br/j/op/a/4xS4YRF3bXT8BNtxVcGQrZk/?lang=pt>

Universidade de Brasília. Instituto de Ciência Política.

Curso: Tópicos Especiais em Ciência Política 2 – Código: POL0062.

EMENTA

Objetivo: O curso tem por objetivo aprofundar o conhecimento teórico e empírico em temas da ciência política contemporânea com ênfase no papel do Estado e das instituições governamentais.

Conteúdo: Introdução a conceitos, modelos teóricos, novas abordagens, estudos de caso e análise comparada.

Bibliografia: A disciplina adota bibliografia básica e complementar relacionada ao tema e estudo de interesse do corpo docente e discente envolvido na investigação científica proposta.

Universidade de Brasília. Instituto de Ciência Política.

Curso: Tópicos Especiais em Ciência Política 3 – Código: POL0065.

EMENTA

Objetivo: O curso tem por objetivo aprofundar o conhecimento teórico e empírico em temas da ciência política contemporânea com ênfase no estudo de novos fenômenos como internet e política, redes sociais, migração, polarização política, ações afirmativas e controle da informação.

Conteúdo: Introdução a conceitos, modelos teóricos, novas abordagens, estudos de caso e análise comparada.

Bibliografia: A disciplina adota bibliografia básica e complementar relacionada ao tema e estudo de interesse do corpo docente e discente envolvido na investigação científica proposta.

Universidade de Brasília. Instituto de Ciência Política.
Curso: Teoria da Democracia – Código: POL0071.

EMENTA

Objetivo: A partir de uma pergunta central: “quais são os sentidos da democracia?”, o curso tem o objetivo de apresentar as principais correntes contemporâneas da teoria da democracia (e de algumas de suas fontes no pensamento político anterior).

Conteúdo: Da democracia antiga ao governo representativo. Democracia e liberalismo e as correntes do elitismo e pluralismo. O retorno à participação ampliada: democracia participativa, deliberativa, pragmatismo e democracia radical. As características e tensões entre representação política e democracia e as propostas de renovação desta relação.

Bibliografia Básica:

1. MANIN, Bernard. As metamorfoses do governo representativo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.10 n.29, São Paulo out. 1995.
Fonte: http://anpocs.com/images/stories/RBCS/rbcs29_01.pdf
2. DAHL, Robert Alan. *Sobre a democracia*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.
Fonte: <https://bce.unb.br>
3. SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

Fonte: <https://bce.unb.br>

4. FARIA, Cláudia Feres. Democracia deliberativa: Habermas, Cohen e Bohman. *Lua Nova*, n. 49, 2000, p. 47-58.
Fonte: <https://doi.org/10.1590/S0102-64452000000200004>
5. YOUNG, Iris Marion. Representação política, identidade e minorias. *Lua Nova*, São Paulo, 67: 139-190, 2006.
Fonte: <https://www.scielo.br/j/ln/a/346M4vFfVzg6JFk8VZnWVvC/?format=pdf&lang=pt>

Bibliografia Complementar:

1. MIGUEL, Luís Felipe. Teoria democrática atual: um esforço de mapeamento. *BIB*, n. 59, 2005, p. 5-42.
Fonte: <https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/280/553>
2. MOUFFE, Chantal. Por um modelo agonístico de democracia. *Revista de Sociologia Política*, n. 25, 2005, p. 11-23.
Fonte: <https://doi.org/10.1590/S0104-44782005000200003>
3. ARAUJO, Cícero. Representação, soberania e a questão democrática. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 1, p. 47-61, jan./jun. 2009.
Fonte: <http://ojs.bce.unb.br/index.php/rbcp/article/view/6592/0>

Universidade de Brasília. Instituto de Ciência Política.

Curso: Política e Teoria Social – Código: POL0072.

EMENTA

Objetivo: Abordar as grandes questões que permeiam o universo das ciências sociais, privilegiando temas clássicos da política e sociologia: ação, indivíduo, cultura e sociedade, controle social, grupos e sociabilidade, mudança social, mobilidade, poder, conflitos.

Conteúdo: Política e Sociologia no pensamento de Max Weber; Marx, Weber e o desenvolvimento do capitalismo; sociologia política de Durkheim; Poder nos escritos de Parsons; Sociedade civil e esfera pública em Habermas; O conceito de poder em Foucault.

Bibliografia Básica:

1. ARON, Raymond. As etapas do pensamento sociológico. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
Fonte: <https://bce.unb.br>
2. FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 2011.
Fonte: <https://bce.unb.br>
3. MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto do partido comunista [1848]. Fonte: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cv000042.pdf>
4. WEBER, Max. Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva (v. 1). 4. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2015.
Fonte: <https://bce.unb.br>
5. WEBER, Max. Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva (v. 2). 4. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2015.
Fonte: <https://bce.unb.br>

Bibliografia Complementar:

1. BOURDIEU, Pierre. O campo político. Rev. Bras. Ciênc. Polít. (5) • Jul 2011.
Fonte: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/3JY6Zsr9yVZGz8BYr5TfCRG/?lang=pt>
2. HABERMAS, Jürgen. Agir comunicativo e razão destrancendentalizada. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002.
Fonte: <https://bce.unb.br>
3. PARSONS, Talcott. A sociologia americana: perspectivas, problemas, métodos. São Paulo, SP: Cultrix, 1970.
Fonte: <https://bce.unb.br>

Universidade de Brasília. Instituto de Ciência Política.
Curso: Representação Política – Código: POL0074.

EMENTA

Objetivo: A disciplina visa revisar as ideias mais influentes que disputam o sentido da representação a partir da modernidade, levando em conta debates mais recentes sobre os limites da democracia representativa, a representação fora do sistema eleitoral e a representação de grupos.

Conteúdo: Representação, soberania e autorização. O governo representativo. Representação e democracia eleitoral. A virada representativa na teoria democrática.

Representação não eleitoral. Representação de grupos.

Bibliografia Básica:

1. ALMEIDA, D. C. R. DE. Representação como processo: a relação Estado/sociedade na teoria política contemporânea. Revista de Sociologia e Política, v. 22, n. 50, 2014.
Fonte: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/bZkygsxmzSpMwKvdCvGqSrx/abstract/?lang=pt>
2. HOBBS, Thomas. Leviatã: ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil. São Paulo: Nova Cultural, 1997. (Coleção Os Pensadores). Capítulo XVI a XIX.
Fonte: <https://bce.unb.br>
3. MANIN, Bernard. As metamorfoses do governo representativo. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 10, n. 29, 1995.
Fonte: http://anpocs.com/images/stories/RBCS/rbcs29_01.pdf
4. PHILLIPS, Anne. De uma política de ideias a uma política de presença? Estudos Feministas, v. 9, n. 1, p. 268-290, 2001.
Fonte: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n1/8615.pdf>
5. PITKIN, F. Hanna. (2006). "Representação: Palavras, Instituições e Ideias". Lua Nova, 67: 15-48.
Fonte: <https://www.scielo.br/j/ln/a/pSDrmVSqRqggw7GXhxBjCgG/?format=html&lang=pt>

Bibliografia Complementar

1. AVRITZER, L. Sociedade civil, instituições participativas e representação: da autorização à legitimidade da ação. Dados, v. 50, p. 443–464, 2007.
Fonte: <https://www.scielo.br/j/dados/a/xfPSZNfnDzgFpXmYBsDvrhd/?lang=pt>
2. CODATO, A.; LORENCETTI, M.; PRATA, B. Elites políticas e representação: uma investigação da literatura contemporânea sobre políticos profissionais. BIB-Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, n. 95, 2021.
Fonte: <https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/120>
3. GURZA LAVALLE, A.; HOUTZAGER, P. Representação política e organizações civis: novas instâncias de mediação e os desafios da legitimidade. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 21, n. 60, 2006, p. 43-66.
Fonte: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/DZWNNCzyCVyrSKBJmX9YZHy/abstract/?lang=pt>

Universidade de Brasília. Instituto de Ciência Política.
Curso: Estado e Teoria Política – Código: POL0075.

EMENTA

Objetivo: O objetivo desse curso é apresentar um panorama geral da discussão teórica sobre o Estado na ciência política contemporânea.

Conteúdo: O curso oferece um panorama da discussão da teoria política acerca do Estado a partir do século XX. Para isso, oferece uma compreensão ampla a partir de discussões da economia política, da sociologia e da ciência política acerca do significado do Estado, seu processo de formação moderno, as suas estruturas, sua relação com a

sociedade civil e suas transformações.

Bibliografia Básica:

1. POLANYI, Karl. A grande transformação: as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.
Fonte: <https://bce.unb.br>
2. POULANTZAS, Nico. O Estado, o poder, o socialismo. Rio de Janeiro: Graal, 1981.
Fonte: <https://bce.unb.br>
3. OFFE, Klaus. Problemas estruturais do estado capitalista. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1984.
Fonte: <https://bce.unb.br>
4. Peter Evans. Análise do estado no mundo neoliberal: uma abordagem institucional comparativa. In: Revista de Economia Contemporânea, 4, 1998, pp. 51-85.
Fonte: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rec/article/view/19584>
5. STREECK, Wolfgang. Tempo comprado: a crise adiada do capitalismo democrático. São Paulo: Boitempo, 2018.
Fonte: <https://bce.unb.br>

Bibliografia Complementar:

1. HAYEK, Friedrich A. Von. O caminho da servidão. Porto Alegre: Globo, 1977.
Fonte: <https://bce.unb.br>
2. HOLMES, Pablo. O Constitucionalismo entre a Fragmentação e a Privatização: Problemas Evolutivos do Direito e da Política na Era da Governança Global. Dados (Rio de Janeiro. Impresso), v. 57, p. 1137-1168, 2014.
Fonte: <https://doi.org/10.1590/00115258201435>
3. EVANS, Peter B.; RUESCHEMEYER, Dietrich & SKOCPOL, Theda. Bringing the State Back In. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.
Fonte: <https://bce.unb.br>

Universidade de Brasília. Instituto de Ciência Política.
Curso: Política e Mídia. Código: POL0077.

EMENTA

Objetivo: A partir da constatação da centralidade dos meios de comunicação de massa nas sociedades contemporâneas, a disciplina analisa aspectos de seu funcionamento e de sua influência nos processos políticos, em especial nas democracias eleitorais. Isso será feito por meio do estudo de perspectivas teóricas e conceitos relevantes para a análise das relações entre a mídia e a política, de um balanço específico das pesquisas sobre mídia e eleições no Brasil e de orientações para pesquisa empírica na área.

Conteúdo: A centralidade dos meios de comunicação nas sociedades contemporâneas e as relações entre mídia e política: introdução ao tema. O processo de seleção da notícia. A opção pelo espetáculo. O jornalismo como entretenimento. O processo de produção da notícia (*newsmaking*), a hipótese do *agenda-setting* e o conceito de enquadramento como recurso metodológico. Mídia e transformações no comportamento dos atores políticos.

Mídia e transformações no comportamento do público. Mídia e representação política. Mídia e eleições no Brasil. Internet e Política.

Bibliografia Básica:

1. BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. Porto Alegre: Zouk; São Paulo: EdUSP, 2006.
Fonte: <https://bce.unb.br/>
2. BIROLI, Flávia. “Limites da política e esvaziamento dos conflitos: o jornalismo como gestor de consensos”. *Revista Estudos Políticos*, nº 6, pp. 126-143, 2013.
Fonte: https://periodicos.uff.br/revista_estudos_politicos/article/view/38663/22168
3. MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flavia. “A produção da imparcialidade: a construção do discurso universal a partir da perspectiva jornalística”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 73, pp. 59-76, 2010.
Fonte: <https://old.scielo.br/pdf/rbcsoc/v25n73/v25n73a04.pdf>
4. GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley. *Comunicação e democracia: problemas e perspectivas*. São Paulo: Paulus, 2008.
Fonte: <https://bce.unb.br/>
5. THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna: Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
Fonte: <https://bce.unb.br/>

Bibliografia Complementar:

1. RAMONET, Ignácio. *A tirania da comunicação*. Petrópolis: Vozes, 2001.
Fonte: <https://bce.unb.br/>
2. MIGUEL, Luis Felipe. “A mídia e o declínio da confiança na política”. *Revista Sociologias*, n. 19; pp. 250-273, 2008.
Fonte: <https://www.scielo.br/j/soc/a/jpvKf7yGTh86VtFQLRK8WyN/?lang=pt>
3. WOLF, Mauro. *Teorias das comunicações de massa*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
Fonte: <https://bce.unb.br/>

Universidade de Brasília. Instituto de Ciência Política.
Curso: Seminário de Conjuntura Política – Código: POL0079.

EMENTA

Objetivo: A disciplina propõe construir uma moldura interpretativa de processos políticos previamente delimitados e explicitados, buscando fundamentar primeiramente o estatuto teórico da noção de conjuntura. Visa ainda ressaltar o vínculo do tema selecionado com os encadeamentos histórico-estruturais indispensáveis ao exercício de interpretação científica.

Conteúdo: Papel do Estado e funcionamento das instituições. Relações Estado, mercado e sociedade civil. Macro-economia e desenvolvimento social.

Bibliografia: A disciplina adota bibliografia básica e complementar relacionada ao tema e estudo de interesse do corpo docente e discente envolvido na investigação científica proposta.

Universidade de Brasília. Instituto de Ciência Política.
Curso: Pesquisa em Ciência Política 1- Código: POL0084.

EMENTA

Objetivo: O curso tem por objetivo introduzir os estudantes da ciência política aos debates sobre como fazer pesquisa. Apresenta as principais correntes epistemológicas e discute sua relação com a metodologia de pesquisa.

Conteúdo: Introdução aos conceitos: epistemologia, pesquisa, ciência. Correntes epistemológicas da ciência política. Métodos e técnicas de pesquisa.

Bibliografia Básica:

1. MARCELINO, Carla. 2020. Metodologia de pesquisa. Ed. Contentus (e-book).
Fonte: <https://bce.unb.br>
2. ALEXANDRE, Agripa Faria. 2021 (3ª. Edição), Metodologia científica: princípios e fundamentos, São Paulo: Ed. Blucher (e-book).
Fonte: <https://bce.unb.br>
3. KELLSTEDT, Paul; Guy Whitten. 2015. Fundamentos da pesquisa em ciência política, São Paulo: Ed. Blucher (e-book).
Fonte: <https://bce.unb.br>
4. AVELINO, George; Scott Desposato; Ivan Mardegan. 2021. Transparência e replicação na ciência política brasileira: um olhar inicial, Revista DADOS, 64 (3).
Fonte: <https://www.scielo.br/j/dados/a/4pMrxZVYv4pXypfGrRr55Nx/abstract/?format=html&lang=pt>
5. SILVERMAN, David. 2009 (3ª. Edição). Interpretação de dados qualitativos: métodos para análise de entrevistas, textos e interações. Porto Alegre: Artmed.
Fonte: <https://bce.unb.br>

Bibliografia Complementar:

1. REZENDE, Flávio. 2014. “Fronteiras de integração entre métodos qualitativos e quantitativos na ciência política comparada”, em: *Teoria e Sociedade*, 22(2), p. 40-74.
Fonte: <https://teoriaesociedade.fafich.ufmg.br/index.php/rts/article/view/190>
2. VEIGA, Luciana e Sônia GONDIM. 2001. “A utilização de métodos qualitativos na ciência política e no marketing político”, *Opinião Pública*, vol. VII, n. 1, p. 1-15.
Fonte: <https://www.scielo.br/j/op/a/gMFTTts3KJSyjkZXBQV6VjM/?lang=pt>
3. KENNETH, Camargo. 2020. As tentativas de explicar o caos: a ciência, a política e a pandemia de COVID-19, *Cadernos de Saúde Pública*, 36 (4), <https://doi.org/10.1590/0102-311X00088120>.
Fonte: <https://www.scielo.br/j/csp/a/S7T4dfGPGG9Pxx7MFtvpYcc/?lang=en>

Universidade de Brasília. Instituto de Ciência Política.
Curso: Participação Política – Código: POL0087.

EMENTA

Objetivo: Apresentar de forma ampla o debate em torno da participação política, com foco no conceito e prática de democracia participativa.

Conteúdo: O conceito de participação política. Democracia participativa. Democracia deliberativa. As instituições participativas na política brasileira. Orçamento participativo, conselhos gestores e conferências nacionais.

Bibliografia Básica:

1. BORBA, Julian. Participação Política: uma revisão dos modelos de classificação. Revista Sociedade e Estado, vol. 27, n. 2, Maio/Agosto 2012, pp. 263-288.
Fonte: <https://www.scielo.br/j/se/a/HGGyvD6DN8HJJhB8kTnbznQ/?lang=pt>
2. DAGNINO, Evelina; OLVERA, Alberto J.. PANFICHO, Aldo (Eds.) . A Disputa pela Construção Democrática na América Latina. São Paulo: Paz e Terra, 2006.
Fonte: <https://bce.unb.br>
3. PATEMAN, Carole. Participação e teoria democrática. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
Fonte: <https://bce.unb.br>
4. HABERMAS, Jürgen. Direito e Democracia: entre facticidade e validade (vol. II). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.
Fonte: <https://bce.unb.br>
5. SANTOS, Boaventura de Sousa, org., Democratizar a Democracia: os Caminhos da Democracia Participativa. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. Pp. 39-82.
Fonte: <https://bce.unb.br>

Bibliografia Complementar:

1. AVRITZER, Leonardo. Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. Opinião pública, v. 14, p. 43-64, 2008.
Fonte: <https://www.scielo.br/j/op/a/SXb5hxxKDHgM3Y9YMvRgMzN/abstract/?lang=pt>
2. FARIA, Cláudia Feres. “Democracia deliberativa: Habermas, Cohen e Bohman”. Lua Nova, nº 50. São Paulo, 2000, pp. 47-68.
Fonte: <https://www.scielo.br/j/ln/a/VH5sdwRWmTZFXm9dFYCzKDM/?lang=pt>
3. ROMÃO, Wagner de Melo. 2011. “Conselheiros do Orçamento Participativo nas Franjas da sociedade política.” Lua Nova 84: 353-64.
Fonte: <https://www.scielo.br/j/ln/a/xmfpPNCJH3WW3GBcpCytQ8k/?lang=pt>

Universidade de Brasília. Instituto de Ciência Política.

Curso: Tópicos Especiais em Ciência Política 4 – Código: POL0088.

EMENTA

Objetivo: O curso tem por objetivo aprofundar o conhecimento metodológico para estudos do sistema político e/ou de recorte interdisciplinar entre a ciência política e a sociologia, antropologia, economia, estatística, administração pública e direito.

Conteúdo: Introdução a conceitos, modelos teóricos, novas abordagens, estudos de caso e análise comparada.

Bibliografia: A disciplina adota bibliografia básica e complementar relacionada ao tema e estudo de interesse do corpo docente e discente envolvido na investigação científica proposta.

Universidade de Brasília. Instituto de Ciência Política.

Curso: Métodos Quantitativos Aplicados às Políticas Públicas – Código: POL0117.

EMENTA

Objetivo: O objetivo desta disciplina é introduzir os fundamentos dos métodos quantitativos como ferramenta para a análise de políticas públicas, desenvolvendo a habilidade de modelar relações causais entre variáveis de interesse.

Conteúdo: Estatística Descritiva. Análise Exploratória de Dados. Probabilidade, Independência e probabilidade condicional. Variáveis aleatórias discretas e contínuas. Esperança e variância. Covariância e Correlação. Noções de inferência e amostragem. Distribuição amostral da média. Teorema do Limite Central. Teste de hipótese e Intervalo de confiança. Comparação de médias. Análise de Variância. Modelo de regressão linear.

Bibliografia Básica:

1. BUSSAB, Wilton de O.; MORETTIN, Pedro A. Estatística Básica. Saraiva, 9ª Edição, 2017.
Fonte: <https://bce.unb.br/>
2. WOOLDRIDGE, Jeffrey M. Introdução à econometria: uma abordagem moderna. 6. ed. São Paulo, SP: Cengage Learning, 2019.
Fonte: <https://bce.unb.br/>
3. CERVI, Emerson Urizzi. Manual de métodos quantitativos para iniciantes em Ciência Política – Vol 1. Curitiba: CPOP-UFPR, 2017.
Fonte: http://www.cpop.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2017_cervi_mq_vol1.pdf
4. CERVI, Emerson Urizzi. Manual de métodos quantitativos para iniciantes em Ciência Política –Vol. 2. Curitiba: CPOP–UFPR, 2019.
Fonte: http://www.cpop.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2019_cervi_mq_vol2_cpop.pdf
5. HAIR. J.; ANDERSON R.; TATHAM R.; BLACK W. Análise Multivariada de Dados. Porto Alegre: Bookman, 2009.
Fonte: <https://bce.unb.br/>

Bibliografia Complementar:

1. JANNUZZI, Paulo de Martino. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. Revista do Serviço Público, v. 56, n. 2, p.137-160, 2014.
Fonte: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/222/227>
2. MENEZES FILHO, Naercio et al. Avaliação econômica de projetos sociais. São Paulo: Dinâmica Gráfica e Editora, 2012.

Fonte: https://www.itausocial.org.br/wp-content/uploads/2018/05/avaliacao-economica-3a-ed_1513188151.pdf

3. PAULA, Julio Cesar Guimarães de. Em busca da Inferência Válida: métodos e testes de hipóteses nos estudos legislativos brasileiros. Revista Brasileira de Ciência Política, p. 273-311, 2018.

Fonte:

<https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/pG4v5GHwd3rJxsLThVckNrv/?format=pdf&lang=pt>

Universidade de Brasília. Instituto de Ciência Política.

Disciplina: Ética e Política – Código: POL0118.

EMENTA

Objetivo: Discutir a relação entre ética e política a partir das diferentes correntes teóricas. Refletir sobre os possíveis limites ético-institucionais ao exercício do poder. Promover análises de conjuntura sobre temas contemporâneos com base nas teorias estudadas.

Conteúdo: Fundamentos político-filosóficos da ética e a relação com a política. Teoria e práxis. Esclarecimento como caminho ético. Limites do esclarecimento. Noções de justiça. Política, ética e democracia. Problemas éticos do mundo contemporâneo.

Bibliografia Básica:

1. ARISTÓTELES. Ética a Nicômaco.
Fonte: <https://bce.unb.br>
2. HABERMAS, Jürgen. Para o uso pragmático, ético e moral da razão prática. Estudos Avançados 3 (7) dez. 1989.
Fonte: <https://doi.org/10.1590/S0103-40141989000300002>
3. KANT, Immanuel. Resposta à pergunta: Que é esclarecimento? Cognition, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 145-154, jan./jun. 2012.
Fonte: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5158861/mod_resource/content/1/09.%20Kant.%20O%20que%20é%20o%20Esclarecimento.pdf
4. MAQUIAVEL, Nicolau. O Príncipe.
Fonte: <https://bce.unb.br>
5. WEBER, Max. Ciência e Política: duas vocações.
Fonte: <https://bce.unb.br>

Bibliografia Complementar:

1. ARENDT, Hannah. Entre o passado e o futuro.
Fonte: <https://bce.unb.br>
2. FOUCAULT, Michel. MOTTA, Manoel B. (org.). Ética, sexualidade, política. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. (Ditos & escritos V).
Fonte: <https://bce.unb.br>
3. BOBBIO, Norberto. Ética e Política. Lua Nova (25), Abril 1992
Fonte: <https://doi.org/10.1590/S0102-64451992000100006>

Universidade de Brasília. Instituto de Ciência Política.

Curso: Estado, Governo e Políticas Públicas – Código: POL0119.

EMENTA

Objetivo: Proporcionar um estudo sobre a organização da administração pública no Brasil. Dimensões estruturantes da ação estatal nas perspectivas histórica e contemporânea. Aspectos teóricos do federalismo e os desafios para a provisão de políticas públicas.

Conteúdo: Estado, Estado-Nação e Sociedade Civil. Instituições e administração pública. Funcionamento do sistema político. Políticas do Estado e programas dos governos. Conceito e ciclo das políticas públicas. Federalismo e os problemas de coordenação e cooperação.

Bibliografia Básica:

1. Bresser-Pereira, L. C. Reforma gerencial e legitimação do estado social. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, RJ, v. 51, n. 1, p. 147–156, 2017.
Fonte: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/65932>
2. Couto, Cláudio Gonçalves. Sistema de governo e políticas públicas. Brasília: Enap, 2019.
Fonte: https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/4160/1/Livro_Sistema%20de%20Governo%20e%20Políticas%20Publicas.pdf
3. MELO, Carlos Ranulfo. As instituições políticas brasileiras funcionam? Rev. Sociol. Polít., Curitiba, 25, p. 199-203, nov. 2005.
Fonte: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/DS9kVkGPspwdD8q8kS8XbKC/?lang=pt>
4. Avelar, Lúcia e Cintra, Antônio Octávio (Orgs.). Sistema Político Brasileiro: uma introdução. Rio de Janeiro/São Paulo: Fundação Konrad Adenauer-Stiftung/Fundação Unesp, 2004.
Fonte: <https://bce.unb.br>
5. Wu et al. Guia de políticas públicas: gerenciando processos / Xun Wu, M. Ramesh, Michael Howlett, Scott Fritzen; traduzido por Ricardo Avelar de Souza. – Brasília: Enap, 2014.
Fonte: <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/2555/1/Guia%20de%20Pol%C3%AADticas%20Públicas%20Gerenciando%20Processos.pdf>

Bibliografia Complementar:

1. Bresser-Pereira, L. C. Estado, Estado-Nação e formas de intermediação política. Lua Nova São Paulo, 100: 155-185, 2017.
Fonte: <https://www.bresserpereira.org.br/papers/2017/361-Estado-estado-nacao-intermediacao-LuaNova.pdf>
2. SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. Sociologia, Porto Alegre, ano 8, n. 16, jul/dez 2006, p. 20-45.
Fonte: <https://www.scielo.br/j/soc/a/6YsWyBWZSdFgfSqDVQhc4jm/?format=pdf&lang=pt>
3. Revista do Serviço Público - ENAP. Repensando o Estado brasileiro. Brasília: Editora ENAP, 2018.
Fonte: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/issue/view/196>

Universidade de Brasília. Instituto de Ciência Política.

Curso: Governo Eletrônico e Políticas Públicas – Código: POL0121.

EMENTA

Objetivo: O curso tem o objetivo de revisar os principais problemas e teorias de comunicação política e governo eletrônico, além de ensinar novas técnicas de pesquisa em mídias sociais e em bases de dados abertos do governo.

Conteúdo: Política de dados, governança de plataformas e dados abertos. Sistemas de comunicação política e mídia híbrida. Atenção, agendamento e enquadramento. Eleições e campanha negativa. Protestos e movimentos sociais. Regimes autoritários, desinformação e guerra eletrônica. Mineração de dados, tratamento, análise de texto, análise de tópicos e de sentimento, análise de redes sociais, visualização de dados.

Bibliografia Básica:

1. BIMBER, Bruce. Information and American Democracy: Technology in the Evolution of Political Power. Cambridge University Press, 2013.
Fonte: <https://bce.unb.br>
2. CASTELLS, Manuel. O poder da comunicação. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.
Fonte: <https://bce.unb.br>
3. COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL. Guia de Dados Abertos. 2015.
Fonte: https://nic.br/media/docs/publicacoes/13/Guia_Dados_Abertos.pdf
4. RECUERO, Raquel; Marco Bastos & Gabriela Zago. Análise de redes para mídia social. Porto Alegre: Editora Sulina, 2018.
Fonte: <https://bce.unb.br>
5. WICKHAM, Hadley; Garrett Grolemund & Samantha Batista. R para data science: Importe, arrume, transforme, visualize e modele dados. Rio de Janeiro: Alta Books, 2019.
Fonte: <https://bce.unb.br>

Bibliografia Complementar:

1. BARBOSA, Bia; Laura Tresca & Tanara Lauschner. TIC, Governança da Internet e Gênero: Tendências e Desafios. CGI.br, 2022.
Fonte: <https://nic.br/media/docs/publicacoes/1/20220428095354/2-coletanea-artigos-tic-genero.pdf>
2. CASTELLS, Manuel. A era da informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 2019.
Fonte: <https://bce.unb.br>
3. MCCOMBS, Maxwell E. A teoria da agenda: a mídia e a opinião pública. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009.
Fonte: <https://bce.unb.br>
4. O'NEIL, Cathy. Algoritmo de destruição em massa: como o big data aumenta a desigualdade e ameaça a democracia. Santo André: Editora Rua do Sabão, 2021.
Fonte: <https://bce.unb.br>

Universidade de Brasília. Instituto de Ciência Política.
Curso: Difusão de Políticas Públicas e Constituições – Código: .

EMENTA

Objetivo: O curso foi planejado para cumprir dois objetivos. O primeiro é apresentar e discutir criticamente as teorias e conceitos do campo de estudos de difusão de políticas e constituições. O segundo é voltado para a elaboração de estudos com a aplicação de modelos de análise qualitativo e quantitativo.

Conteúdo: Gênese, evolução e o atual estágio da literatura. Distinção entre modelos tradicionais e novas formas de agendamento de políticas e constituições. Fatores explicativos da adoção de inovações institucionais e os mecanismos de competição, aprendizado, emulação e coerção. Tipologia: difusão, transferência e circulação de ideias. Noção de interdependência governamental. Ênfase no comportamento do legislativo na aprovação de legislações e o papel do executivo. Metodologia de pesquisa comparada com foco nos fenômenos de difusão dos EUA, Brasil e América Latina.

Bibliografia Básica:

1. FARIA, Carlos Aurélio Pimenta; COELHO, Denilson Bandeira e SILVA, Sidney Jard. (eds.). *Difusão de Políticas Públicas*. Editora da UFABC. 2016.
Fonte: <https://bce.unb.br>
2. ROGERS, Everett M. *Diffusion of Innovations*. New York: Free Press. 1983.
Fonte: <https://bce.unb.br>
3. SILVA, A. L. N.; SEGATTO, C. I. A Atuação dos Estados na Difusão de Políticas Públicas no Brasil: a intersecção entre instituições, atores e ideias. *Boletim de Análise Político-Institucional*, v. 30, p. 103-110, 2021.
Fonte: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10940/1/bapi_30_atuacao_estados.pdf
4. COUTO, Cláudio Gonçalves; ABSHER-BELLON, Gabriel Luan. Imitação ou Coerção? Constituições Estaduais e Centralização Federativa no Brasil. *Rev. Adm. Pública*, Rio de Janeiro, v. 52, n. 2, p. 321-344, Apr. 2018.
Fonte: <https://www.scielo.br/j/rap/a/B349z6yPjNSrShWfgtXyVmD/abstract/?lang=pt>
5. ELKINS, Zachary. What do constitutions-makers say about foreign ideas? Lessons from Brazil. In: Faria, Carlos Aurélio Pimenta; Coelho, Denilson Bandeira & Silva, Sidney Jard. (eds.). *Difusão de Políticas Públicas*. Editora da UFABC, 2016.

Fonte: <https://bce.unb.br>

Bibliografia Complementar:

1. BATISTA, Mariana. RIBEIRO, Edinaldo e ARANTES, Rogério. *As Teorias e o Caso*. Santo André, SP. Editora da UFABC. 2021.
Fonte: <https://editora.ufabc.edu.br/downloads?task=download.send&id=8&catid=5&m=0>
2. COELHO, D. B. Policy Diffusion in Brazil and the U.S. *International Review of Public Policy*, 3(2): 194-215, 2021.
Fonte: <https://journals.openedition.org/irpp/2254>
3. COELHO, Denilson Bandeira; CAVALCANTE, Pedro; TURGEON, Mathieu. Mecanismos de Difusão de Políticas Sociais no Brasil: Uma Análise do Programa Saúde da Família. *Revista de Sociologia e Política*. Vol. 24, n. 58, jun-2016.
Fonte: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/k6R5kwH6BqwtZPMxtgBL77s/?lang=pt&format=pdf>

EMENTA

Objetivos: A disciplina tem como objetivo estudar o *marketing* político e eleitoral enquanto objeto acadêmico, com ênfase em estudos sobre mídia, propaganda política e campanhas eleitorais. Também tem como intuito explorar o papel do *marketing* político e seus efeitos na escolha eleitoral e no posicionamento de partidos e candidatos, com enfoque comparativo com a prática político-eleitoral em eleições.

Conteúdo: Comunicação política e eleitoral e seus desafios metodológicos. *Marketing* político e sua influência nas campanhas eleitorais. Tipologia das campanhas eleitorais: tradicionais, modernas e pós-modernas. O papel do *marketing* político na construção da *persona* política. Opinião pública e o papel das ferramentas de sondagem eleitoral. Comportamento eleitoral: o impacto das mídias tradicionais e das novas mídias. O papel da mídia no posicionamento de partidos e candidatos. A importância do *big data* e algoritmos na comunicação política. Legislação eleitoral e prática política: desafios e limitações.

Bibliografia Básica:

1. ALMEIDA, Alberto Carlos. A cabeça do eleitor: estratégia de campanha, pesquisa e vitória eleitoral. Editora Record, 2015.
Fonte: <https://consulta.bce.unb.br/pergamum/biblioteca/index.php?word=A+cabe%C3%A7a+do+eleitor%3A+estrat%C3%A9gia+de+campanha%2C+pesquisa+e+vit%C3%B3ria+eleitoral>.
2. CHALEGRE, Ágata M.; ALMEIDA, Jocely SC; PASSOS, Rubislam O. A importância das pesquisas de opinião para a elaboração de uma estratégia eleitoral. Diálogos & Ciência–Revista Eletrônica da Faculdade de Tecnologia e Ciências. Ano, v. 4, p. 1678-0493.
Fonte: https://admportal.appspot.com/storage.googleapis.com/_assets/modules/academicos/academico_734.pdf
3. DA ROCHA, Márcio Felipe *et al.* Da evolução histórica do marketing político na propaganda eleitoral no Brasil ao sucesso das campanhas presidenciais. Revista Internacional de apoyo a la inclusión, logopedia, sociedad y multiculturalidad, v. 4, n. 1, p. 92-106, 2018.
Fonte: <https://revistaselectronicas.ujaen.es/index.php/riai/article/view/4309>
DO REGO, Francisco Gaudêncio Torquato. Marketing político e governamental: um roteiro para campanhas políticas e estratégias de comunicação. Summus Editorial, 1985.
Fonte: <https://consulta.bce.unb.br/pergamum/biblioteca/index.php?word=A+cabe%C3%A7a+do+eleitor%3A+estrat%C3%A9gia+de+campanha%2C+pesquisa+e+vit%C3%B3ria+eleitoral>.
4. FIGUEIREDO, Marcus *et al.* Estratégias de persuasão eleitoral: uma proposta metodológica para o estudo da propaganda eleitoral. Opinião Pública, v. IV, n. 3, p. 109-120, nov. 1997.
Fonte: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/op/article/view/8641017>

Bibliografia Complementar:

1. BRUZZONE, Andrés Ciberpopulismo: Política e democracia no mundo digital. Editora Contexto 2021 130 p.
Fonte: <https://consulta.bce.unb.br/pergamum/biblioteca/index.php?word=A+cabe%C3%A7a+do+eleitor%3A+estrat%C3%A9gia+de+campanha%2C+pesquisa+vit%C3%B3ria+eleitoral>.
2. RIBEIRO, Pedro José Floriano. Campanhas eleitorais em sociedades midiáticas: articulando e revisando conceitos. Revista de Sociologia e Política, p. 25-43, 2004.
Fonte: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/76JNhzr4KWxpXxJdNn6yT4v/abstract/?lang=pt>
3. RUBIM, Antônio Albino Canelas; AZEVEDO, Fernando Antônio. Mídia e política no Brasil: textos e agenda de pesquisa. Lua nova: revista de cultura e política, p. 189-216, 1998.
Fonte: <https://www.scielo.br/j/ln/a/z6Y95YBtcTXdbDLgffT43ry/?lang=pt>

Universidade de Brasília. Instituto de Ciência Política.
Curso: Poder Judiciário e Política – Código:

EMENTA

Objetivo: A disciplina tem como objetivo apresentar o debate contemporâneo no campo dos estudos judiciais. A relação e a diferença entre direito e política, noções básicas de constitucionalismo, as ações constitucionais que têm mais impacto no sistema político, assim como as discussões mais atuais sobre a relação do poder judiciário com os outros poderes. Além disso, a disciplina procura dar uma visão geral sobre outras instituições do sistema judicial, como Conselho Nacional de Justiça e o Ministério Público.

Conteúdo: Relação entre direito e política. Constitucionalismo. Jurisdição constitucional. O papel político das cortes. A estrutura do poder judiciário. Composição de cortes constitucionais. Judicialização da política. O STF no Brasil. Conflitos entre judiciário e os outros poderes. Processo decisório do poder judiciário e do STF. O judiciário e as políticas públicas. O Ministério Público e sua estrutura.

Bibliografia Básica:

1. KOERNER, Andrei & FREITAS, Lígia. O Supremo na Constituinte e a constituinte no Supremo. Lua Nova (88), 2013.
Fonte: <https://www.scielo.br/j/ln/a/zbSTtwRW9k3NrjwTkcYSBHc/?lang=pt>
2. MADISON, James; HAMILTON, Alexander; JAY, John. *Os artigos federalistas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993. Artigo 78.
Fonte: <https://bce.unb.br>
3. DAHL, Robert. Tomada de decisões em uma democracia: a Suprema Corte como uma entidade formuladora de políticas nacionais. *Revista de Direito Administrativo*, v. 252, 2009.
Fonte: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/7954>
4. Ribeiro, Leandro Molhano & Arguelhes, Diego Werneck. Contextos da judicialização da política: novos elementos para um mapa teórico. *Revista Direito GV*, 15 (2), 2019.

Fonte:

<https://www.scielo.br/j/rdgv/a/7PMBYWqVLs4GBPHTQ7CsTGK/?format=pdf&lang=pt>

5. KERCHE, Fábio. Autonomia e discricionariedade do Ministério Público no Brasil. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*. 50(2), 2007, p. 259-279.

Fonte:

<https://www.scielo.br/j/dados/a/4SNJCbtkd5hCrJpRF7fvFLH/?format=pdf&lang=pt>

Bibliografia complementar:

1. OLIVEIRA, Fabiana Luci de. Processo decisório no Supremo Tribunal Federal: coalizões e panelinhas. *Revista de Sociologia e Política*, v. 20, 2012, pp. 139-153.
Fonte: <https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/34426>
2. TAYLOR, Matthew. O judiciário e as políticas públicas no Brasil. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, v. 50, n. 2, 2009, pp. 229-257.
Fonte: <https://www.scielo.br/j/dados/a/hcw8bdc7Ywfrp6cNjmCvPVh/?lang=pt>
3. DA ROS Luciano & TAYLOR, Mathew/ Juízes eficientes, judiciário ineficiente. BIB, São Paulo, n. 89, 2019.
Fonte: <https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/478>

Universidade de Brasília. Instituto de Ciência Política.

Curso: Prática de Ensino em Introdução à Ciência Política – Código: POL0005.

EMENTA

Objetivo: O curso tem como objetivo central aprofundar as leituras e reflexões sobre a literatura da disciplina de Introdução à Ciência Política (ICP), instrumentalizando teoricamente os discentes para que estes possam desempenhar as atividades de monitoria de forma adequada e satisfatória em ICP.

Conteúdo: Conceitos de política, poder e violência; Formas de governo; Estado; Ideologias políticas; Representação política; Modelos de democracia; Neoliberalismo e pós-democracia; Pensamento feminista; Racismo e sexismo no Brasil; Cidadania no Brasil; Presidencialismo de coalizão; Temas contemporâneos da política brasileira.

Bibliografia Básica:

1. BOBBIO, Norberto. *As Teorias das Formas de Governo*. Brasília: Editora UnB, 1997.

Fonte: <https://bce.unb.br>

2. CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 7-13; 219-229.

Fonte: <https://bce.unb.br>

3. CARNOY, Martin. *Estado e teoria política*. Campinas, SP: Papiurus, 2013.

Fonte: <https://bce.unb.br>

4. COSTA, Sérgio. *Estrutura Social e Crise Política no Brasil*. Dados [online]. 2018, vol.61, n.4, pp. 499-533.

Fonte: <https://www.scielo.br/j/dados/a/T7sNNKHBwkzqckLBcycsjcF/abstract/?lang=pt>

5. WEBER, Max. *Ciência e política: duas vocações*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983.

Fonte: <https://bce.unb.br>

Bibliografia Complementar:

1. BALLESTRIN, Luciana. O debate pós-democrático no Século XXI. Revista Sul-Americana de Ciência Política, v. 4, pp. 149-164, 2018.
Fonte: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/rsulacp/article/view/14824>
2. GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984, p. 223-244.
Fonte:
https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584956/mod_resource/content/1/06%20-%20GONZALES%2C%20L%20C3%A9lia%20-%20Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira%20%281%29.pdf
3. SADEK, Maria Tereza. Nicolau Maquiavel: O cidadão sem fortuna, o intelectual de virtù. in: Weffort, Francisco C. Os clássicos da Política, Vol 1. São Paulo: Editora Ática, 2001.
Fonte: <https://bce.unb.br>

Universidade de Brasília. Instituto de Ciência Política.
Curso: Estágio em Ciência Política – Código: POL0045.

EMENTA

Objetivo: Proporcionar ao(à) aluno(a) a oportunidade de trabalhar e adquirir experiência atuando como um(a) cientista político(a) em instituições governamentais e não-governamentais.

Conteúdo: No desenvolvimento das atividades o(a) aluno(a) receberá orientações sobre o funcionamento da instituição bem como sobre os serviços prestados à sociedade. O plano de trabalho possibilitará o exercício da análise da agenda-setting, da dinâmica das relações executivo-legislativo e das relações Estado e Sociedade Civil.

Bibliografia: A disciplina de Estágio em Ciência Política não adota bibliografia por se caracterizar como uma atividade prática do(a) aluno(a) prestada à um órgão da administração pública ou entidade privada.

Universidade de Brasília. Instituto de Ciência Política.
Curso: Política e Sociologia – Código: POL0019.

EMENTA

Objetivo: O curso tem o objetivo de apresentar uma introdução geral à sociologia política, com foco nos temas centrais da ciência política.

Conteúdo: Poder, autoridade e legitimidade. Hegemonia e dominação. Estado e sistema econômico. Estado e burocracia. Corporativismo e neocorporativismo. Poder, conhecimento e micropolítica.

Bibliografia Básica:

1. WEBER, Max. *Ciência e política: Duas vocações*. São Paulo, SP: Cultrix, 1972. 124 p
Fonte: <https://bce.unb.br>
2. CARNOY, Martin. *Estado e teoria política*. 10. ed. Campinas: Papyrus, 2004. 339 p ISBN 85-308-0121-0
Fonte: <https://bce.unb.br>
3. POLANYI, Karl. O Nascimento do Credo Liberal. In: POLANYI, Karl. *A Grande Transformação*. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000. Cap. 12. p. 166-183.
Fonte: <https://bce.unb.br>
4. EVANS, P. O Estado como problema e solução. *Lua Nova: revista de cultura e política*, p. 107–157, 1993.
Fonte: <https://www.scielo.br/j/ln/a/kyMbGKjkLCTpzmMjCpL8Vmv/?lang=pt>
5. FOUCAULT, Michael. *Microfísica do Poder*. 1984. p. 163-174.
Fonte: <https://bce.unb.br>

Bibliografia Complementar:

1. WEBER, Max. *Conceitos sociológicos fundamentais*. 2. São Paulo Grupo Almedina 2018 1 recurso online (Biblioteca 70)
Fonte: <https://bce.unb.br>
2. DE FÁTIMA BONIFÁCIO, M. A sociologia histórica de Theda Skocpol. *Análise Social*, v. 24, n. 100, p. 489–510, 1988.
Fonte: <https://www.jstor.org/stable/41010765>
3. ARAÚJO, A.M.C. & TAPIA, J. “Corporativismo e neocorporativismo: o exame de duas trajetórias” *BIB-Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, 1991.
Fonte: <https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/122>

Universidade de Brasília. Instituto de Ciência Política.
Curso: Pesquisa em Ciência Política 2 – Código: POL0085.

EMENTA

Objetivo: Aprofundar as discussões sobre como realizar pesquisa em ciência política. O curso discute a formatação e o conteúdo de projetos de pesquisa, a partir das discussões epistemológicas e metodológicas realizadas no curso Pesquisa em Ciência Política 1.

Conteúdo: O que é fazer pesquisa em ciência política. Como elaborar um projeto de pesquisa. Definição de pergunta de pesquisa, objeto de pesquisa e objetivos. Conteúdo da seção de metodologia do projeto de pesquisa. Técnicas de pesquisa aplicadas a problema empíricos.

Bibliografia Básica:

1. CRESWELL, John W. 2021. *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. Porto Alegre: Penso (e-book).
Fonte: <https://bce.unb.br>
2. ECO, Umberto (várias edições). *Como se faz uma tese*. São Paulo: Ed. Perspectiva.
Fonte: <https://bce.unb.br>
3. SÁ-SILVA, Jackson; ALMEIDA, Cristóvão Domingos e Joel GUINDANI. 2009. “Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas”, *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, ano I, número I.

- Fonte: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10351>
- ZAMORA, Maria Helena. 2021. “Apurando a escuta: uma introdução à técnica de entrevistas”, em: Siqueira, Isabel e Ana Carolina Lacerda (orgs.), *Metodologia e Relações Internacionais: debates contemporâneos*, vol. III, PUC-RJ, cap. 4 (e-book).
Fonte: http://www.editora.puc-rio.br/media/Metodologia%20e%20RI%20v3_ebook.pdf
 - FIGUEIREDO, Dalson; Antônio Fernandes; Lucas Borba; Thaís Aguiar. 2021. Metodologias de pesquisa em ciência política: uma breve introdução, *Revista BIB*, 94.
Fonte: <https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/175>

Bibliografia Complementar:

- BORGES, André. 2007. “Desenvolvendo argumentos teóricos a partir de estudos de caso: o debate recente em torno da pesquisa histórico-comparativa”. *Revista BIB*, n. 63, p. 47-62.
Fonte: <http://www.anpocs.com/index.php/edicoes-anteriores/bib-63>
- GONZÁLEZ, Rodrigo e Marcello Baquero. 2013. “A política comparada na América Latina: dilemas e desafios no Brasil”, *Revista Debates*, 7(3), 111-126.
Fonte: <https://seer.ufrgs.br/debates/article/view/43949>
- FREITAS, Vítor e Fernando Bizarro Neto. 2016. “Qualitative Comparative Analysis (QCA): usos e aplicações do método”, *Revista Política Hoje*, 24, 103-117.
Fonte: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/politica hoje/article/view/3722>

Universidade de Brasília. Instituto de Ciência Política.
Curso: Internet e Política – Código: .

EMENTA

Objetivo: O curso tem o objetivo de apresentar aos estudantes os principais debates em torno aos impactos políticos das tecnologias digitais. Além disso, oferece aos estudantes formação metodológica para a coleta e análise de dados de mídias sociais e de outras plataformas digitais, relacionados às temáticas de pesquisas em ciência política.

Conteúdo: O que é a Internet e o que são tecnologias digitais. Conceitos básicos: mídias sociais, plataformas, algoritmos, inteligência artificial. Acesso digital e desigualdade. Participação política, eleições e ativismo digital. Softwares e aplicativos para coleta e análise de dados na Internet. Linguagens de programação e seus usos para a ciência política. Métodos digitais e suas aplicações na ciência política.

Bibliografia Básica:

- SILVA, Tarcízio; Max Stabile (orgs.). 2016. Monitoramento e Pesquisa em Mídias Sociais: metodologias, aplicações e inovações, São Paulo: Uva Limão (e-book)
Fonte: <https://ibpad.com.br/publicacoes/monitoramento-e-pesquisa-em-midias-sociais-metodologias-aplicacoes-e-inovacoes-3/#olivro>
- SHAW, Zed A. 2019. Aprenda Python do jeito certo: uma introdução muito simples ao incrível mundo dos computadores e da codificação, Rio de Janeiro: Alta Books (e-book).

- Fonte: <https://bce.unb.br>
3. RECUERO, Raquel. 2017. Introdução à análise de redes sociais online, UFBA, Coleção Cibercultura.
Fonte: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/24759/4/AnaliseDeRedesPDF.pdf>
 4. PEREIRA, Mariana Araújo et al. Framework de big data, Porto Alegre: SAGAH (e-book).
Fonte: <https://bce.unb.br>
 5. VON BÜLOW, Marisa; Igor Brandão. 2021. O quadrante vazio: estilos de campanhas eleitorais digitais nas eleições para deputados distritais em 2018, Revista Brasileira de Ciências Sociais, 36 (106).
Fonte: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/GSbXNp577JTcrSwWNTMXzvd/?lang=pt>

Bibliografia Complementar:

1. SICHMAN, Jaime Simões. 2021. Inteligência artificial e sociedade: avanços e riscos, Estudos Avançados 35 (101),
Fonte: <https://www.scielo.br/j/ea/a/c4sqqrthGMS3ngdBhGWtKhh/?lang=pt>
2. RIBEIRO, João Araújo. 2019. Introdução à programação e aos algoritmos, Rio de Janeiro: LTC (e-book).
Fonte: <https://bce.unb.br>
3. MUELLER, John Paul; Luca Massaron. 2019. Aprendizado de Máquina para Leigos, Rio de Janeiro: Alta Books (e-book).
Fonte: <https://bce.unb.br>

DISCIPLINAS EXCLUÍDAS DO NOVO PPC

Universidade de Brasília. Instituto de Ciência Política.
Curso: Monografia em Ciência Política 1 – Código: POL0026.

EMENTA

Objetivo: Orientar o(a) aluno(a) a elaborar um projeto de pesquisa com base em uma estrutura científica que contemple a identificação de um fenômeno, fundamentação teórica, conceitual e metodológica.

Conteúdo: Orientação para identificar um fenômeno do sistema político. Noções de desenho de pesquisa teórica e aplicada. Desenvolvimento de um plano metodológico para o estudo. Aprendizado sobre o Estado da Arte de um estudo científico.

Bibliografia Básica:

1. GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2017.
Fonte: <https://bce.unb.br>
2. MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Atlas, 2021.
Fonte: <https://bce.unb.br>
3. GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 2019.
Fonte: <https://bce.unb.br>

4. RICHARDSON, Roberto Jarry. Pesquisa social: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 2017.
Fonte: <https://bce.unb.br>
5. MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia científica. 4 ed., rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2004.
Fonte: <https://bce.unb.br>

Bibliografia Complementar:

1. YIN, Robert K. Pesquisa qualitativa do início ao fim. Porto Alegre: Penso, 2016.
Fonte: <https://bce.unb.br>
2. YIN, Robert K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015
Fonte: <https://bce.unb.br>
3. LEVIN, Jack; FOX, James Alan; FORDE, David R. Estatística para ciências humanas. 11. ed. São Paulo: Pearson, 2014.
Fonte: <https://bce.unb.br>

Universidade de Brasília. Instituto de Ciência Política.
Curso: Monografia em Ciência Política 2 – Código: POL0086.

EMENTA

Objetivo: Orientar o(a) aluno(a) a desenvolver o seu projeto de pesquisa com base em uma estrutura científica que contemple a identificação de um fenômeno, fundamentação teórica, conceitual e metodológica. Esta disciplina, portanto, cumpre os objetivos previamente definidos na disciplina Monografia em Ciência Política 1.

Conteúdo: Orientação para analisar um fenômeno do sistema político. Definição do desenho de pesquisa de natureza teórica e/ou aplicada. Delimitação de um plano metodológico para o estudo. Análise crítica dos resultados do estudo.

Bibliografia: A bibliografia está relacionada ao tema de investigação e será definido pelo(a) orientador(a). As bibliografias básica e complementar serão usadas como referência.

Bibliografia Básica:

1. GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2017.
Fonte: <https://bce.unb.br>
2. MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Atlas, 2021.
Fonte: <https://bce.unb.br>
3. GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 2019.
Fonte: <https://bce.unb.br>
4. RICHARDSON, Roberto Jarry. Pesquisa social: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 2017.
Fonte: <https://bce.unb.br>
5. MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia científica. 4 ed., rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2004.

Fonte: <https://bce.unb.br>

Bibliografia Complementar:

1. YIN, Robert K. Pesquisa qualitativa do início ao fim. Porto Alegre: Penso, 2016.
Fonte: <https://bce.unb.br>
2. YIN, Robert K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015
Fonte: <https://bce.unb.br>
3. LEVIN, Jack; FOX, James Alan; FORDE, David R. Estatística para ciências humanas. 11. ed. São Paulo: Pearson, 2014.
Fonte: <https://bce.unb.br>

Universidade de Brasília. Instituto de Ciência Política.
Curso: Informática em Ciência Política – Código: POL0028.

EMENTA

Objetivo: O curso tem o objetivo de introduzir os estudantes de ciência política aos conceitos e ferramentas básicos da informática. Mais especificamente, oferece aos estudantes ferramentas úteis para a coleta e análise de dados relacionados às temáticas de pesquisas em ciência política.

Conteúdo: Informática e ciência política. Conceitos básicos de informática. Softwares e aplicativos de coleta de dados em mídias sociais. Softwares e aplicativos para análise de dados qualitativos e quantitativos, inclusive “big data”. Linguagens de programação e seus usos para a ciência política. Acesso digital e desigualdade.

Bibliografia Básica:

1. MARÇULA, Marcelo; Pio Armando Benini Filho. 2019. Informática: conceitos e aplicações, São Paulo, Ed. Érica (e-book).
Fonte: <https://bce.unb.br>
2. SILVA, Tarcízio; Max Stabile (orgs.). 2016. Monitoramento e Pesquisa em Mídias Sociais: metodologias, aplicações e inovações, São Paulo: Uva Limão (e-book)
Fonte: <https://www.ibpad.com.br/o-que-fazemos/publicacoes/monitoramento-e-pesquisa-em-midias-sociais-metodologias-aplicacoes-e-inovacoes/#olivro>
3. SHAW, Zed A. 2019. Aprenda Python do jeito certo: uma introdução muito simples ao incrível mundo dos computadores e da codificação, Rio de Janeiro: Alta Books (e-book).
Fonte: <https://bce.unb.br>
4. MUELLER, John Paul; Luca Massaron. 2019. Aprendizado de Máquina para Leigos, Rio de Janeiro: Alta Books (e-book).
Fonte: <https://bce.unb.br>
5. PEREIRA, Mariana Araújo et al. Framework de big data, Porto Alegre: SAGAH (e-book).
Fonte: <https://bce.unb.br>

Bibliografia Complementar:

1. SICHMAN, Jaime Simões. 2021. Inteligência artificial e sociedade: avanços e riscos, Estudos Avançados 35 (101), <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2021.35101.004>
Fonte: <https://www.scielo.br/j/ea/a/c4sqqrthGMS3ngdBhGWtKhh/?lang=pt>
2. VON BÜLOW, Marisa; Igor Brandão. 2021. O quadrante vazio: estilos de campanhas eleitorais digitais nas eleições para deputados distritais em 2018, Revista Brasileira de Ciências Sociais, 36 (106), <https://doi.org/10.1590/3610613/2021>.
Fonte: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/GSbXNp577JTcrSwWNTMXzvd/?lang=pt>
3. RIBEIRO, João Araújo. 2019. Introdução à programação e aos algoritmos, Rio de Janeiro: LTC (e-book).
Fonte: <https://bce.unb.br>

Universidade de Brasília. Instituto de Ciência Política.
Curso: Mudança Política no Brasil – Código: POL0050.

EMENTA

Objetivo: O objetivo dessa disciplina é oferecer uma visão geral sobre mudanças no sistema político e nas relações de poder do Brasil contemporâneo.

Conteúdo: O curso oferece uma visão sobre as transformações institucionais do sistema político, tais quais reformas políticas, mudanças institucionais e reformas do Estado e das estruturas burocráticas. Além disso, oferece também uma visão sobre transformações sociais que alteram as relações de poder, a ascensão de novos grupos políticos e sociais, transformações e crises políticas vividas no Brasil contemporâneo.

Bibliografia Básica:

1. MELO, Marcus André. Mudança constitucional no Brasil: dos debates sobre regras de emendamento na constituinte à “megapolítica”. Novos Estudos CEBRAP, 97, 2013, pp. 187-206.
Fonte: <https://doi.org/10.1590/S0101-33002013000300012>
2. MORAES, Filomeno. Mudança versus Estabilidade Constitucional e Reforma Política, in: NICOLAU, Jairo. Reforma Política no Brasil: Realizações e Perspectivas. Fortaleza: Konrad Adenauer, 2003, pp. 39-52.
Fonte: <https://bce.unb.br>
3. MELO, Marcus André. O sucesso inesperado das reformas de segunda geração: federalismo, reformas constitucionais e política social. DADOS, 48(4), 2005, pp. 845-889.
Fonte: <https://doi.org/10.1590/S0011-52582005000400004>
4. COSTA, Sérgio. Estrutura Social e Crise Política no Brasil. DADOS, 61(4), 2018, pp. 499-553.
Fonte: <https://doi.org/10.1590/001152582018166>
5. MIGUEL, Luis Felipe. Despolitização e antipolítica: a extrema direita na crise da democracia. Argumentum, 13(2), 2021, pp. 8-20.
Fonte: <https://www.publicacoes.ufes.br/argumentum/article/view/36261>

Bibliografia Complementar:

1. RIBEIRO, Leandro Molhano & ARGUELHES, Diego Werneck. Contextos da judicialização da política: novos elementos para um mapa teórico. *Revista Direito GV*, 15(2), 2019, pp. 1-21.
Fonte: <https://doi.org/10.1590/2317-6172201921>
2. MENDONÇA, Ricardo Fabrino & DOMINGUES, Letícia Birchal. Protestos Contemporâneos e Crise da Democracia. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 37(1), pp. 1-36.
Fonte: <https://doi.org/10.1590/0103-3352.2022.37.246424>
3. NICOLAU, Jairo. Em defesa do presidencialismo de coalizão. in: NICOLAU, Jairo. *Reforma Política no Brasil: Realizações e Perspectivas*. Fortaleza: Konrad Adenauer, 2003, pp. 19-38.
Fonte: <https://bce.unb.br>

Universidade de Brasília. Instituto de Ciência Política.

Curso: Pesquisa em Comportamento Político I – Código: POL0068.

EMENTA

Objetivo: A disciplina tem por objetivo discutir os textos clássicos e abordar os avanços recentes das temáticas relacionadas ao comportamento e à cultura política.

Conteúdo: Comportamento político: conceitos e área de estudos. Comportamento eleitoral: as hipóteses da análise clássica e os estudos sobre o eleitorado brasileiro. A abordagem culturalista: conceitos e hipóteses e os estudos sobre o Brasil. Análise de dados empíricos: testando as hipóteses da literatura.

Bibliografia Básica:

1. ALMOND, Gabriel Abraham; VERBA, Sidney. *Civic culture: Political attitudes and democracy in five nations(the)*. Princeton: Princeton University, 1972. 562p.
Fonte: <https://bce.unb.br>
2. CASTRO, Mônica Matta Machado de. "Sujeito e estrutura no comportamento eleitoral". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 20, p. 7-19, 1992.
Fonte: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/50617/mod_resource/content/1/CASTRO_SUJEITO%20E%20ESTRUTURA%20NO%20COMPORTAMENTO%20ELEITORAL.pdf
3. BABBIE, Earl. *The practice of social research*. 10th ed. Belmont: Thomson, c2004. xxiv, 493 p.
Fonte: <https://bce.unb.br>
4. Muller, Edward N., and Mitchell A. Seligson. "Civic culture and democracy: the question of causal relationships." *American political science review* 88.3 (1994): 635-652.
Fonte: <https://www.jstor.org/stable/pdf/2944800.pdf>
5. Baquero, Marcello. "Cultura política participativa e desconsolidação democrática: reflexões sobre o Brasil contemporâneo." *São Paulo em perspectiva* 15.4 (2001): 98-104.
Fonte: <https://www.scielo.br/j/spp/a/MKMGcppGf8LQJ55RSwW94Yg/?format=pdf&lang=pt>

Bibliografia Complementar:

1. SILVEIRA, Flavio Eduardo. A decisão do voto no Brasil. Porto Alegre: EdiPUCRS, 1998. 296 p.
Fonte: <https://bce.unb.br>
2. FOWLER JR, Floyd J. Pesquisa de levantamento. [4. ed.]. Porto Alegre: Penso, 2011. 232 p.
Fonte: <https://bce.unb.br>
3. Carreira, Yan de Souza. "Identificação ideológica e voto para presidente." *Opinião Pública* 8 (2002): 54-79.
Fonte:
<https://www.scielo.br/j/op/a/bZ5Kd8fGPdmFmF9Xz8HzpQx/abstract/?lang=pt>

Universidade de Brasília. Instituto de Ciência Política.

Curso: Pesquisa em Comportamento Político 2 – Código: POL0110.

EMENTA

Objetivo: A disciplina tem por objetivo discutir os textos clássicos e abordar os avanços recentes das temáticas relacionadas ao comportamento e à cultura política. Propõe uma sequência do estudo iniciada na disciplina Pesquisa em Comportamento Político 1.

Conteúdo: Comportamento político: conceitos e área de estudos. Comportamento eleitoral: as hipóteses da análise clássica e os estudos sobre o eleitorado brasileiro. A abordagem culturalista: conceitos e hipóteses e os estudos sobre o Brasil. Análise de dados empíricos: testando as hipóteses da literatura.

Bibliografia Básica:

1. ALMOND, Gabriel Abraham; VERBA, Sidney. Civic culture: Political attitudes and democracy in five nations(the). Princeton: Princeton University, 1972. 562 p.
Fonte: <https://bce.unb.br>
2. CASTRO, Mônica Matta Machado de. "Sujeito e estrutura no comportamento eleitoral". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 20, p. 7-19, 1992.
Fonte: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/50617/mod_resource/content/1/CASTRO_SUJEITO%20E%20ESTRUTURA%20NO%20COMPORTAMENTO%20ELEITORAL.pdf
3. BABBIE, Earl. The practice of social research. 10th ed. Belmont: Thomson, c2004. xxiv, 493 p.
Fonte: <https://bce.unb.br>
4. Muller, Edward N., and Mitchell A. Seligson. "Civic culture and democracy: the question of causal relationships." *American political science review* 88.3 (1994): 635-652.
Fonte: <https://www.jstor.org/stable/pdf/2944800.pdf>
5. Baquero, Marcello. "Cultura política participativa e desconsolidação democrática: reflexões sobre o Brasil contemporâneo." *São Paulo em perspectiva* 15.4 (2001): 98-104.
Fonte: <https://www.scielo.br/j/spp/a/MKMGcppGf8LQJ55RSwW94Yg/?format=pdf&lang=pt>

Bibliografia Complementar:

1. SILVEIRA, Flavio Eduardo. A decisão do voto no Brasil. Porto Alegre: EdiPUCRS, 1998. 296 p.
Fonte: <https://bce.unb.br>
2. FOWLER JR, Floyd J. Pesquisa de levantamento. [4. ed.]. Porto Alegre: Penso, 2011. 232 p.
Fonte: <https://bce.unb.br>
3. Carreira, Yan de Souza. "Identificação ideológica e voto para presidente." *Opinião Pública* 8 (2002): 54-79.
Fonte:
<https://www.scielo.br/j/op/a/bZ5Kd8fGPdmFmF9Xz8HzpQx/abstract/?lang=pt>

Universidade de Brasília. Instituto de Ciência Política.

Curso: Pesquisa em Comportamento Político 3 – Código: POL0111.

EMENTA

Objetivo: A disciplina tem por objetivo discutir os textos clássicos e abordar os avanços recentes das temáticas relacionadas ao comportamento e à cultura política. Propõe uma sequência e aprofundamento do estudo iniciados nas disciplinas Pesquisa em Comportamento Político 1 e 2.

Conteúdo: Comportamento político: conceitos e área de estudos. Comportamento eleitoral: as hipóteses da análise clássica e os estudos sobre o eleitorado brasileiro. A abordagem culturalista: conceitos e hipóteses e os estudos sobre o Brasil. Análise de dados empíricos: testando as hipóteses da literatura.

Bibliografia Básica:

1. ALMOND, Gabriel Abraham; VERBA, Sidney. Civic culture: Political attitudes and democracy in five nations(the). Princeton: Princeton University, 1972. 562 p.
Fonte: <https://bce.unb.br>
2. CASTRO, Mônica Matta Machado de. "Sujeito e estrutura no comportamento eleitoral". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 20, p. 7-19, 1992.
Fonte:
https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/50617/mod_resource/content/1/CASTRO_SUJEITO%20E%20ESTRUTURA%20NO%20COMPORTAMENTO%20ELEITORAL.pdf
3. BABBIE, Earl. The practice of social research. 10th ed. Belmont: Thomson, c2004. xxiv, 493 p.
Fonte: <https://bce.unb.br>
4. Muller, Edward N., and Mitchell A. Seligson. "Civic culture and democracy: the question of causal relationships." *American political science review* 88.3 (1994): 635-652.
Fonte: <https://www.jstor.org/stable/pdf/2944800.pdf>
5. Baquero, Marcello. "Cultura política participativa e desconsolidação democrática: reflexões sobre o Brasil contemporâneo." *São Paulo em perspectiva* 15.4 (2001): 98-104.

Fonte:

<https://www.scielo.br/j/spp/a/MKMGcppGf8LQJ55RSwW94Yg/?format=pdf&lang=pt>

Bibliografia Complementar:

1. SILVEIRA, Flavio Eduardo. A decisão do voto no Brasil. Porto Alegre: EdiPUCRS, 1998. 296 p.
Fonte: <https://bce.unb.br>
2. FOWLER JR, Floyd J. Pesquisa de levantamento. [4. ed.]. Porto Alegre: Penso, 2011. 232 p.
Fonte: <https://bce.unb.br>
3. Carreirão, Yan de Souza. "Identificação ideológica e voto para presidente." *Opinião Pública* 8 (2002): 54-79.
Fonte:
<https://www.scielo.br/j/op/a/bZ5Kd8fGPdmFmF9Xz8HzpQx/abstract/?lang=pt>

Universidade de Brasília. Instituto de Ciência Política.
Curso: Teoria da Escolha Pública – Código: POL0078.

EMENTA

Objetivo: O curso tem o objetivo de apresentar os principais conceitos e modelos teóricos utilizados para descrever e analisar a Teoria da Escolha Pública.

Conteúdo: O paradigma da escolha pública e sua evolução. A questão da racionalidade nas escolhas públicas. Modelos de escolha coletiva, modelos espaciais do voto e sistemas eleitorais. Introdução ao comportamento estratégico e seus modelos. Dilemas sociais: cooperação, ação coletiva, bens públicos, externalidades e o problema da governança dos bens comuns. O papel das instituições nas relações intergovernamentais.

Bibliografia Básica:

1. PEREIRA, Paulo Trigo. A Teoria da Escolha Pública (Public Choice): uma Abordagem Neoliberal? *Análise Social* (141), 1997 p. 419-422.
Fonte: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1221841484T5sAW2pw7Dh10FX8.pdf>
2. DIAS, Marco Antonio. James Buchanan e a “política” na escolha pública. *Revista ponto-e-vírgula*, 6: 201-217, 2009.
Fonte: <https://revistas.pucsp.br/pontoevirgula/article/download/14047/10349/0>
3. FERREJOHN, Ferejohn e PASQUINO, Pasquale. A Teoria da Escolha Racional na Ciência Política: Conceitos de racionalidade em teoria política. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 16 n o 45 fevereiro/2001.
Fonte: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/hGtJL4TztNbKmTR9HgQswZQ/?lang=pt#>
4. FROHLICH, Norman e OPPENHEIMER, Joe A. *Economia Política Moderna*. Coleção Pensamento Político 57. Brasília. Editora Universidade de Brasília, 1982.
Fonte: <https://bce.unb.br>
5. ELSTER, Jon. A possibilidade da política racional. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 14. Número 38m Fevereiro 1999.
Fonte: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/rLvVLrf6wfhprJrkzB3TFrc/?lang=pt>

Bibliografia Complementar:

1. LESSA, Celia Andrade. Racionalidade Estratégica e Instituições. Revista Brasileira de Ciências Sociais 13 (7), Junho, 1998.
Fonte: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/F6ggpkxnmXhr3frRrwZbNPB/?lang=pt>
2. REIS, Fábio Wanderley. Política e racionalidade: problemas da teoria e métodos de uma sociologia crítica da política. Belo Horizonte: Centro Edelstein, 2010.
Fonte: <https://books.scielo.org/id/jgkxw>
3. SOARES, Gláucio Ary Dillon. Em busca da Racionalidade Perdida: Alguns Determinantes do Voto no Distrito Federal. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Volume 15 (43), Junho de 2000.
Fonte: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/zqhsweFGBHrBkGCVjjSttHk/abstract/?lang=pt>

Universidade de Brasília. Instituto de Ciência Política.
Disciplina: Política e Filosofia – Código: POL0076.

EMENTA

Objetivo: O curso tem como objetivo a discussão de temas clássicos da Filosofia Política – igualdade, liberdade, ética, direito, poder político, propriedade, justiça, pluralismo, cidadania, individualismo, universalismo – destacando as relações entre esses conceitos e a construção do Estado Moderno.

Conteúdo: Liberdade e Igualdade. Ética e Política. Teoria da Justiça. Direito e Poder Político. Estado e Governo.

Bibliografia Básica:

1. ARENDT, H. A condição humana.
Fonte: <https://bce.unb.br>
2. BERLIN. Quatro ensaios sobre a liberdade. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
Fonte: <https://bce.unb.br>
3. LA BOÉTIE, E. Discurso da servidão voluntária.
Fonte: <https://bce.unb.br>
4. RAWLS, John. Uma teoria da justiça.
Fonte: <https://bce.unb.br>
5. BOBBIO, Norberto. Locke e o direito natural. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
Fonte: <https://bce.unb.br>

Bibliografia Complementar:

1. BOBBIO, Norberto. O Filósofo e a Política. Rio de Janeiro: Contraponto, 2003.
Fonte: <https://bce.unb.br>
2. RUSSELL, Bertrand. História do Pensamento Ocidental.
Fonte: <https://bce.unb.br>
3. WEFFORT, Francisco (organizador). Os Clássicos da Política. Volumes 1 e 2. São Paulo: Editora Ática.
Fonte: <https://bce.unb.br>

Universidade de Brasília. Instituto de Ciência Política.
Curso: Política e Ideologia – Código: POL0073.

EMENTA

Objetivo: O curso tem como objetivo o estudo das principais ideologias cujas categorias conceituais permitem a análise e compreensão das formações ideológicas mais relevantes e influentes das sociedades contemporâneas. São elas: a esquerda e direita, comunismo e socialismo, liberalismo e conservadorismo.

Conteúdo: O curso será ministrado a partir de quatro unidades. Unidade I: O que é Ideologia. Unidade II: Ideologia e Utopia. Unidade III: Poder e Ideologia. Unidade IV: Ideologias Políticas do século XIX.

Bibliografia Básica:

1. ALTHUSSER, Louis. Aparelhos Ideológicos de Estado. Graal Biblioteca de Ciências Sociais, 2009.
Fonte: <https://bce.unb.br>
2. BOBBIO, Norberto. Liberalismo e Democracia. São Paulo: Edipro, 2017.
Fonte: <https://bce.unb.br>
3. CHAUI, Marilena: O que é ideologia. 34. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.
Fonte: <https://bce.unb.br>
4. HEYWOOD, Andrew. Ideologias Políticas: do liberalismo ao fascismo. São Paulo: Ática, 2010. Vol.
Fonte: <https://bce.unb.br>
5. HOBBSBAWN, E. Era dos extremos: o breve século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
Fonte: <https://bce.unb.br>
6. MANNHEIM, Karl. Ideologia e Utopia. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2000.
Fonte: <https://bce.unb.br>
7. MARX, Karl; Friedrich ENGELS. A Ideologia Alemã. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2001.
Fonte: <https://bce.unb.br>
8. MERQUIOR, José Guilherme. O Liberalismo, Antigo e Moderno. Editora Unesp, 1991.
Fonte: <https://bce.unb.br>
9. MÉSZÁROS, István. O poder da ideologia. São Paulo: Boitempo Editorial. 2004.
Fonte: <https://bce.unb.br>
10. RAWLS, Johs. O Liberalismo Político. São Paulo: Editora Ática, 2000.
Fonte: <https://bce.unb.br>
11. ZIZEK, Slavoj. Um mapa da ideologia. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro. 1996.
Fonte: <https://bce.unb.br>

Bibliografia Complementar:

1. BOBBIO, Norberto. Direita e Esquerda. Editora Unesp, 2003.
Fonte: <https://bce.unb.br>

2. CHÂTELET, François, Olivier DUHAMEL, Evelyne PISIER-KOUCHNER. História das Ideias Políticas. São Paulo: Jorge Zahar Editor, 1982.
Fonte: <https://bce.unb.br>
3. LUKÁCS, Georg. História e consciência de classe. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
Fonte: <https://bce.unb.br>
4. MÉSZÁROS, Istuán. Filosofia, ideologia e ciência social. São Paulo: Boitempo, 2008.
Fonte: <https://bce.unb.br>
5. SKINNER, Quentin. As fundações do Pensamento Político Moderno. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
Fonte: <https://bce.unb.br>

Universidade de Brasília. Instituto de Ciência Política.

Curso: Seminário sobre o Brasil Contemporâneo – Código: POL0052.

EMENTA

Objetivo: Trata-se de disciplina de conteúdo variável, cujo objetivo é proporcionar ao aluno uma introdução ao debate sobre o Brasil contemporâneo, especialmente em relação aos desafios para consolidação da democracia e às transformações recentes no ambiente político-institucional do país.

Conteúdo: Um retrato do Brasil contemporâneo a partir dos seus principais indicadores socioeconômicos. O sistema político brasileiro, suas principais características e evolução recente. Enfrentando os desafios para consolidação democrática no Brasil. A trajetória recente na busca pelo desenvolvimento inclusivo e sustentável no país.

Bibliografia Básica

1. IBGE - Brasil em números = Brazil in figures / IBGE. Centro de Documentação e Disseminação de Informações. - Vol. 1 (1992- 2021). - Rio de Janeiro: IBGE, 1992-2021.
Fonte: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca>.
2. MOREIRA, Marcelo Sevyabricker. Democracias no Século XXI: Causas, Sintomas e Estratégias para Superar. Lua Nova, 111, 15-48, 2020.
Fonte: <https://www.scielo.br/j/ln/i/2020.n111/>
3. DANTAS, Humberto. Ciência política e políticas de educação : conceitos e referências [recurso eletrônico] / Humberto Dantas ... [et al.]. – Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2021.
Fonte: <https://www.kas.de/pt/web/brasilien/einzeltitel/-/content/politikwissenschaft-und-bildungspolitik-konzepte-und-referenzen>
4. BORGES, Tiago, Representação política e eleições no Brasil: percursos, entraves e perspectivas na produção recente. BIB, São Paulo, n.94, 2021. Pp 1-20.
Fonte: <https://anpocs.com/index.php/bib-pt/bib-94>
5. IPEA - 2030 Agenda: ODS – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável no Brasil / coordenadora: Enid Rocha Andrade da Silva.– Brasília: Ipea, 2019. 543
Fonte: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=35192

Bibliografia Complementar:

1. MARGULIS, Sergio. Mudanças no clima: tudo que você queria e não queria saber. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer, 2020.
Fonte: <https://www.kas.de/pt/web/brasilien/einzeltitel/-/content/mudancas-do-clima>
2. MOISÉS, José Álvaro. O papel do Congresso Nacional no presidencialismo de coalizão / Rio de Janeiro ;, 2011. 135 p. : il.
Fonte: <http://www.iea.usp.br/publicacoes/ebooks/livropapeldocongresso.pdf>
3. IBGE - Síntese de indicadores sociais : uma análise das condições de vida da população brasileira : 2021 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro : IBGE, 2021. 206 p. : il. - (Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica, ISSN 1516-3296 ; n. 44).
Fonte: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101892>

Universidade de Brasília. Instituto de Ciência Política.
Curso: Estrutura do Poder no Brasil – Código: POL0047.

EMENTA

Objetivo: O curso tem por objetivo apresentar as estruturas de poder no Brasil a partir das instituições formais de poder.

Conteúdo: O curso abordará as instituições do Brasil a partir de sua dimensão formal, apresentando as bases institucionais do sistema político brasileiro, seus principais atores e os seus desafios. O curso realiza uma discussão sobre o presidencialismo de coalizão desde a perspectiva do poder executivo, assim como da perspectiva do poder legislativo. Além disso, apresenta uma reflexão sobre o papel do poder judiciário no sistema político.

Bibliografia Básica:

1. LIMONGI, Fernando & Figueiredo, Argelina. As bases institucionais do presidencialismo de coalizão. Lua Nova, n° 44, 1998, pp. 81-106.
Fonte: <https://doi.org/10.1590/S0102-64451998000200005>
2. COUTO, Lucas; SOARES, Andéliton & LIVRAMENTO, Bernardo. Presidencialismo de Coalizão: conceito e aplicação. Revista Brasileira de Ciência Política, n° 34, 2021, pp. 1-39.
Fonte: <https://doi.org/10.1590/0103-3352.2021.34.241841>
3. SANTOS, Fabiano. O Poder Legislativo no Presidencialismo de Coalizão. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
Fonte: <https://bce.unb.br>
4. BATISTA, Mariana. O Poder no Executivo: explicações no presidencialismo, parlamentarismo e no presidencialismo de coalizão. Revista de Sociologia e Política, 24(57), 2016, pp. 127-155.
Fonte: <https://doi.org/10.1590/1678-987316245705>
5. CASTRO, Marcus Faro de. O estudo do judiciário. In: RUA, M^a das Graças & CARVALHO, M^a Izabel V. (Orgs). O estudo da política. Brasília: Paralelo 15, 1998.

Fonte: <https://bce.unb.br>

Bibliografia Complementar:

1. KOERNER, Andrei & FREITAS, Lígia de Barros. O Supremo na Constituinte e a constituinte no Supremo. Lua Nova, n° 88, 2013, pp. 141-184.
Fonte: <https://doi.org/10.1590/S0102-64452013000100006>
2. AMORIM NETO, Octavio. Formação de gabinetes ministeriais no Brasil: coalizão versus cooptação. Nova Economia, [Online], v. 4, n. 1, p. 9-34, 1994.
Fonte:
<https://revistas.face.ufmg.br/index.php/novaeconomia/article/view/2292>
3. VIEIRA, Oscar Vilhena. Supremocracia. Revista Direito GV, 4(2), 2008, pp. 441-464.
Fonte: <https://doi.org/10.1590/S1808-24322008000200005>

Universidade de Brasília. Instituto de Ciência Política.

Curso: História Social e Política da América Latina – Código: POL0010.

EMENTA

Objetivo: O curso tem o objetivo de apresentar uma visão geral das principais abordagens ao estudo da política e da sociedade latino-americana. Exploraremos os padrões de mudança das relações sociais, económicas e políticas na América Latina, especialmente no nível da sociedade civil. Examina tópicos como formação do Estado, desenvolvimento institucional, transformação/transição de regime. Discutiremos até que ponto as formações políticas podem ser melhor compreendidos analisando estruturas institucionais, partidos políticos e a prática dos atores políticos. Com ênfase nas semelhanças e diferenças nos processos sociopolíticos na região, podendo assim colocar o Brasil em perspectiva comparada.

Conteúdo: Independências, formação dos estados, formação das sociedades civis, as igrejas nos processos de socialização, conformação dos sistemas políticos e partidários, o processo industrialização por substituição de importações, os populismos clássicos, os regimes militares, a transição democrática, política e sistemas políticos post transicionais, movimentos sociais e partidos políticos.

Bibliografia Básica:

1. Pendle. George Uma breve história da América Latina. São Paulo: Cultrix, 2017.
Fonte:
<https://consulta.bce.unb.br/pergamum/biblioteca/index.php?word=Uma+breve+hist%C3%B3ria+da+Am%C3%A9rica+Latina>
2. ROUQUIÉ, Alain. O Extremo-Occidente: introdução à América Latina. São Paulo, SP: EdUSP, 1991.
Fonte: <https://consulta.bce.unb.br/pergamum/biblioteca/index.php?word=rouquie>
3. BETHELL, Leslie (Org.). História da América Latina. São Paulo: EdUSP, 2002.
Fonte:
<https://consulta.bce.unb.br/pergamum/biblioteca/index.php?word=Uma+breve+hist%C3%B3ria+da+Am%C3%A9rica+Latina>

4. CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTTO, Enzo. Dependência e desenvolvimento na América Latina: Ensaio de interpretação sociológica. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.
Fonte: <https://consulta.bce.unb.br/pergamum/biblioteca/index.php?word=Uma+breve+hist%C3%B3ria+da+Am%C3%A9rica+Latina>
5. Power, Timothy J. e Jamison, Giselle D. Desconfiança política na América Latina. Opinião Pública [online]. 2005, v. 11, n. 1 pp. 64-93.
Fonte: <https://doi.org/10.1590/S0104-62762005000100003>

Bibliografia Complementar:

1. Alcântara, Manuel, Freidenberg Flávia, Partidos políticos na América Latina. Opinião Pública [online]. 2002, v. 8, n. 2, pp. 137-157.
Fonte: <https://www.scielo.br/j/op/a/SCjftLsgzT4MD3KZNGd5QPn/abstract/?lang=pt#>
2. Luna, Juan Pablo. Representación política en América Latina: el estado de la cuestión y una propuesta de agenda. *Política y Gobierno*. 2007, Vol 14, n. 2, pp. 391-435
Fonte: <http://politicaygobierno.cide.edu/index.php/pyg/article/view/245>
3. Rennó, Lucio. Estruturas de oportunidade política e engajamento em organizações da sociedade civil: um estudo comparado sobre a América Latina. *Revista de Sociologia e Política* [online]. 2003, n. 21, pp. 71-82.
Fonte: <https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/3646>

Universidade de Brasília. Instituto de Ciência Política.
Curso: Identidade Nacional e Nacionalismo – Código: POL0002.

EMENTA

Objetivo: Esta disciplina busca compreender os fenômenos correlatos do nacionalismo e da identidade nacional através da abordagem das teorias gerais do nacionalismo e do estudo da realidade brasileira.

Conteúdo: Nacionalismo, Estado-Nação e Identidade Nacional. Nação e mitos fundadores. Identidades nacionais, etnia e raça. Identidade nacional no Brasil. Identidade nacional e globalização.

Bibliografia Básica:

1. ANDERSON, Benedict R. O'G. Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo. Lisboa: Edições 70, 1991.
Fonte: <https://bce.unb.br>
2. HOBBSBAWM, E. J. Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade. 2. ed. São Paulo, SP: Paz e Terra, 1998.
Fonte: <https://bce.unb.br>
3. HOBBSBAWM, Eric; Terence Ranger (eds). The invention of tradition. Cambridge University Press, 2012.
Fonte: <https://bce.unb.br>
4. HALL, Stuart; SOVIK, Liv Rebecca. Da diáspora: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2011. 434 p.

Fonte: <https://bce.unb.br>

5. SKIDMORE, Thomas E. Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

Fonte: <https://bce.unb.br>

Bibliografia Complementar:

1. CARVALHO, José Murilo de. A formação das almas: o imaginário da república no Brasil. São Paulo, SP: Companhia das Letras 2003.

Fonte: <https://bce.unb.br>

2. NASCIMENTO, Paulo César “Dilemas do nacionalismo” Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais (BIB) 56, 2003.

Fonte: <http://www.anpocs.com/index.php/edicoes-antiores/bib-56>

3. REIS, Fábio Wanderley. Notas sobre nação e nacionalismo. Estudos Avançados, v. 22, p. 161-169, 2008.

Fonte: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142008000100011>

Universidade de Brasília. Instituto de Ciência Política.

Curso: Pesquisa em Política Pública e Governabilidade – Código: POL0070.

EMENTA

Objetivo: O curso tem o objetivo de apresentar questão da governabilidade no atual contexto de redemocratização do Brasil, enfatizando as relações executivo-legislativo. Espera-se que, ao final do curso, os participantes consigam identificar a configuração político-institucional do processo atual de tomada de decisão no país.

Conteúdo: Governabilidade e governança atuais; Governabilidade como condições sistêmicas do exercício do poder e da autoridade política; Governança como a forma qual o poder e exercido no gerenciamento dos recursos econômicos e sociais do país; Governabilidade democrática; Ingovernabilidade no brasil. Relações executivo-legislativo; Padrões de integração entre os poderes constituídos e os interesses sociais; Comparação com alguns países selecionados.

Bibliografia Básica:

1. LIMONGI, Fernando; FIGUEIREDO, Argelina. Bases institucionais do presidencialismo de coalizão. Lua Nova: revista de cultura e política, p. 81-106, 1998.

Fonte: <https://www.scielo.br/j/ln/a/7P5HPND88kMJCYSmX3hgrZr/?format=pdf&lang=pt>

2. CHEIBUB, José Antonio; PRZEWORSKI, Adam; SAIEGH, Sebastian. Governos de coalizão nas democracias presidencialistas e parlamentaristas. Dados, v. 45, n. 2, p. 187-218, 2002.

Fonte: <https://www.scielo.br/j/dados/a/fNBZXqQcFhs53qr8GyJLN9K/?format=pdf&lang=pt>

3. BATISTA, Mariana. O Poder no Executivo: explicações no presidencialismo, parlamentarismo e presidencialismo de coalizão. Revista de Sociologia e Política, v. 24, p. 127-155, 2016.

Fonte: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/YLtnXcvNkrYLtq7LJfDQnwP/?format=pdf&lang=pt>

4. FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando. Mudança constitucional, desempenho do Legislativo e consolidação institucional. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 10, n. 29, p. 175-200, 1995.
Fonte: http://anpocs.com/images/stories/RBCS/rbcs29_10.pdf
5. BERTHOLINI, Frederico; PEREIRA, Carlos. Pagando o preço de governar: custos de gerência de coalizão no presidencialismo brasileiro. *Revista de Administração Pública*, v. 51, p. 528-550, 2017.
Fonte: <https://www.scielo.br/j/rap/a/9przPh6zP4sTwMds84qcj3B/?format=pdf&lang=pt>

Bibliografia Complementar:

1. PEREIRA, Carlos; MUELLER, Bernardo. Comportamento Estratégico em Presidencialismo de Coalizão: As Relações entre Executivo e Legislativo na Elaboração do Orçamento Brasileiro. *Dados*, c. 45, pág. 265-301, 2002.
Fonte: <https://www.scielo.br/j/dados/a/SvvxHRVpQ975Rk3WYmvvyHB/?format=pdf&lang=pt>
2. BATISTA, Mariana. O poder no Executivo: uma análise do papel da Presidência e dos Ministérios no presidencialismo de coalizão brasileiro (1995-2010). *Opinião Pública*, v. 19, p. 449-473, 2013. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-62762013000200009>>.
Fonte: <https://www.scielo.br/j/op/a/Sc5dMBhkDntYDK43VSBJLrf/?format=pdf&lang=pt>
3. ARRETCHE, Marta; RODDEN, Jonathan. Política distributiva na federação: estratégias eleitorais, barganhas legislativas e coalizões de governo. *Dados*, v. 47, n. 3, p. 549-576, 2004.
Fonte: <https://www.scielo.br/j/dados/a/CGPWzrWMWgnYnZ8cf87PWfm/?format=pdf&lang=pt>
4. FIGUEIREDO, Argelina Cheibub; CANELLO, Júlio; VIEIRA, Marcelo. Governos minoritários no presidencialismo latino-americano: determinantes institucionais e políticos. *Dados*, v. 55, n. 4, p. 839-875, 2012.
Fonte: <https://www.scielo.br/j/dados/a/XhTh64tqZXbNLVjzJ7MQHLS/?format=pdf&lang=pt>
5. COUTO, Lucas; SOARES, Andéilton; LIVRAMENTO, Bernardo. Presidencialismo de coalizão: conceito e aplicação. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 2021.
Fonte: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/fmVjS6nMXFZHFYBJ9jpwH9g/?format=pdf&lang=pt>

3. CORPO DOCENTE e TUTORIAL

3.1 Núcleo Docente Estruturante

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) foi instituído pela resolução 1/2016 do IPOL e é parte integrante da organização acadêmica e administrativa do novo regimento interno do IPOL. O NDE cumpre uma função central relacionada às atividades de ensino, pesquisa e extensão na medida em que atua em conjunto com os colegiados de graduação e de extensão e com o Projeto Unificado de Introdução à Ciência Política, sendo esta uma disciplina de serviço, que atende cerca de 900 estudantes por semestre de outros cursos da UnB. Os membros do NDE atuam na Comissão de Graduação do IPOL e têm como foco principal a manutenção da qualidade do curso, a partir das seguintes atribuições: prestar assessoria à coordenação, revisar e propor atualizações no PPC, elaborar propostas de ajuste curricular e adequação do curso às demandas dos estudantes e às novas tendências por formação profissional, seja na área acadêmica, setor público ou mercado.

Além disso, busca-se utilizar como parâmetro os resultados dos seguintes instrumentos de avaliação: avaliação externa (avaliação de cursos de graduação) e avaliação interna, com a autoavaliação institucional e a avaliação docente realizada pelos discentes. Mais recentemente, o NDE tem aplicado pesquisas de avaliação junto aos professores e estudantes para coletar dados que apontem para as principais demandas do curso e outros pontos que devem ser mantidos ou fortalecidos.

A composição do NDE é definida pelo artigo 26 do regimento interno do IPOL, sendo composto por cinco docentes do quadro permanente, escolhidos por seus pares em reunião do Conselho.

Os atuais membros do NDE para o biênio 2021-2023 estão descritos a seguir:

Denilson Bandeira Coêlho: Presidente e Coordenador de Graduação do IPOL.

Graziela Dias Teixeira: Docente e Vice-Diretora do IPOL.

Adrian Nicolas Albala Young: Coordenador de Extensão do IPOL.

Thiago Aparecido Trindade: Docente e Coordenador do Projeto Unificado de ICP.

Marilde Loiola de Menezes: Docente.
Frederico Bertholini Santos Rodrigues: Docente.

Este grupo de professores trabalha em regime de tempo integral e possui titulação de doutor/a.

3.2 Atuação do coordenador

De acordo com o regimento interno do IPOL, aprovado pela Resolução do Conselho Universitário 0052/2021 da UnB, compete ao Conselho do IPOL eleger o coordenador do curso de Ciência Política para um mandato de 2 anos, sendo permitida uma recondução consecutiva, desde que aprovada pelas instâncias do IPOL e da UnB. O ato de nomeação do coordenador é publicado pela Reitoria por meio do Decanato de Gestão de Pessoas (DGP). A designação do atual coordenador, Professor Denilson Bandeira Coêlho, foi publicada via o Ato do DGP 0830/2021 em 22/02/2021. Historicamente a coordenação do curso tem sido exercida por um docente em regime de dedicação exclusiva e com título de doutor. No tocante à organização acadêmica e administrativa o coordenador é parte integrante da representação institucional nos órgãos superiores da UnB, como o Decanato de Ensino e Graduação (DEG) por meio da Câmara de Ensino da Graduação (CEG), além de compor o quadro de comissões internas do IPOL, a exemplo da Comissão de Planejamento e Orçamento (CPO) e o trabalho em conjunto com o Núcleo Docente Estruturante (NDE), pelo próprio coordenador presidido.

É função primordial do coordenador a implementação dos itens constitutivos do PPC com observância a qualidade das ações administrativas e acadêmicas, além da orientação permanente ao corpo discente e o monitoramento das atividades gerais visando o bom funcionamento do curso. Para tanto, a coordenação dispõe de vários canais de comunicação para estabelecer contato frequente com o corpo docente, estudantes, servidores e o público em geral.

A partir do novo regimento interno do IPOL, que estabeleceu a criação do Colegiado de Graduação, o coordenador tem como missão institucional as atribuições destacadas a seguir:

- Convocar e presidir as reuniões do Colegiado do curso de Graduação;
- Elaborar as listas de ofertas de disciplinas para cada período letivo;
- Coordenar a avaliação interna do curso;
- Supervisionar as atividades de estágio dos discentes do curso;
- Coordenar juntamente com a Coordenação de Pós-Graduação a alocação de Estágio Docente dos discentes do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política nas disciplinas da graduação do IPOL
- Realizar atendimento individualizado dos estudantes para atender demandas de natureza específica;
- Gerenciar a matrícula em disciplinas e o posterior ajuste de matrícula;
- Analisar os pedidos de aproveitamento de estudos, reintegração de alunos, as transferências de alunos, os recursos gerais de revisão de menção (2ª instância), criação e alteração de disciplinas (1ª instância), equivalência de disciplinas, projeto político pedagógico de cursos (1ª instância), outorga antecipada (1ª instância), entre outros;
- Convocar e conduzir as reuniões do NDE;

- Gerenciar a contratação e as atividades dos professores substitutos e de voluntários;
- Representar o IPOL no DEG e. CEG.

3.2.1 Regime de trabalho do coordenador do curso

A coordenação cumpre um regime de trabalho integral e de dedicação exclusiva à agenda de atividades do curso que envolvem ensino, pesquisa e extensão. O coordenador possui uma sala de trabalho devidamente equipada para as atividades da graduação. O atendimento no local pode ser feito individualmente ou por meio de grupos, com a adequada privacidade e segurança. Para cada ano letivo, um cronograma de ações é definido visando o atendimento de questões administrativas e acadêmicas, sejam estas recorrentes ou novas. A coordenação considera como pontos essenciais para a gestão de qualidade do curso, a aplicação das regras da UnB e a busca por formas inovadoras de solução de problemas, sempre pautada numa relação próxima e de cultura crítica-construtiva na interação com professores(as), alunos e alunas, integrantes do Centro Acadêmico do IPOL (CAPOL), Programa de Educação Tutorial (PET), STRATEGOS Consultoria Política, Projeto POLITEIA e Política na Escola. A representatividade nos órgãos superiores da universidade é realizada a partir da participação no DEG/CEG e demais órgãos como a Secretaria de Assuntos Acadêmicos (SAA), Secretaria de Assuntos Internacionais e Assistência Estudantil. Considerando que o Colegiado da Graduação completou há pouco tempo seu primeiro ano de atividade, o relatório de gestão do coordenador será elaborado anualmente e apresentado às instâncias do IPOL. O documento apresentará indicadores de desempenho relacionados a frequência e tomada de decisão em reuniões, quantitativo de processos deliberados, índice de atendimento ao corpo discente, criação e lançamento de editais e avaliação do curso relacionado ao Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) e reforma curricular. O trabalho de gerar maior potencialidade do corpo docente no tocante ao avanço do conhecimento acadêmico é desenvolvido a partir da identificação das inovações da agenda de pesquisa dos(as) professores(as) aplicadas aos ensinamentos teóricos e metodológicos em disciplinas básicas, seletivas ou de tópicos especiais. A circulação de docentes entre os tipos de modalidade de disciplinas tem contribuído positivamente para gerar uma integração dinâmica e complementar entre beneficiando professores(as) e estudantes.

3.3 Corpo docente do curso

Em conformidade aos princípios deste PPC e de sua proposta metodológica, compete aos(as) professores(as) do Curso de Ciência Política elaborar o plano de ensino, pesquisa e extensão das disciplinas que ministram; supervisionar e coordenar a execução das atividades sob sua responsabilidade; reelaborar semestralmente o plano de ensino, pesquisa e extensão das disciplinas; adotar medidas que signifiquem aprimoramento e melhoria das atividades de ensino, pesquisa e extensão; coordenar e participar em atividades de pesquisa e/ou extensão, em caráter coletivo ou individual; seleção e orientação de monitores; orientação de monografias de cursos de graduação e participação na gestão acadêmica e administrativa.

Além disso, os(as) professores(as) são estimulados a executar atividades de ensino em cursos de pós-graduação Lato Sensu e Stricto Sensu; elaborar e coordenar projetos de pesquisa e extensão; orientar estudantes de pós-graduação e/ou bolsistas de iniciação científica ou aperfeiçoamento, bem como trabalhar para a consolidação de uma linha de

pesquisa e de uma proposta teórico-metodológica em sua área de conhecimento, considerando as propostas institucionalizadas junto a este PPC, bem como levando em conta o perfil do estudante egresso e suas diversas possibilidades de atuação profissional.

Graças ao perfil do seu corpo docente, o curso de Ciência Política da UnB é capaz de oferecer aos(as) alunos(as) uma formação teórica altamente qualificada, por um lado, bem como instrumentalizar os discentes com ferramentas técnicas necessárias para a atuação em segmentos específicos do mercado de trabalho (tanto no setor público como também no privado), por outro. Além de sua atuação docente, parte considerável do corpo de professores atua junto a organizações internacionais, organizações sociais e instituições públicas e privadas, realizando atividades como consultorias, pesquisas e cursos de formação (seja para técnicos da burocracia pública como também para atores da sociedade civil).

Estas diversas linhas de atuação profissional possibilitam a ampliação do intercâmbio entre a universidade e sociedade, abrindo oportunidades profissionais e acadêmicas para o corpo docente do curso, tanto durante a graduação como também após a sua finalização. Nesse quesito, os grupos de pesquisa do IPOL, bem como as iniciativas promovidas pelos projetos de extensão e pelo PET, a título de exemplo, são de grande importância.

Por fim, vale mencionar que a Direção do IPOL e as Coordenações de Graduação e Extensão do curso estimulam constantemente os docentes a cadastrarem as ações de extensão realizadas junto ao Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) da UnB, o que permite a formalização do evento em termos institucionais e garante emissão de certificados aos participantes, bem como à comissão organizadora da atividade. Além de eventos como palestras e mesas redondas, também é possível cadastrar junto ao SIGAA atividades como projetos e produtos derivados de ações extensionistas.

3.3.1 Regime de trabalho do corpo docente do curso

O corpo docente do curso de Ciência Política ligado ao quadro efetivo da UnB conta atualmente com 31 professores(as) no total, sendo que 20 destes integram o programa de pós-graduação vinculado ao IPOL.

Destes 31 docentes, 30 estão contratados em regime de dedicação exclusiva (DE), e 30 possuem titulação de doutorado (conforme exposto no quadro a seguir). Com isso, torna-se possível desenvolver as atividades em conformidade com o PPC de maneira satisfatória e equilibrada, realizando atendimento aos discentes em horários extra-classe, seja para dirimir dúvidas quanto aos conteúdos das disciplinas, seja para fins de orientação (TCC, PIBIC, projetos de extensão e/ou outras atividades específicas).

Relação de docentes efetivos/as do IPOL, titulação e regime de trabalho

Nome	Titulação	Regime de Trabalho
Adrian Albala	Doutorado	DE
André Borges Carvalho	Doutorado	DE
Aninho Mucundramo Irachande	Doutorado	DE
Arnaldo Mauerberg Junior	Doutorado	DE

Carlos Marcos Batista	Doutorado	DE
Carlos Augusto Mello Machado	Doutorado	DE
Daniella Naves de Castro Rocha	Doutorado	DE
Danusa Marques	Doutorado	DE
Débora Rezende de Almeida	Doutorado	DE
Denilson Bandeira Coelho	Doutorado	DE
Érika Laurinda Amusquivar	Doutorado	DE
Flávia Millena Biroli Tokarski	Doutorado	DE
Frederico Bertholini Santos Rodrigues	Doutorado	DE
Graziela Dias Teixeira	Doutorado	DE
Gustavo Rodrigues Mesquita	Doutorado	DE
Joscimar Souza Siva	Doutorado	DE
José Alves Donizeth	Mestrado	DE
Juarez de Souza	Doutorado	TP
Lúcio Remuzat Rennó Junior	Doutorado	DE
Luis Felipe Miguel	Doutorado	DE
Marilde Loiola de Menezes	Doutorado	DE
Marisa Von Bülow	Doutorado	DE
Mathieu Turgeon	Doutorado	DE
Michelle Vieira Fernandez de Oliveira	Doutorado	DE
Pablo Holmes Chaves	Doutorado	DE
Paulo Afonso Francisco de Carvalho	Doutorado	DE
Paulo Carlos Du Pin Calmon	Doutorado	DE
Rebecca Neaera Abers	Doutorado	DE
Ricardo Wahrendorff Caldas	Doutorado	DE
Thiago Aparecido Trindade	Doutorado	DE
Vladmir Ferrari Puzone	Doutorado	DE

Dessa forma, tal condição de vínculo laboral também garante a ampla participação dos docentes no Conselho do Instituto, bem como nos demais colegiados específicos, a saber, de graduação e extensão. É nestes espaços que, com o apoio constante do NDE, se desenvolvem discussões relevantes sobre o planejamento de médio e longo prazos em relação aos objetivos do curso em conformidade ao que está estabelecido pelo PCC, produzindo o máximo de documentação possível para subsidiar os debates e estratégias a serem desenvolvidas.

3.4 Conselho do IPOL e Colegiado de Graduação

A resolução do Conselho Universitário n° 52/2021 aprovou o regimento interno do Instituto de Ciência da Universidade de Brasília. O regimento prevê a seguinte estrutura organizacional:

I. Conselho do IPOL; II. Colegiado do curso de Graduação em Ciência Política; III. Colegiado dos cursos de Pós-Graduação do IPOL (CCPG-IPOL); IV. Colegiado de Extensão do IPOL; V. Direção do IPOL; VI. Coordenação de Graduação; VII.

Coordenação de Pós-Graduação; VIII. Coordenação de Extensão; IX. Comissão de Planejamento e Orçamento do IPOL; X. Comissão de Graduação; XI. Núcleo Docente Estruturante do curso de Graduação em Ciência Política; XII. Projeto Unificado de Introdução à Ciência Política.

O Conselho do IPOL é órgão máximo deliberativo e de recurso, em matéria administrativa e acadêmica. Compõem o Conselho do IPOL: o(a) Diretor(a) do IPOL, como presidente; Vice-Diretor(a) do IPOL, como vice-presidente; os(as) docentes do quadro de pessoal permanente da UnB lotados(as) no IPOL e em exercício; um (1) representante dos(as) servidores(as) técnico-administrativos(as) do IPOL, indicado(a) por seus pares; . os(as) representantes discentes da Graduação e da Pós-Graduação em Ciência Política, na proporção de 1/6 do número de docentes integrantes do Conselho, indicados(as) por seus pares.

O Conselho do IPOL, o Colegiado do curso de Graduação em Ciência Política, o Colegiado de Extensão do IPOL e o Colegiado dos cursos de Pós-Graduação do IPOL (CCPG-IPOL) reúnem-se preferencialmente uma vez por mês, por convocação de seu(sua) Presidente, feita com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, ou, excepcionalmente, por 2/3 (dois terços) dos seus membros, com indicação da pauta de assuntos a ser considerada na reunião.

As sessões do Conselho e dos Colegiados do IPOL serão registradas em atas, que, após aprovadas em sessão subsequente, ficarão arquivadas na Secretaria do Instituto de Ciência Política e deverão ser disponibilizadas para todos os membros. É obrigatório o comparecimento dos membros às reuniões dos órgãos deliberativos de que fazem parte dentro da estrutura do IPOL. As matérias avaliadas pelos órgãos deliberativos deverão ser encaminhadas com antecedência para a secretaria administrativa e para Direção ou Coordenação do Instituto, como forma preliminar para adição do item de pauta.

Quanto ao Colegiado do curso de Graduação, de acordo com o Art. 22 do Regimento Interno do IPOL, ele é composto por:

I. o(a) Coordenador(a) de Graduação, como Presidente; II. o(a) Coordenador(a) de Extensão do IPOL; III. o(a) Coordenador(a) do Projeto Unificado de Introdução à Ciência Política; IV. o Núcleo Docente Estruturante; V. um(a) (1) servidor(a) técnico(a) administrativo(a), indicado(a) por seus pares; VI. um(a) (1) discente do Curso de Graduação em Ciência Política, indicado(a) por seus pares.

Presidido pelo Coordenador de graduação, este Colegiado tem diversas atribuições, dentre as quais se destacam: deliberar sobre o Projeto Político-Pedagógico do curso de Graduação em Ciência Política, para posterior apresentação da proposta ao Conselho do IPOL e ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) da UnB; propor políticas de Graduação no âmbito do Instituto de Ciência Política; propor, ao Conselho do IPOL e ao CEPE a criação ou a extinção de disciplinas do curso de Graduação em Ciência Política, assim como mudanças no fluxo curricular; aprovar os programas das disciplinas de Graduação do IPOL, bem como modificações eventualmente necessárias; aprovar a lista de oferta de disciplinas de Graduação do IPOL para cada período letivo; zelar pela qualidade do ensino do curso de Graduação em Ciência Política e coordenar a sua avaliação interna, dentre outros pontos.

4. INFRA-ESTRUTURA

4.1 Infraestrutura Física

O campus Universitário Darcy Ribeiro (Asa Norte de Brasília) é a unidade central da UnB, ocupando uma área total de 3.950.579 m², sendo 601.918 m² de área construída. É composto por 12 (doze) Institutos, 14 (quatorze) Faculdades, 53 (cinquenta e três) Departamentos, cerca de 400 (quatrocentos) Laboratórios, 16 (dezesesseis) Centros, 8 (oito) Decanatos, 8 (oito) órgãos complementares (Biblioteca Central, Secretaria de Tecnologia da Informação, Editora Universidade de Brasília, Fazenda Água Limpa, Hospital Universitário, Rádio e Televisão Universitárias, Arquivo Central e Parque Científico e Tecnológico da Universidade de Brasília), Assessorias e Secretarias.

Acrescenta-se ainda que a UnB possui 130 Cursos de Graduação, distribuídos nos 4 (quatro) campi: Plano Piloto (Campus Darcy Ribeiro), Planaltina (Faculdade UnB Planaltina), Gama (Faculdade UnB Gama) e Celândia (Faculdade UnB Ceilândia). Esses campi reúnem um total de 40.501 alunos regulares nos cursos de Graduação e 8.691 alunos matriculados nos Cursos de Pós-Graduação.

O Prédio IPOL/IREL foi inaugurado em 2012 e possui uma área construída de aproximadamente 4.236,16 m² cujo uso é dividido entre o Instituto de Ciência Política (IPOL) e o Instituto de Relações Internacionais (IREL).

No que se refere a área o IPOL possui:

- sala de seminários;
- sala de estudos para alunos(as) de graduação;
- sala de estudos para alunos(as) de pós-graduação;
- sala de estudos para alunos(as) do Programa de Educação Tutorial (PET);
- sala de estudos para a Empresa Júnior Strategos;
- trinta e uma salas individuais para professores do IPOL;
- três salas para os grupos de pesquisa.

Destacamos ainda que o prédio do IPOL atende à legislação sobre acessibilidade, dispõe de uma cadeira de rodas e rampas que possibilitam acesso às suas instalações, elevador, contemplando assim demandas de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Também possui sinalização de piso para deficiente visual.

Em relação as salas de aulas para os Cursos de Graduação, dispomos de vários espaços nos prédios exclusivos para salas de aula situados nas proximidades do IPOL: Pavilhão João Calmon (PJC) e Pavilhão Anísio Teixeira (PAT); Blocos de Sala de aula Norte (BSAN). Funciona também no ICC 11 (onze) turmas da disciplina de Introdução à Ciência Política oferecida pelo IPOL aos diversos curso de graduação da UnB. Todas as salas são equipadas com aparelhos para fins didáticos e visuais, com acesso à internet e acomodação para a quantidade de alunos prevista em cada disciplina.

4.2 Infraestrutura de Gestão

O prédio do IPOL conta ainda com as seguintes acomodações:

- sala da Direção;
- sala da Coordenação de Graduação;
- espaço apropriado – guardando distância entre os funcionários e o público através de divisórias de vidro - para o funcionamento da Secretaria do IPOL;
- sala para a representação estudantil (CAPOL);
- salas (duas) de reuniões compartilhadas com o IPOL/ IREL;
- auditório com capacidade para 90 (noventa) alunos cujo uso é compartilhado com os dois institutos: IPOL/IREL;
- banheiros (quatro) adequados para o uso de pessoas com necessidades especiais.

4.3 Acervo de Biblioteca

A Biblioteca Central (BCE) é o órgão da Universidade de Brasília responsável pelo provimento de informações às atividades de ensino, pesquisa e extensão. O acervo da BCE tem atendido as demandas dos discentes e docentes do curso de Ciência Política sobretudo através da implementação de uma extensa base de dados permitindo o acesso de alunos e professores a plataformas de pesquisa. Os títulos passam por constante atualização e o IPOL, por sua vez, participa frequentemente dos editais de compras da UnB indicando novas obras, conforme as unidades curriculares do Curso. As listas de títulos são referendadas pelo NDE e aprovada no colegiado do Curso.

A BCE também disponibiliza serviços digitais, como por exemplo: Biblioteca digital e sonora, Repositório Institucional, Biblioteca Digital da Produção Intelectual Discente, Biblioteca Digital de Coleções Especiais, Portal de Periódicos, Portal de Livros, Portal de Conferências e Repositório de informações Administrativa.

A Biblioteca Central disponibiliza laboratórios de acesso digital, com instalações e recursos para consultas aos títulos virtuais. Também é disponibilizado o serviço de empréstimo de notebook para estudantes.

Ainda com relação a Biblioteca Central, destaca-se seu funcionamento integral, que abrange as 00h de segunda-feira até 23h45 de sexta-feira (24 horas) e aos finais de semana e feriados, das 07:00 às 19:00. O acesso às suas locações é liberado tanto para comunidade acadêmica quanto para o público em geral.

ANEXO I

REGULAMENTO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

ART. 1º - O curso de graduação de Bacharelado em Ciência Política destina-se à formação de pessoas de nível superior aptas a trabalharem na área de ciência política em seu sentido amplo.

ART. 2º - O curso será ministrado em duração plena em turno diurno integral, matutino e vespertino, abrangendo um total mínimo de 176 créditos (2640 horas), sendo o limite máximo de integralização de Módulo Livre (ML) estabelecido em 24 créditos (360 horas).

PARÁGRAFO PRIMEIRO. As disciplinas obrigatórias perfazem um total de 98 créditos (1410 horas), as disciplinas da(s) cadeia(s) de seletividade um total de 28 créditos (420 horas), divididas em duas cadeias de seletividade, as disciplinas optativas 12 créditos (180 horas) e às de Módulo Livre (ML) 24 créditos (360 horas).

PARÁGRAFO SEGUNDO – As atividades de extensão são obrigatórias e perfazem um total de 18 créditos (270 horas), considerando 18 créditos (270 horas) nas disciplinas Atividade de Extensão 1, 2 e 3, regidas pelo regulamento de extensão do Instituto de Ciência Política.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A inserção das atividades complementares será feita por meio do lançamento direto no histórico do(a) estudante como horas complementares, ou seja, essas horas não são integralizadas na carga horária do histórico escolar, não contemplando a carga horária obrigatória e nem a carga horária optativa. O limite de horas complementares registradas será de 2 créditos (30 horas).

PARÁGRAFO QUARTO – O Trabalho de Conclusão de Curso se dará na modalidade Monografia ou Artigo Científico, com cumprimento de 4 créditos (60 horas).

ART. 3º - O fluxograma do curso está organizado em oito semestres letivos e inclui um conjunto de disciplinas Obrigatórias. Os componentes das Cadeias de Seletividade,

Optativas e Módulo Livre serão escolhidos pelos discentes ao decorrer do curso de graduação.

Fluxograma do Curso de Ciência Política

1º SEMESTRE				
DEPARTAMENTO	CÓDIGO	DISCIPLINA	CRÉDITO	MODALIDADE
IPOL	POL0033	TEORIA POLÍTICA CLÁSSICA	4	OBR
IPOL	POL0011	INTRODUÇÃO À CIÊNCIA POLÍTICA	4	OBR
SOCIOLOGIA	SOL0042	INTRODUÇÃO À SOCIOLOGIA	4	OBR
ANTROPOLOGIA	DAN0022	INTRODUÇÃO À ANTROPOLOGIA	4	OBR
ECONOMIA	ECO0019	INTRODUÇÃO À ECONOMIA	4	OBR
2º SEMESTRE				
DEPARTAMENTO	CÓDIGO	DISCIPLINA	CRÉDITO	MODALIDADE
IPOL	POL0012	TEORIA POLÍTICA MODERNA	4	OBR
IPOL	POL0017	POLÍTICA BRASILEIRA 1	4	OBR
IRI	IRI0013	INTRODUÇÃO AO ESTUDO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	4	OBR
DIREITO	FDD0006	INTRODUÇÃO A DIREITO 1	4	OBR
ECONOMIA	ECO0023	FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL	4	OBR
3º SEMESTRE				
DEPARTAMENTO	CÓDIGO	DISCIPLINA	CRÉDITO	MODALIDADE
IPOL	POL0013	TEORIA POLÍTICA CONTEMPORÂNEA	4	OBR
IPOL	POL0032	POLÍTICA BRASILEIRA 2	4	OBR
IPOL		INSTITUIÇÕES POLÍTICAS	4	OBR
ESTUDOS LATINO-AMERICANOS	ELA0117	INTRODUÇÃO ÀS CIÊNCIAS SOCIAIS LATINO-AMERICANAS	4	OBR
ESTATÍSTICA	EST0019	ESTATÍSTICA APLICADA	4	OBR
4º SEMESTRE				
DEPARTAMENTO	CÓDIGO	DISCIPLINA	CRÉDITO	MODALIDADE
IPOL	POL0055	FUNDAMENTOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS	4	OBR
IPOL		POLÍTICA COMPARADA	4	OBR
IPOL	POL0037	PARTIDOS POLÍTICOS e SISTEMAS ELEITORAIS	4	OBR
IPOL		METODOLOGIA DE PESQUISA EM CIÊNCIA POLÍTICA	4	OBR
IPOL	POL0082	ATIVIDADE DE EXTENSÃO 1	6	OBR
5º SEMESTRE				

DEPARTAMENTO	CÓDIGO	DISCIPLINA	CRÉDITO	MODALIDADE
IPOL	POL0030	ANÁLISE POLÍTICA	4	OBR
IPOL		MÉTODOS QUALITATIVOS 1*	4	OBR
IPOL	POL0080	MÉTODOS QUANTITATIVOS 1*	4	OBR
IPOL	POL0083	ATIVIDADE DE EXTENSÃO 2	6	OBR
6º SEMESTRE				
DEPARTAMENTO	CÓDIGO	DISCIPLINA	CRÉDITO	MODALIDADE
IPOL	POL0029	TÉCNICAS DE PESQUISA EM CIÊNCIA POLÍTICA	4	OBR
IPOL		ATIVIDADE DE EXTENSÃO 3	6	OBR
7º SEMESTRE				
DEPARTAMENTO	CÓDIGO	DISCIPLINA	CRÉDITO	MODALIDADE
IPOL		SEMINÁRIOS DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO	4	OBR
8º SEMESTRE				
DEPARTAMENTO	CÓDIGO	DISCIPLINA	CRÉDITO	MODALIDADE
IPOL		TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	4	OBR

* É facultado(a) ao(à) estudante a escolha da disciplina Métodos Qualitativos 1 ou Métodos Quantitativos 1 ou ambas as disciplinas.

DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS

DEPARTAMENTO	CÓDIGO	DISCIPLINA	CRÉDITO	MODALIDADE	Pré-requisito
IPOL	POL0033	TEORIA POLÍTICA CLÁSSICA	4	OBR	
IPOL	POL0011	INTRODUÇÃO À CIÊNCIA POLÍTICA	4	OBR	
RELAÇÕES INTERNACIONAIS	IRI0013	INTRODUÇÃO AO ESTUDO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	4	OBR	
SOCIOLOGIA	SOL0042	INTRODUÇÃO À SOCIOLOGIA	4	OBR	
ANTROPOLOGIA	DAN0022	INTRODUÇÃO À ANTROPOLOGIA	4	OBR	
ECONOMIA	ECO0019	INTRODUÇÃO À ECONOMIA	4	OBR	
IPOL	POL0012	TEORIA POLÍTICA MODERNA	4	OBR	TEORIA POLÍTICA CLÁSSICA E INTRODUÇÃO À CIÊNCIA POLÍTICA
IPOL	POL0017	POLÍTICA BRASILEIRA 1	4	OBR	INTRODUÇÃO À CIÊNCIA POLÍTICA
DIREITO	FDD0006	INTRODUÇÃO AO DIREITO 1	4	OBR	
ECONOMIA	ECO0023	FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL	4	OBR	INTRODUÇÃO À ECONOMIA
IPOL	POL0013	TEORIA POLÍTICA CONTEMPORÂNEA	4	OBR	TEORIA POLÍTICA MODERNA E INTRODUÇÃO À CIÊNCIA POLÍTICA
IPOL	POL0032	POLÍTICA BRASILEIRA 2	4	OBR	POLÍTICA BRASILEIRA 1

IPOL		INSTITUIÇÕES POLÍTICAS	4	OBR	INTRODUÇÃO À CIÊNCIA POLÍTICA
ESTUDOS LATINO-AMERICANOS	ELA0117	INTRODUÇÃO ÀS CIÊNCIAS SOCIAIS LATINO-AMERICANAS	4	OBR	
ESTATÍSTICA	EST0019	ESTATÍSTICA APLICADA	6	OBR	
IPOL	POL0055	FUNDAMENTOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS	4	OBR	INTRODUÇÃO À CIÊNCIA POLÍTICA
IPOL		POLÍTICA COMPARADA	4	OBR	INSTITUIÇÕES POLÍTICAS
IPOL	POL0037	PARTIDOS POLÍTICOS e SISTEMAS ELEITORAIS	4	OBR	INTRODUÇÃO À CIÊNCIA POLÍTICA
IPOL		METODOLOGIA DE PESQUISA EM CIÊNCIA POLÍTICA	4	OBR	ESTATÍSTICA APLICADA
IPOL	POL0082	ATIVIDADE DE EXTENSÃO 1	6	OBR	INTRODUÇÃO À CIÊNCIA POLÍTICA
IPOL	POL0030	ANÁLISE POLÍTICA	4	OBR	POLÍTICA COMPARADA
IPOL		MÉTODOS QUALITATIVOS 1*	4	OBR	METODOLOGIA DE PESQUISA EM CIÊNCIA POLÍTICA
IPOL	POL0081	MÉTODOS QUANTITATIVOS 1*	4	OBR	METODOLOGIA DE PESQUISA EM CIÊNCIA POLÍTICA
IPOL	POL0083	ATIVIDADE DE EXTENSÃO 2	6	OBR	Atividade de extensão 1
IPOL	POL0029	TÉCNICAS DE PESQUISA EM CIÊNCIA POLÍTICA	4	OBR	MÉTODOS QUALITATIVOS 1 ou MÉTODOS QUANTITATIVOS 1
IPOL		ATIVIDADE DE EXTENSÃO 3	6	OBR	Atividade de extensão 2
IPOL		SEMINÁRIOS DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO	4	OBR	TÉCNICAS DE PESQUISA EM CIÊNCIA POLÍTICA
IPOL		TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	4	OBR	SEMINÁRIOS DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO

* É facultado(a) ao(à) estudante a escolha da disciplina Métodos Qualitativos 1 ou Métodos Quantitativos 1 ou ambas as disciplinas.

DISCIPLINAS DA CADEIA DE SELETIVIDADE n° 1

DEPARTAMENTO	CÓDIGO	DISCIPLINA	CRÉDITO	MODALIDADE
IPOL		Métodos Qualitativos 1	4	Cadeia de seletividade n° 1
IPOL	POL0080	Métodos Quantitativos 1	4	Cadeia de seletividade n° 1

DISCIPLINAS DA CADEIA DE SELETIVIDADE n° 2

DEPARTAMENTO	CÓDIGO	DISCIPLINA	CRÉDITO	MODALIDADE
IPOL	POL0003	ESTUDOS LEGISLATIVOS	4	Cadeia de seletividade n° 2
IPOL	POL0006	POLÍTICA E ANTIRRACISMO	4	Cadeia de seletividade n° 2
IPOL	POL0007	GÊNERO E POLÍTICA	4	Cadeia de seletividade n° 2
IPOL	POL0008	TEORIA POLÍTICA FEMINISTA	4	Cadeia de seletividade n° 2

IPOL	POL0009	PENSAMENTO POLÍTICO NEGRO	4	Cadeira de seletividade nº 2
IPOL	POL0015	ELITES POLÍTICAS	4	Cadeira de seletividade nº 2
IPOL	POL0019	POLÍTICA E SOCIOLOGIA	4	Cadeira de seletividade nº 2
IPOL	POL0022	COMPORTAMENTO POLÍTICO	4	Cadeira de seletividade nº 2
IPOL	POL0035	POLÍTICA REGIONAL AFRICANA	4	Cadeira de seletividade nº 2
IPOL	POL0036	PENSAMENTO POLÍTICO LATINO-AMERICANO	4	Cadeira de seletividade nº 2
IPOL	POL0038	LEGISLAÇÃO E PROCESSO POLÍTICO	4	Cadeira de seletividade nº 2
IPOL	POL0040	AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS	4	Cadeira de seletividade nº 2
IPOL	POL0042	POLÍTICA E MOVIMENTOS SOCIAIS	4	Cadeira de seletividade nº 2
IPOL	POL0045	ESTÁGIO EM CIÊNCIA POLÍTICA	6	Cadeira de seletividade nº 2
IPOL	POL0046	PENSAMENTO POLÍTICO NO BRASIL	4	Cadeira de seletividade nº 2
IPOL	POL0048	POLÍTICA E ECONOMIA	4	Cadeira de seletividade nº 2
IPOL	POL0049	MUDANÇA POLÍTICA NA AMÉRICA DO SUL	4	Cadeira de seletividade nº 2
IPOL	POL0051	ESTADO E DESENVOLVIMENTO NO BRASIL	4	Cadeira de seletividade nº 2
IPOL	POL0053	POLÍTICA E ECONOMIA MUNDIAL	4	Cadeira de seletividade nº 2
IPOL	POL0059	TEORIA E MÉTODOS MARXISTAS	4	Cadeira de seletividade nº 2
IPOL	POL0060	POLÍTICAS PÚBLICAS E TEORIA POLÍTICA	4	Cadeira de seletividade nº 2
IPOL	POL0071	TEORIA DA DEMOCRACIA	4	Cadeira de seletividade nº 2
IPOL	POL0072	POLÍTICA E TEORIA SOCIAL	4	Cadeira de seletividade nº 2
IPOL	POL0074	REPRESENTAÇÃO POLÍTICA	4	Cadeira de seletividade nº 2
IPOL	POL0075	ESTADO E TEORIA POLÍTICA	4	Cadeira de seletividade nº 2
IPOL	POL0077	POLÍTICA E MÍDIA	4	Cadeira de seletividade nº 2
IPOL	POL0079	SEMINÁRIO DE CONJUNTURA POLÍTICA	4	Cadeira de seletividade nº 2
IPOL	POL0081	MÉTODOS QUANTITATIVOS 2	4	Cadeira de seletividade nº 2
IPOL	POL0084	PESQUISA EM CIÊNCIA POLÍTICA 1	4	Cadeira de seletividade nº 2
IPOL	POL0087	PARTICIPAÇÃO POLÍTICA	4	Cadeira de seletividade nº 2
IPOL	POL0117	MÉTODOS QUANTITATIVOS APLICADOS ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS	4	Cadeira de seletividade nº 2
IPOL	POL0118	ÉTICA E POLÍTICA	4	Cadeira de seletividade nº 2
IPOL	POL0119	ESTADO, GOVERNO E POLÍTICAS PÚBLICAS	4	Cadeira de seletividade nº 2
IPOL	POL0121	GOVERNO ELETRÔNICO E POLÍTICAS PÚBLICAS	4	Cadeira de seletividade nº 2
IPOL	POL0021	TÓPICOS ESPECIAIS EM CIÊNCIA POLÍTICA 1	4	Cadeira de seletividade nº 2
IPOL	POL0062	TÓPICOS ESPECIAIS EM CIÊNCIA POLÍTICA 2	4	Cadeira de seletividade nº 2
IPOL	POL0065	TÓPICOS ESPECIAIS EM CIÊNCIA POLÍTICA 3	4	Cadeira de seletividade nº 2
IPOL	POL0088	TÓPICOS ESPECIAIS EM CIÊNCIA POLÍTICA 4	4	Cadeira de seletividade nº 2
IPOL		PODER JUDICIÁRIO E POLÍTICA	4	Cadeira de seletividade nº 2
IPOL		DIFUSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E CONSTITUIÇÕES	4	Cadeira de seletividade nº 2
IPOL		INTERNET E POLÍTICA	4	Cadeira de seletividade nº 2
IPOL		ELEIÇÕES E MARKETING POLÍTICO	4	Cadeira de seletividade nº 2

IPO		MÉTODOS QUALITATIVOS 2	4	Cadeia de seletividade nº 2
-----	--	------------------------	---	-----------------------------

DISCIPLINAS OPTATIVAS

DEPARTAMENTO	CÓDIGO	DISCIPLINA	CRÉDITO	MODALIDADE
IPO		PODER JUDICIÁRIO E POLÍTICA	4	OPT
IPO		DIFUSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E CONSTITUIÇÕES	4	OPT
IPO		INTERNET E POLÍTICA	4	OPT
IPO		ELEIÇÕES E MARKETING POLÍTICO	4	OPT
IPO		MÉTODOS QUALITATIVOS 1	4	OPT
IPO		MÉTODOS QUALITATIVOS 2	4	OPT
IPO	POL0080	MÉTODOS QUANTITATIVOS 1	4	OPT
IPO	POL0081	MÉTODOS QUANTITATIVOS 2	4	OPT
IPO	POL0002	IDENTIDADE NACIONAL E NACIONALISMO	4	OPT
IPO	POL0003	ESTUDOS LEGISLATIVOS	4	OPT
IPO	POL0005	PRÁTICA DE ENSINO EM INTRODUÇÃO À CIÊNCIA POLÍTICA	4	OPT
IPO	POL0006	POLÍTICA E ANTIRRACISMO	4	OPT
IPO	POL0007	GÊNERO E POLÍTICA	4	OPT
IPO	POL0008	TEORIA POLÍTICA FEMINISTA	4	OPT
IPO	POL0009	PENSAMENTO POLÍTICO NEGRO	4	OPT
IPO	POL0010	HISTÓRIA SOCIAL E POLÍTICA LATINO-AMERICANA	4	OPT
IPO	POL0015	ELITES POLÍTICAS	4	OPT
IPO	POL0019	POLÍTICA E SOCIOLOGIA	4	OPT
IPO	POL0021	TÓPICOS ESPECIAIS EM CIÊNCIA POLÍTICA 1	4	OPT
IPO	POL0022	COMPORTAMENTO POLÍTICO	4	OPT
IPO	POL0028	INFORMÁTICA EM CIÊNCIA POLÍTICA	4	OPT
IPO	POL0035	POLÍTICA REGIONAL AFRICANA	4	OPT
IPO	POL0036	PENSAMENTO POLÍTICO LATINO-AMERICANO	4	OPT
IPO	POL0038	LEGISLAÇÃO E PROCESSO POLÍTICO	4	OPT
IPO	POL0040	AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS	4	OPT
IPO	POL0042	POLÍTICA E MOVIMENTOS SOCIAIS	4	OPT
IPO	POL0045	ESTÁGIO EM CIÊNCIA POLÍTICA	6	OPT
IPO	POL0046	PENSAMENTO POLÍTICO NO BRASIL	4	OPT
IPO	POL0047	ESTRUTURA DO PODER NO BRASIL	4	OPT
IPO	POL0048	POLÍTICA E ECONOMIA	4	OPT
IPO	POL0049	MUDANÇA POLÍTICA NA AMÉRICA DO SUL	4	OPT
IPO	POL0050	MUDANÇA POLÍTICA NO BRASIL	4	OPT
IPO	POL0051	ESTADO E DESENVOLVIMENTO NO BRASIL	4	OPT

IPO	POL0052	SEMINÁRIO SOBRE O BRASIL CONTEMPORÂNEO	4	OPT
IPO	POL0053	POLÍTICA E ECONOMIA MUNDIAL	4	OPT
IPO	POL0059	TEORIA E MÉTODOS MARXISTAS	4	OPT
IPO	POL0060	POLÍTICAS PÚBLICAS E TEORIA POLÍTICA	4	OPT
IPO	POL0062	TÓPICOS ESPECIAIS EM CIÊNCIA POLÍTICA 2	4	OPT
IPO	POL0065	TÓPICOS ESPECIAIS EM CIÊNCIA POLÍTICA 3	4	OPT
IPO	POL0068	PESQUISA EM COMPORTAMENTO POLÍTICO 1	4	OPT
IPO	POL0070	PESQUISA EM POLÍTICA PÚBLICA E GOVERNABILIDADE	4	OPT
IPO	POL0071	TEORIA DA DEMOCRACIA	4	OPT
IPO	POL0072	POLÍTICA E TEORIA SOCIAL	4	OPT
IPO	POL0073	POLÍTICA E IDEOLOGIA	4	OPT
IPO	POL0074	REPRESENTAÇÃO POLÍTICA	4	OPT
IPO	POL0075	ESTADO E TEORIA POLÍTICA	4	OPT
IPO	POL0076	POLÍTICA E FILOSOFIA	4	OPT
IPO	POL0077	POLÍTICA E MÍDIA	4	OPT
IPO	POL0078	TEORIA DA ESCOLHA PÚBLICA	4	OPT
IPO	POL0079	SEMINÁRIO DE CONJUNTURA POLÍTICA	4	OPT
IPO	POL0084	PESQUISA EM CIÊNCIA POLÍTICA 1	4	OPT
IPO	POL0085	PESQUISA EM CIÊNCIA POLÍTICA 2	4	OPT
IPO	POL0087	PARTICIPAÇÃO POLÍTICA	4	OPT
IPO	POL0088	TÓPICOS ESPECIAIS EM CIÊNCIA POLÍTICA 4	4	OPT
IPO	POL0110	PESQUISA EM COMPORTAMENTO POLÍTICO 2	4	OPT
IPO	POL0111	PESQUISA EM COMPORTAMENTO POLÍTICO 3	4	OPT
IPO	POL0117	MÉTODOS QUANTITATIVOS APLICADOS ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS	4	OPT
IPO	POL0118	ÉTICA E POLÍTICA	4	OPT
IPO	POL0119	ESTADO, GOVERNO E POLÍTICAS PÚBLICAS	4	OPT
IPO	POL0121	GOVERNO ELETRÔNICO E POLÍTICAS PÚBLICAS	4	OPT
ADM	ADM0023	INTRODUÇÃO À ADMINISTRAÇÃO ORGANIZAÇÃO E SISTEMAS	4	OPT
ADM	ADM0025	ORGANIZAÇÃO E SISTEMAS	4	OPT
ADM	ADM0044	CHEFIA E LIDERANÇA	4	OPT
ADM	ADM0052	FINANÇAS 1	4	OPT
ADM	ADM0070	GOVERNO E ADMINISTRAÇÃO NO BRASIL	4	OPT
ADM	ADM0072	ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	4	OPT
ADM	ADM0187	MICROECONOMIA APLICADA	4	OPT
ADM	ADM0190	MACROECONOMIA APLICADA	4	OPT
ADM	ADM0192	CÁLCULO FINANCEIRO	4	OPT
CCA	CCA0015	CONTABILIDADE GERAL 1	4	OPT
CCA	CCA0031	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE PÚBLICA	4	OPT
CCA	CCA0067	PROGRAMAÇÃO FISCAL E FINANCEIRA	4	OPT
CCA	CCA0091	EXECUÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA	4	OPT
CCA	CCA0103	INTRODUÇÃO À CONTABILIDADE	4	OPT
CDS	CDS0001	PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO SOCIOAMBIENTAL	4	OPT

CDS	CDS0002	HISTÓRIA AMBIENTAL DO BRASIL	4	OPT
CDS	CDS0007	INTRODUÇÃO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	4	OPT
CDS	CDS0008	MEIO AMBIENTE, CULTURA E SOCIEDADE	4	OPT
CDS	CDS0010	TRABALHO INTERDISCIPLINAR INTEGRADO 1	2	OPT
CDS	CDS0011	SISTEMAS SOCIOAMBIENTAIS E COMPLEXIDADE	4	OPT
CDS	CDS0012	POLÍTICAS PÚBLICAS E MEIO AMBIENTE	4	OPT
CDS	CDS0013	POPULAÇÃO E MEIO AMBIENTE	4	OPT
CDS	CDS0014	TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO	4	OPT
CDS	CDS0015	INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	4	OPT
CDS	CDS0016	EDUCAÇÃO E MEIO AMBIENTE	4	OPT
CEN	CEN0030	ELEMENTOS DE LINGUAGEM, ESTÉTICA E HISTÓRIA DA ARTE	4	OPT
CIC	CIC0007	INTRODUÇÃO À CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO	4	OPT
DAN	DAN0024	MULHER, CULTURA E SOCIEDADE	4	OPT
DAN	DAN0041	TEORIA ANTROPOLÓGICA 1	4	OPT
DAN	DAN0052	CULTURA E MEIO AMBIENTE	4	OPT
DAN	DAN0056	ANTROPOLOGIA POLÍTICA	4	OPT
DEX	DEX0196	ATIVIDADE DE EXTENSÃO	1	OPT
DEX	DEX0197	ATIVIDADE DE EXTENSÃO	2	OPT
DEX	DEX0198	ATIVIDADE DE EXTENSÃO	3	OPT
DEX	DEX0199	ATIVIDADE DE EXTENSÃO	4	OPT
DEX	DEX0200	ATIVIDADE DE EXTENSÃO	6	OPT
DEX	DEX0201	ATIVIDADE DE EXTENSÃO	8	OPT
DEX	DEX0202	ATIVIDADE DE EXTENSÃO	10	OPT
DEX	DEX0203	ATIVIDADE DE EXTENSÃO	12	OPT
ECL	ECL0002	ECOLOGIA GERAL	6	OPT
ECL	ECL0014	CIÊNCIAS DO AMBIENTE	2	OPT
ECL	ECL0033	ECOLOGIA 1	4	OPT
ECL	ECL0039	ECOLOGIA BÁSICA	2	OPT
ECO	ECO0021	HISTÓRIA ECONÔMICA GERAL	4	OPT
ECO	ECO0025	HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO	4	OPT
ECO	ECO0027	ANÁLISE MICROECONÔMICA 1	4	OPT
ECO	ECO0032	ANÁLISE MACROECONÔMICA 1	4	OPT
ECO	ECO0040	ECONOMIA INTERNACIONAL	4	OPT
ECO	ECO0050	CONTABILIDADE NACIONAL	4	OPT
ECO	ECO0061	ECONOMIA REGIONAL	4	OPT
ECO	ECO0067	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	4	OPT
ECO	ECO0070	SEMINÁRIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	2	OPT
ECO	ECO0072	ECONOMIA BRASILEIRA	4	OPT
ECO	ECO0099	MACROECONOMIA 1	4	OPT
ECO	ECO0124	ECONOMIA POLÍTICA 1	4	OPT
ECO	ECO0126	MICROECONOMIA 1	4	OPT
ECO	ECO0141	ECONOMIA DO SETOR PÚBLICO	4	OPT

ECO	ECO0145	EMPRESAS MULTINACIONAIS	4	OPT
ECO	ECO0159	ECONOMIA DO BRASIL CONTEMPORÂNEO	4	OPT
ECO	ECO0185	MICROECONOMIA 2	4	OPT
ECO	ECO0187	ECONOMIA QUANTITATIVA 1	4	OPT
ECO	ECO0189	MACROECONOMIA 2	4	OPT
ECO	ECO0218	EVOLUÇÃO DAS IDEIAS ECONÔMICAS SOCIAIS	4	OPT
ECO	ECO0222	ECONOMIA POLÍTICA 2	4	OPT
ECO	ECO0238	ECONOMIA BRASILEIRA AVANÇADA	4	OPT
ECO	ECO0246	ECONOMIA LATINO-AMERICANA	4	OPT
ECO	ECO0250	ELEMENTOS DE ECONOMIA INTERNACIONAL	4	OPT
ECO	ECO0252	ECONOMIA DO MEIO AMBIENTE	4	OPT
ECO	ECO0261	PLANEJAMENTO PÚBLICO E MEIO AMBIENTE	4	OPT
ECO	ECO0272	MICROECONOMIA AMBIENTAL	4	OPT
ENC	ENC0053	DESENHO TÉCNICO	4	OPT
ENC	ENC0054	GEOMETRIA DESCRITIVA	4	OPT
EST	EST0023	PROBABILIDADE E ESTATÍSTICA	4	OPT
FAC	FAC0016	ESTÉTICA E CULTURA DE MASSA	4	OPT
FCI	FCI0013	INTRODUÇÃO À MUSEOLOGIA	4	OPT
FCI	FCI0014	MUSEOLOGIA 1	4	OPT
FCI	FCI0023	INTRODUÇÃO A BIBLIOTECOLOGIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	4	OPT
FCI	FCI0024	HISTÓRIA DO LIVRO E DAS BIBLIOTECAS	4	OPT
FCI	FCI0062	INTRODUÇÃO A ARQUIVOLOGIA	4	OPT
FCI	FCI0063	ARQUIVO CORRENTE 1	4	OPT
FCI	FCI0064	ARQUIVO CORRENTE 2	4	OPT
FCI	FCI0065	ARQUIVO INTERMEDIÁRIO	4	OPT
FCI	FCI0066	DIPLOMÁTICA E TIPOLOGIA DOCUMENTAL	4	OPT
FDD	FDD0002	HISTÓRIA DO DIREITO BRASILEIRO	4	OPT
FDD	FDD0004	INSTITUIÇÕES DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO	4	OPT
FDD	FDD0008	HISTÓRIA DAS IDEIAS JURÍDICAS	4	OPT
FDD	FDD0011	FILOSOFIA DO DIREITO	4	OPT
FDD	FDD0013	SOCIOLOGIA JURÍDICA	4	OPT
FDD	FDD0015	LEGISLAÇÃO SOCIAL	4	OPT
FDD	FDD0019	TEORIA GERAL DO DIREITO PÚBLICO	4	OPT
FDD	FDD0021	DIREITO CONSTITUCIONAL 1	4	OPT
FDD	FDD0023	DIREITO CONSTITUCIONAL 2	4	OPT
FDD	FDD0025	DIREITO ADMINISTRATIVO 1	4	OPT
FDD	FDD0031	DIREITO FINANCEIRO	4	OPT
FDD	FDD0033	DIREITO TRIBUTÁRIO	4	OPT
FDD	FDD0035	DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO	4	OPT
FDD	FDD0055	DIREITO DO TRABALHO 1	4	OPT
FDD	FDD0062	TEORIA GERAL DO DIREITO PRIVADO	4	OPT
FDD	FDD0065	DIREITO DAS COISAS	4	OPT

FDD	FDD0092	DIREITO DAS OBRIGAÇÕES	4	OPT
FDD	FDD0097	DIREITO DOS CONTRATOS	4	OPT
FDD	FDD0167	INTRODUÇÃO AO DIREITO 2	4	OPT
FDD	FDD0172	LEGISLAÇÃO ADMINISTRATIVA	4	OPT
FDD	FDD0205	INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO 2	4	OPT
FDD	FDD0207	DIREITO ROMANO 2	4	OPT
FDD	FDD0210	TEORIA GERAL DO ESTADO 2	4	OPT
FDD	FDD0212	ECONOMIA POLÍTICA 2	4	OPT
FDD	FDD0214	SOCIOLOGIA JURÍDICA 2	4	OPT
FDD	FDD0216	MODELOS E PARADIGMAS DA EXPERIÊNCIA JURÍDICA 2	4	OPT
FDD	FDD0218	TEORIA GERAL DO DIREITO PÚBLICO	4	OPT
FDD	FDD0224	DIREITO FINANCEIRO	4	OPT
FDD	FDD0242	HISTÓRIA DO DIREITO	4	OPT
FDD	FDD0248	MODELOS E PARADIGMAS DA EXPERIÊNCIA JURÍDICA	4	OPT
FDD	FDD0270	INTRODUÇÃO À FILOSOFIA GERAL E JURÍDICA	4	OPT
FDD	FDD0271	INTRODUÇÃO À SOCIOLOGIA GERAL E JURÍDICA	4	OPT
FDD	FDD0272	ÉTICA E DIREITO	4	OPT
FEF	FEF0105	PRÁTICA DESPORTIVA	2	OPT
FIL	FIL0029	EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO FILOSÓFICO E CIENTÍFICO	4	OPT
FIL	FIL0034	HISTÓRIA DA FILOSOFIA ANTIGA	4	OPT
FIL	FIL0039	HISTÓRIA DA FILOSOFIA MEDIEVAL	4	OPT
FIL	FIL0044	HISTÓRIA DA FILOSOFIA MODERNA	4	OPT
FIL	FIL0049	HISTÓRIA DA FILOSOFIA CONTEMPORÂNEA	4	OPT
FIL	FIL0050	HISTÓRIA DA FILOSOFIA NO BRASIL	4	OPT
FIL	FIL0053	TEORIA DO CONHECIMENTO	4	OPT
FIL	FIL0056	LÓGICA 1	4	OPT
FIL	FIL0059	TEORIA DA CIÊNCIA	4	OPT
FIL	FIL0064	ÉTICA	4	OPT
FIL	FIL0065	FILOSOFIA DA HISTÓRIA	4	OPT
FIL	FIL0069	INTRODUÇÃO À FILOSOFIA	4	OPT
FIL	FIL0077	INICIAÇÃO À METODOLOGIA CIENTÍFICA	4	OPT
FIL	FIL0082	FILOSOFIA SOCIAL E POLÍTICA	4	OPT
FIL	FIL0105	INICIAÇÃO À PRÁTICA FILOSÓFICA	4	OPT
FIL	FIL0107	HISTÓRIA DA CIÊNCIA 1	4	OPT
FIL	FIL0114	HISTÓRIA DA FILOSOFIA ANTIGA 2	4	OPT
FIL	FIL0115	HISTÓRIA DA FILOSOFIA MEDIEVAL 2	4	OPT
FIL	FIL0116	HISTÓRIA DA FILOSOFIA MODERNA 2	4	OPT
FIL	FIL0117	HISTÓRIA DA FILOSOFIA CONTEMPORÂNEA 2	4	OPT
FIL	FIL0127	FILOSOFIA MARXISTA	4	OPT
FIL	FIL0156	HISTÓRIA DA CIÊNCIA 2	4	OPT
FIL	FIL0166	INTRODUÇÃO A PRÁTICA FILOSÓFICA	6	OPT
FMD	FMD0148	INTRODUÇÃO A ANATOMIA E EMBRIOLOGIA HUMANAS - TEORIA	2	OPT

FTD	FTD0008	EMPRESA JÚNIOR 1	6	OPT
FTD	FTD0009	EMPRESA JÚNIOR 2	6	OPT
GEA	GEA0010	GEOGRAFIA FÍSICA 1: GEOMORFOLOGIA INTERTROPICAL	6	OPT
GEA	GEA0017	GEOGRAFIA DO BRASIL	4	OPT
GEA	GEA0018	GEOGRAFIA DO BRASIL 2	4	OPT
GEA	GEA0038	GEOMORFOLOGIA	4	OPT
GEA	GEA0039	GEOGRAFIA HUMANA 1	4	OPT
GEA	GEA0040	GEOGRAFIA HUMANA 2	4	OPT
GEA	GEA0041	GEOGRAFIA HUMANA E ECONÔMICA	4	OPT
GEA	GEA0042	CARTOGRAFIA 1	6	OPT
GEA	GEA0044	GEOGRAFIA DO MEIO AMBIENTE	4	OPT
GEA	GEA0060	CLIMATOLOGIA GERAL	4	OPT
GPP	GPP0031	ECONOMIA PARA POLÍTICAS PÚBLICAS	4	OPT
GPP	GPP0032	FINANÇAS PÚBLICAS	4	OPT
GPP	GPP0037	FUNDAMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	4	OPT
GPP	GPP0042	POLÍTICA FISCAL E SOCIEDADE	4	OPT
HIS	HIS0084	INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA HISTÓRIA	4	OPT
HIS	HIS0110	HISTÓRIA SOCIAL E POLÍTICA GERAL	4	OPT
HIS	HIS0100	HISTÓRIA DO BRASIL 1	4	OPT
HIS	HIS0102	HISTÓRIA DO BRASIL 2	4	OPT
HIS	HIS0104	HISTÓRIA DO BRASIL 3	4	OPT
HIS	HIS0106	HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA 1	4	OPT
HIS	HIS0107	HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA 2	4	OPT
HIS	HIS0111	HISTÓRIA SOCIAL E POLÍTICA DO BRASIL	4	OPT
HIS	HIS0113	TEORIA DA HISTÓRIA	4	OPT
HIS	HIS0132	HISTÓRIA DA ÁFRICA	4	OPT
HIS	HIS0140	CULTURA BRASILEIRA	4	OPT
HIS	HIS0141	CULTURA BRASILEIRA 2	4	OPT
HIS	HIS0143	CULTURA BRASILEIRA 3	4	OPT
HIS	HIS0188	TÓPICOS ESPECIAIS EM HISTÓRIA DA AMÉRICA 2	4	OPT
IGD	IGD0021	GEOLOGIA GERAL	6	OPT
IGD	IGD0143	DESENHO TÉCNICO GEOLÓGICO	6	OPT
IGD	IGD0160	INTRODUÇÃO AO SISTEMA DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS	4	OPT
IGD	IGD0183	TOPOGRAFIA	4	OPT
IGD	IGD0198	CARTOGRAFIA E GEODÉSIA	4	OPT
IRI	IRI0011	HISTÓRIA DA POLÍTICA EXTERIOR DO BRASIL	6	OPT
IRI	IRI0012	HISTÓRIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS CONTEMPORÂNEAS	4	OPT
IRI	IRI0015	TEORIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS 1	4	OPT
IRI	IRI0018	ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS 1	4	OPT
IRI	IRI0023	POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA	4	OPT
IRI	IRI0045	POLÍTICA EXTERNA DAS GRANDES POTÊNCIAS	4	OPT
IRI	IRI0048	INTEGRAÇÃO REGIONAL	4	OPT

IRI	IRI0049	ANÁLISE DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	4	OPT
IRI	IRI0052	TEORIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS 2	4	OPT
IRI	IRI0053	COMÉRCIO INTERNACIONAL	4	OPT
IRI	IRI0054	DIREITO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS	4	OPT
IRI	IRI0055	SISTEMAS DE DIREITO CONTEMPORÂNEOS	4	OPT
IRI	IRI0065	RELAÇÕES ECONÔMICAS INTERNACIONAIS	4	OPT
IRI	IRI0066	SISTEMA FINANCEIRO INTERNACIONAL	4	OPT
IRI	IRI0068	PROBLEMAS ESTRATÉGICOS CONTEMPORÂNEOS	4	OPT
IRI	IRI0096	PROCESSOS DECISÓRIOS EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS	4	OPT
IRI	IRI0111	CIÊNCIA, TECNOLOGIA E GOVERNO	4	OPT
IRI	IRI0124	PROTEÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS	4	OPT
IRI	IRI0125	TÓPICOS ESPECIAIS EM TEORIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS 1	2	OPT
IRI	IRI0126	TÓPICOS ESPECIAIS EM TEORIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS 2	2	OPT
IRI	IRI0127	TÓPICOS ESPECIAIS EM TEORIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS 3	2	OPT
IRI	IRI0128	TÓPICOS ESPECIAIS EM TEORIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS 4	2	OPT
IRI	IRI0130	TÓPICOS ESPECIAIS EM POLÍTICA INTERNACIONAL 1	4	OPT
IRI	IRI0132	TÓPICOS ESPECIAIS EM POLÍTICA INTERNACIONAL 2	4	OPT
IRI	IRI0133	TÓPICOS ESPECIAIS EM POLÍTICA INTERNACIONAL 3	2	OPT
IRI	IRI0134	TÓPICOS ESPECIAIS EM POLÍTICA INTERNACIONAL 4	2	OPT
IRI	IRI0139	EMPRESAS INTERNACIONAIS	4	OPT
IRI	IRI0144	ANÁLISE DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO BRASIL	4	OPT
IRI	IRI0154	HISTÓRIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO BRASIL	4	OPT
IRI	IRI0156	MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS	4	OPT
IRI	IRI0158	POLÍTICA COMPARADA	4	OPT
IRI	IRI0168	ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL 1	4	OPT
IRI	IRI0169	ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL 2	4	OPT
JOR	JOR0045	TEORIAS DA COMUNICAÇÃO 1	4	OPT
JOR	JOR0051	OPINIÃO PÚBLICA	4	OPT
JOR	JOR0078	INTRODUÇÃO A COMUNICAÇÃO	4	OPT
LET	LET0044	LÍNGUA ALEMÃ INSTRUMENTAL 1	4	OPT
LET	LET0072	PRÁTICA DO JAPONÊS ORAL E ESCRITO 1	4	OPT
LET	LET0073	JAPONÊS 1	4	OPT
LET	LET0074	JAPONÊS 2	4	OPT
LET	LET0075	PRÁTICA DO JAPONÊS ORAL E ESCRITO 2	4	OPT
LET	LET0077	LÍNGUA FRANCESA 2	4	OPT
LET	LET0084	LÍNGUA INGLESA 1	4	OPT
LET	LET0085	LÍNGUA INGLESA 2	4	OPT
LET	LET0086	LÍNGUA INGLESA 3	4	OPT
LET	LET0087	LÍNGUA INGLESA 4	4	OPT
LET	LET0088	LÍNGUA INGLESA 5	4	OPT
LET	LET0101	LÍNGUA ALEMÃ 1	4	OPT
LET	LET0102	LÍNGUA ALEMÃ 2	4	OPT

LET	LET0106	LÍNGUA JAPONESA 1	4	OPT
LET	LET0107	LÍNGUA JAPONESA 2	4	OPT
LET	LET0108	LÍNGUA JAPONESA 3	4	OPT
LET	LET0109	LÍNGUA JAPONESA 4	4	OPT
LET	LET0116	LÍNGUA ALEMÃ INSTRUMENTAL 2	4	OPT
LET	LET0118	LÍNGUA ESPANHOLA 1	4	OPT
LET	LET0120	LÍNGUA ESPANHOLA 2	4	OPT
LET	LET0158	LÍNGUA ESTRANGEIRA 1	4	OPT
LET	LET0162	INGLÊS INSTRUMENTAL 2	4	OPT
LET	LET0245	INGLÊS: EXPRESSÃO ORAL 1	4	OPT
LET	LET0247	INGLÊS: EXPRESSÃO ORAL 2	4	OPT
LET	LET0249	INGLÊS: EXPRESSÃO ORAL 3	4	OPT
LET	LET0250	INGLÊS: EXPRESSÃO ORAL 4	4	OPT
LET	LET0252	INGLÊS: COMPREENSÃO DE TEXTOS ESCRITOS 1	4	OPT
LET	LET0254	INGLÊS: COMPREENSÃO DE TEXTOS ESCRITOS 2	2	OPT
LET	LET0256	INGLÊS: EXPRESSÃO ESCRITA 3	4	OPT
LET	LET0257	INGLÊS: EXPRESSÃO ESCRITA 4	4	OPT
LET	LET0260	INGLÊS: EXPRESSÃO ESCRITA 2	4	OPT
LET	LET0262	INGLÊS: EXPRESSÃO ESCRITA 1	4	OPT
LET	LET0305	TEORIA E PRÁTICA DO ESPANHOL ORAL E ESCRITO 1	6	OPT
LET	LET0306	TEORIA E PRÁTICA DO ESPANHOL ORAL E ESCRITO 2	6	OPT
LET	LET0312	INTRODUÇÃO À MORFOSSINTAXE DO INGLÊS	4	OPT
LET	LET0323	PRÁTICA DO FRANCES ORAL E ESCRITO 4	6	OPT
LET	LET0324	PRÁTICA DO FRANCÊS ORAL E ESCRITO 3	6	OPT
LET	LET0325	PRÁTICA DO FRANCÊS ORAL E ESCRITO 2	6	OPT
LET	LET0326	PRÁTICA DO FRANCES ORAL E ESCRITO 1	6	OPT
LET	LET0330	INGLÊS: COMPREENSÃO DA LÍNGUA ORAL 2	2	OPT
LET	LET0331	INGLÊS INSTRUMENTAL 1	4	OPT
LET	LET0334	INGLÊS: COMPREENSÃO DA LÍNGUA ORAL 1	4	OPT
LET	LET0337	LÍNGUA ITALIANA 1	4	OPT
LET	LET0338	LÍNGUA ITALIANA 2	4	OPT
LET	LET0360	JAPONÊS 3	4	OPT
LET	LET0361	PRÁTICA DO JAPONÊS ORAL E ESCRITO 3	4	OPT
LET	LET0363	JAPONÊS 4	4	OPT
LET	LET0364	JAPONÊS 5	4	OPT
LET	LET0365	PRÁTICA DO JAPONÊS ORAL E ESCRITO 4	4	OPT
LET	LET0376	LÍNGUA CHINESA 1	4	OPT
LET	LET0377	LÍNGUA CHINESA 2	4	OPT
LET	LET0378	LÍNGUA CHINESA 3	4	OPT
LET	LET0382	JAPONÊS - EXPRESSÃO ORAL 2	2	OPT
LET	LET0385	JAPONÊS - EXPRESSÃO ESCRITA 2	2	OPT
LET	LET0388	PERSA 1 - FARSI 1	4	OPT

LET	LET0389	GREGO MODERNO 1	4	OPT
LET	LET0390	ROMENO 1	4	OPT
LET	LET0391	PERSA 2 - FARSI 2	4	OPT
LET	LET0392	GREGO MODERNO 2	4	OPT
LET	LET0394	ROMENO 2	4	OPT
LET	LET0400	LÍNGUA ÁRABE 1	4	OPT
LET	LET0403	LÍNGUA ÁRABE 2	4	OPT
LET	LET0409	POLONÊS 1	4	OPT
LET	LET0411	POLONÊS 2	4	OPT
LET	LET0431	FRANCÊS 1	4	OPT
LET	LET0432	FRANCÊS 2	4	OPT
LIP	LIP0045	INTRODUÇÃO À LINGÜÍSTICA	4	OPT
LIP	LIP0096	LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTOS	4	OPT
LIP	LIP0174	LÍNGUA DE SINAIS BRASILEIRA - BÁSICO	4	OPT
LIP	LIP0175	LÍNGUAS DE SINAIS BRASILEIRA - INTERMEDIÁRIO	4	OPT
LIP	LIP0177	LÍNGUAS DE SINAIS BRASILEIRA - AVANÇADO 1	4	OPT
MAT	MAT0022	MATEMÁTICA 1	4	OPT
MAT	MAT0023	MATEMÁTICA 2	4	OPT
MAT	MAT0025	CÁLCULO 1	6	OPT
MAT	MAT0026	CÁLCULO 2	6	OPT
MAT	MAT0027	CÁLCULO 3	6	OPT
MUS	MUS0093	INTRODUÇÃO A MÚSICA 1	6	OPT
MUS	MUS0096	INTRODUÇÃO À MÚSICA 2	6	OPT
MUS	MUS0236	MÚSICA E SOCIEDADE 1	4	OPT
MUS	MUS0239	TÉCNICA DE EXPRESSÃO VOCAL 1	4	OPT
PPB	PPB0014	INTRODUÇÃO À PSICOLOGIA	4	OPT
PPB	PPB0018	PSICOLOGIA GERAL E EXPERIMENTAL	6	OPT
PST	PST0011	PSICOLOGIA SOCIAL 1	4	OPT
PST	PST0028	COMPORTAMENTO HUMANO E TRABALHO	4	OPT
SER	SER0015	POLÍTICA SOCIAL	4	OPT
SER	SER0031	ANÁLISE DE POLÍTICAS SOCIAIS	4	OPT
SOC	SOL0037	SOCIOLOGIA BRASILEIRA	4	OPT
SOC	SOL0044	TEORIA SOCIOLÓGICA 1	6	OPT
SOC	SOL0045	TEORIA SOCIOLÓGICA 2	6	OPT
SOC	SOL0053	TEORIAS DA SOCIALIZAÇÃO	4	OPT
SOC	SOL0058	SOCIOLOGIA DO CONHECIMENTO	4	OPT
SOC	SOL0063	ESTRUTURA DE CLASSES E ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL	4	OPT
SOC	SOL0069	PENSAMENTO SOCIOLÓGICO LATINO-AMERICANO	4	OPT
SOC	SOL0080	SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA	4	OPT
SOC	SOL0089	SOCIOLOGIA DA CULTURA	4	OPT
SOC	SOL0090	TEORIAS SOCIOLÓGICAS CONTEMPORÂNEAS 2	4	OPT
SOC	SOL0091	ESTRUTURA E MUDANÇAS SOCIAIS	4	OPT

SOC	SOL0093	SOCIOLOGIA POLÍTICA	4	OPT
SOC	SOL0094	SOCIOLOGIA DA IDEOLOGIA	4	OPT
SOC	SOL0096	TÓPICOS ESPECIAIS EM SOCIOLOGIA 1	4	OPT
SOC	SOL0097	MÉTODOS SOCIOLÓGICOS	6	OPT
SOC	SOL0101	SOCIOLOGIA URBANA	4	OPT
SOC	SOL0102	SOCIOLOGIA DO TRABALHO	4	OPT
SOC	SOL0103	TEORIAS SOCIOLÓGICAS CONTEMPORÂNEAS 1	6	OPT
SOC	SOL0104	TEORIAS SOCIOLÓGICAS CLÁSSICAS	6	OPT
SOC	SOL0105	TEORIAS SOCIOLÓGICAS MARXISTAS	6	OPT
SOC	SOL0117	SOCIOLOGIA DA RELIGIÃO	4	OPT
SOC	SOL0118	CIÊNCIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE	4	OPT
TAU	TAU0002	INTRODUÇÃO A ARQUITETURA E URBANISMO	4	OPT
TEL	TEL0114	LITERATURA JAPONESA 1	4	OPT
TEL	TEL0115	LITERATURA JAPONESA 2	4	OPT
VIS	VIS0060	ELEMENTOS DE LINGUAGEM, ESTÉTICA E HISTÓRIA DA ARTE 1	4	OPT
VIS	VIS0061	HISTÓRIA DA ARTE 1	4	OPT
VIS	VIS0122	ELEMENTOS DE LINGUAGEM, ARTE E CULTURA POPULAR	4	OPT
VIS	VIS0127	FUNDAMENTOS DE LINGUAGEM	4	OPT
VIS	VIS0129	FUNDAMENTOS DA LINGUAGEM VISUAL	6	OPT

ART. 4º - O estudante deve ser aprovado nas disciplinas listadas no Artigo 3º, que inclui as disciplinas obrigatórias e em no mínimo 420 horas divididas entre as cadeias de seletividade. O restante da carga horária deverá ser complementado com as disciplinas optativas e de módulo livre.

PARÁGRAFO ÚNICO – O curso de Ciência Política terá duas cadeias de seletividades, sendo necessário que o discente curse pelo menos uma disciplina da primeira cadeia de seletividade, equivalente a 4 créditos (60 horas) e seis disciplinas da segunda cadeia de seletividade, equivalente a 24 créditos (360 horas).

ART. 5º - O número máximo de créditos cursados em um semestre letivo não poderá ultrapassar a 32 créditos (480 horas) e o número mínimo é de 16 créditos (240 horas).

PARÁGRAFO ÚNICO - Estes limites não serão considerados quando as disciplinas pleiteadas forem as últimas necessárias à conclusão do curso.

ART. 6º - O limite mínimo de permanência no curso de Ciência Política será de seis semestres e o limite máximo será de doze semestres, salvo as situações excepcionais abrangidas pelas normas da Universidade de Brasília.

ART. 7º - A Coordenação didática do curso cabe ao Colegiado do Curso de Graduação em Ciência Política.

ART. 8º - As questões omissas serão tratadas pelo colegiado do Instituto de Ciência Política.

ANEXO 2

REGULAMENTO DE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Resolução IPOL 001/2014

Art. 1º - Esta resolução trata das condições e requisitos para a realização do estágio não-obrigatório do curso de graduação em Ciência Política, conforme a lei federal 11.788/2008.

Art. 2º - O aluno do curso de Ciência Política poderá, excepcionalmente, cumprir jornada de estágio superior a 30 horas por semana, resguardados os limites e requisitos legalmente estabelecidos, desde que o plano de atividades seja previamente aprovado.

Parágrafo primeiro – Alunos (as) em risco de desligamento não poderão, salvo em casos excepcionais, realizar o estágio não-obrigatório, conforme o disposto na resolução 002/2007 do DEG.

Art. 3º - Quando da celebração do contrato de estágio, o estudante estará obrigado a apresentar, juntamente com o termo de compromisso e plano de atividades, histórico escolar atualizado e plano de estudos indicando todas as disciplinas a serem cursadas durante a realização do estágio.

Parágrafo primeiro - Não será aprovado plano de estudos e, em decorrência, o termo de compromisso de estágio, quando não ficar comprovada a compatibilidade entre o cumprimento das disciplinas obrigatórias e da creditação mínima prevista no fluxo do curso de Ciência Política e a realização do estágio.

Parágrafo segundo - No caso de alunos(as) que se encontrarem fora do fluxo normal do curso por quaisquer razões, o plano de estudos deverá demonstrar que a realização do estágio não implicará em prejuízo à regularização do fluxo.

Art. 4º - O plano de estudos de compatibilização com o estágio será avaliado professor orientador.

Art. 5º - Quando da renovação do termo de estágio, o estudante estará obrigado a apresentar além de toda a documentação pertinente, o plano de estudos original assinado pelo orientador e o histórico escolar atualizado.

Art. 6º - Os casos omissos serão avaliados pelo coordenador do curso e pelo professor orientador. Brasília, 04 de abril de 2014.

ANEXO 3

REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO (TCC)

1. Do trabalho de conclusão de curso

A elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é condição obrigatória para obtenção do grau de Bacharel em Ciência Política.

O TCC deve ser desenvolvido em duas disciplinas – Seminários de Trabalho de Conclusão do Curso (4 créditos) e Trabalho de Conclusão do Curso (4 créditos), nos semestres finais do curso, totalizando oito (8) créditos.

O TCC deverá, obrigatoriamente, ser realizado individualmente.

O TCC deve ser desenvolvido na modalidade de Monografia ou Artigo Científico.

O TCC deverá explorar uma pergunta de pesquisa com implicações teóricas e/ou empíricas. Isso significa que a monografia ou o artigo científico obrigatoriamente deverá se engajar em debate com a literatura teórica existente, com trabalhos anteriores sobre o mesmo tema já publicados (incluindo monografias, artigos científicos, dissertações e teses).

O TCC, em seus aspectos formais, deverá seguir as regras de citação e formatação da ABNT e conforme modelo adotado pela Universidade de Brasília.

O TCC deverá versar sobre assunto relacionado às áreas do curso de graduação em Ciência Política.

2. Da Orientação

Para o desenvolvimento do TCC, o(a) aluno(a) deve ter um(a) professor(a) orientador(a) do IPOL, cujo nome deve estar identificado(a) na lista de oferta das disciplinas Seminários de Trabalho de Conclusão do Curso e Trabalho de Conclusão de Curso. É facultado(a) ao(a) orientador(a), em comum acordo com o(a) orientando(a) a co-orientação do TCC por

outro(a) professor(a) do IPOL, da Universidade de Brasília ou de outras Instituições de Ensino Superior, além de especialistas com conhecimento especializado no objeto de estudo investigado e que possuam título de doutorado, mesmo que não atuem como professor(a) no sistema educacional.

Ao(À) professor(a) orientador(a) cabe:

- garantir a formalização da orientação, autorizando a matrícula nas disciplinas de vaga zero Trabalho de Conclusão de Curso;
- orientar o estudante na preparação da estrutura científica do TCC, na disciplina Seminários de Trabalho de Conclusão de Curso;
- orientar o estudante no desenvolvimento da pesquisa na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso;
- estabelecer juntamente com o(a) orientando(a) um cronograma de atividades para realização da pesquisa e, posteriormente, do TCC;
- realizar reuniões de orientação regulares com o(a) orientando(a). Recomenda-se a realização de pelo menos três reuniões de orientação por semestre;
- atuar no sentido de garantir o cumprimento dos prazos de entrega da monografia ou artigo científico estabelecidos pela Coordenação do Curso;
- Emitir parecer consubstanciado com o objetivo de avaliar o TCC do(a) orientando(a). A emissão de parecer se dará em conjunto com o(a) co-orientador(a) no caso específico de co-orientação;
- zelar pelo cumprimento das diretrizes deste regulamento, reportando formalmente os casos omissos à Coordenação do Curso.

Ao(À) estudante cabe:

- solicitar apoio à coordenação do curso para a escolha de um(a) orientador(a) para o TCC, levando em conta os temas de interesse da área de Ciência Política;
- solicitar autorização ao(à) orientador(a) para realizar a matrícula na disciplina Trabalho de Conclusão do Curso;
- realizar as leituras e demais atividades acordadas com o(a) orientador(a);
- entregar ao(a) professor(a) orientador(a), ao final da disciplina Seminários de Trabalho de Conclusão do Curso, a versão final do projeto de pesquisa;
- entregar a versão final do TCC com a antecedência necessária para viabilizar a avaliação, cumprindo o cronograma estabelecido em comum acordo com o(a) orientador(a);
- fazer as correções sugeridas pelo(a) orientador(a) ou orientadores(ras) e confeccionar a versão final do TCC.

3. Da Avaliação

- O estudante deve entregar o TCC para ser avaliado pelo(a) professor(a) orientador(a) até 30 dias antes do último dia de aula estabelecido pelo calendário da Universidade de Brasília.
- A avaliação do TCC pelo(a) orientador(a) ou em conjunto com o(a) co-orientador(a) atribuirá uma nota final que poderá ser i) aprovado, ii) aprovado condicionado à reformulação do TCC com devolutiva para emissão de parecer final ou iii) reprovado.

- O(a) estudante, após a aprovação final deve entregar a documentação pertinente na secretaria do IPOL, conforme calendário estabelecido no início do semestre. A documentação consiste na versão final do TCC em arquivo PDF, o termo de autorização de publicação (BDM) e a ata de aprovação devidamente assinada pelo(s)/pela(s) professores/as.
- O(a) estudante que não entregar o TCC para avaliação no prazo fixado pela coordenação, será considerado “sem rendimento” na disciplina Trabalho de Conclusão do Curso e automaticamente reprovado(a).
- A menção final é definida pelo(a) orientador(a) ou em conjunto com o(a) co-orientador(a), sendo, neste último caso, a partir de uma média ponderada das notas atribuídas.

ANEXO 4

REGULAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Regulamenta as atividades complementares de caráter não obrigatório definidas no Curso de Ciência Política.

Art. 1º As atividades complementares contribuem para a aquisição do conhecimento e para o processo de formação do(a) estudante.

§ 1º São atividades complementares aquelas realizadas por estudante do Curso de Ciência Política durante o período em que estiver matriculado no curso.

Art. 2º São consideradas atividades complementares a participação em:

- I. Projeto de iniciação científica sob orientação de docente;
- II. Projeto de pesquisa, sob orientação de docente;
- III. Participação em projetos ou atividades universitárias com reconhecimento institucional;
- IV. Participação em eventos científicos relacionados à área de Ciência Política ou a áreas afins, como ouvinte ou com apresentação de trabalhos.

Art. 3º Não serão consideradas como complementares, as atividades que já foram contabilizadas para fins de integralização de carga horária obrigatória ou optativa de extensão; cursos de línguas e/ou de informática; e disciplinas cursadas em outras Instituições de Ensino Superior.

Art. 4º O máximo a ser definido como atividades complementares ao longo do curso é de 30 horas.

Art. 5º A inserção das atividades complementares será feita por meio do lançamento direto no histórico do(a) estudante como horas complementares, ou seja, o ganho é somente qualitativo e não quantitativo, pois essas horas não são integralizadas na carga horária do histórico escolar, ou seja, não contemplam a carga horária obrigatória e nem a carga horária optativa.

Art. 6º Os requerimentos para as atividades complementares deverão ser apresentados

pelo estudante conforme previsto no calendário universitário de graduação da Universidade de Brasília.

§ 1º O requerimento deverá ser apresentado por meio de formulário próprio que será divulgado e disponibilizado pelo Instituto de Ciência Política.

§ 2º Aos pedidos deverão ser anexadas cópias dos documentos comprobatórios de cada uma das atividades relacionadas.

Art. 7º Os pedidos serão objeto de análise por docente(s) designado(s) pelo Núcleo Docente Estruturante para este fim.

§ 1º Da decisão do(s) docente(s) avaliador(es) caberá recurso ao Conselho do Instituto de Ciência Política, que poderá ser interposto em até 10 (dez) dias úteis a partir da ciência dada ao requerente.

Art. 8º Os casos omissos serão decididos pelo Colegiado de Graduação do Instituto de Ciência Política.

Art. 9º Este regulamento entra em vigor na data de sua publicação e revoga os regulamentos anteriores da mesma matéria.

ANEXO 5

REGULAMENTO E ATO DE CRIAÇÃO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE) E ATO DE NOMEAÇÃO DOS MEMBROS

RESOLUÇÃO DO INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA Nº 01/2016

O DIRETOR DO INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA E PRESIDENTE DO COLEGIADO DO IPOL, no uso de suas atribuições, ouvido o referido Órgão Colegiado, em sua 108ª Reunião Ordinária, realizada em 20 de maio de 2016 e de acordo com a Resolução nº 1 de 17 de junho de 2010 e parecer nº 4 de 17 de junho de 2010 sobre Núcleo Docente Estruturante – NDE da CONAES,

RESOLVE:

CAPÍTULO I DAS CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. A presente Resolução especifica a composição, cria o Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Bacharelado em Ciência Política da UnB e regulamenta o seu funcionamento.

Art. 2º. O NDE é o órgão consultivo de coordenação didática integrante da Administração do Instituto de Ciência Política, responsável pela concepção do Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Ciência Política, e tem por finalidade elaborar, implantar, implementar, atualizar e complementar a política de ensino, pesquisa e extensão e acompanhar a sua execução, ressalvada a competência do Colegiado do Instituto de Ciência Política.

Parágrafo único. É vedado ao NDE deliberar sobre assuntos que não se relacionem exclusivamente com os interesses do curso.

CAPÍTULO II DAS ATRIBUIÇÕES DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Art. 3º. O NDE tem caráter consultivo e propositivo em matéria acadêmica e terá as seguintes atribuições:

I - elaborar o Projeto Pedagógico do Curso definindo sua concepção e fundamentos, promovendo a integração horizontal e vertical respeitando seus eixos;

II - propor atualizações periódicas do Projeto Pedagógico do Curso, zelando pelo perfil do egresso;

III - conduzir os trabalhos de alteração e/ou reestruturação curricular para aprovação no Colegiado e demais instâncias, sempre que necessário;

IV - zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais e demais marcos regulatório do Curso;

V - propor as diretrizes gerais dos programas das disciplinas do Curso e suas respectivas ementas, recomendando ao Colegiado, modificações dos programas para fins de compatibilização;

VI - acompanhar os trabalhos das Comissões Internas do Curso;

VII - acompanhar as avaliações docentes feitas pelos discentes em uma perspectiva de melhorar o processo ensino-aprendizagem;

VII - indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão e sua articulação com a pós-graduação, oriundas das necessidades do curso de graduação, das demandas do mercado de trabalho, sintonizadas com as políticas públicas próprias à área de conhecimento.

Parágrafo único. As proposições do NDE serão submetidas à apreciação e deliberação do Colegiado do IPOL.

CAPÍTULO III DA CONSTITUIÇÃO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE DO CURSO DE CIÊNCIA POLÍTICA

Art. 4º. O NDE será composto por seis docentes, atendidos os seguintes critérios:

I - ser indicado pelo Colegiado do IPOL após consulta;

II - pertencer ao quadro docente do IPOL;

III - ter todos os membros em regime de trabalho de tempo parcial ou integral, sendo pelo menos 20% em tempo integral;

IV - exercer liderança acadêmica no âmbito do mesmo, percebida na produção de conhecimento na área, no desenvolvimento do ensino, e em outras dimensões entendidas como importantes pelo IPOL/UnB, e atuar sobre o desenvolvimento do Curso.

Parágrafo único. Os membros do Núcleo Docente Estruturante terão mandatos de três anos, podendo ser reconduzidos conforme critérios definidos pelo Colegiado do Instituto de Ciência Política.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 5º Os casos omissos serão resolvidos pelo NDE ou órgãos superiores do IPOL e da UnB, de acordo com a competência dos mesmos.

Art 6º A presente Resolução entra em vigor após aprovação pelo Colegiado do IPOL/UnB.

Brasília, 21 de maio de 2016.

ATO DO(A) INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA Nº 012/2022/2022

O DIRETOR DO(A) Instituto de Ciência Política da UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, no uso de suas atribuições

RESOLVE:**RESOLVE:**

Designar os Professores Denilson Bandeira , Graziela Dias Teixeira , Adrián Albala, Marilde Loiola , Thiago Trindade e Frederico Bertholini para, sob a presidência do primeiro, para compor o Núcleo Docente Estruturante do Instituto de Ciência Política.

Brasília, 27 de julho de 2022



Documento assinado eletronicamente por **Danusa Marques, Diretor(a) do Instituto de Ciência Política**, em 27/07/2022, às 19:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.unb.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **8466780** e o código CRC **EB574BFA**.

ANEXO 6**REGULAMENTO DA INSERÇÃO CURRICULAR DA EXTENSÃO**

Regulamenta a inserção curricular da extensão como componente curricular obrigatório no curso de graduação em Ciência Política da Universidade de Brasília (UnB).

Considerando:

- a Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que propõe assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária;
- a Resolução da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (CNE) nº 17/2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira;
- as Diretrizes Curriculares Nacionais de Administração Pública (Res. CNE 001/2014), que rege os cursos de graduação do Campo de Públicas;
- a Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão nº 0118/2020, que dispõe sobre as Normas que Regulamentam a Creditação das Atividades de Extensão Universitária como Componente Curricular nos Cursos de Graduação da Universidade de Brasília;
- a Resolução da Câmara de Ensino de Graduação e Extensão nº 0001/2021, que dispõe sobre a creditação de atividades de extensão nos cursos de graduação da Universidade de Brasília;
- a Circular Conjunta do Decanato de Ensino de Graduação e do Decanato de Extensão 2/2021, que orienta sobre a inserção curricular obrigatória da extensão;
- e o Guia de Inserção Curricular da Extensão DEX/DEG, que orienta sobre o tema para a Universidade de Brasília;

O Colegiado de Extensão do curso de Ciência Política delibera em sua 10ª Reunião Ordinária de 19 de maio de 2023, sobre a inserção da extensão enquanto componente curricular obrigatório do curso de graduação em Ciência Política da Universidade de Brasília, estabelecendo:

Art. 1º. A carga horária obrigatória de atividades acadêmicas de extensão no Curso de Ciência Política da Universidade de Brasília será de 270 horas, o que corresponde a 10,2% da carga horária total do curso.

Art. 2º. A carga horária obrigatória de extensão será cumprida por meio de disciplinas obrigatórias na forma de atividades autônomas obrigatórias, organizadas da seguinte forma:

I. Três (3) Disciplinas Obrigatórias: Extensão em Ciência Política I, II e III com carga horária total de 270 horas, computando 06 créditos cada;

Art. 3º. O formato das disciplinas de Extensão em Ciência Política.

§1. As disciplinas de Extensão em Ciência Política I, II e III seguirão um formato não presencial, condicionada à participação efetiva a um Projetos de Extensão de Ação Continuada (PEAC), como estabelecido no Art. 4 a seguir;

Art. 4º. As disciplinas obrigatórias de carga horária extensionista serão encaminhadas de modo a:

I. Oportunizar o planejamento, a execução e a avaliação de iniciativas de articulação entre estudantes do IPOL e instituições públicas, privadas de interesse público e/ou grupos da sociedade civil;

II. Colaborar com a efetividade da resolução de problemas públicos, bem como com a divulgação científica e a democratização de conhecimentos da Ciência Política;

III. Promover a integração entre a teoria e a prática da Ciência Política;

IV. Realizar formação específica nos temas previstos pela ementa da disciplina, ampliando a qualificação discente para a condução de ações extensionistas;

V. Desenvolver competências de liderança dialógica e mediadora, por meio da articulação entre a academia e a comunidade, conforme preconizado pelos propósitos da extensão universitária.

Art. 5º. Condicionantes de inscrição das disciplinas.

§1 A aprovação nas disciplinas Extensão em Ciência Política I, II e III só será realizada mediante a avaliação favorável pelo(a) professor(a) coordenador de PEAC. Cada coordenador PEAC é responsável por uma turma que lhe é atribuída (os participantes de PEAC). Desta forma, a correta inscrição e participação a um PEAC será o principal requisito para poder estar matriculado nessa disciplina. Além do mais, participação efetiva e regular ao PEAC, sobre um semestre inteiro, constituirá a condição suficiente para atribuição dos créditos.

Art. 6º. Para a creditação, as atividades autônomas de extensão devem se referir à:

I. Participação protagonista (em mesa ou pôster) de estudante em Congressos da área ou afins;

II. Participação efetiva em cursos e eventos de extensão promovidos pelo IPOL;

III. Participação efetiva em cursos e eventos de extensão, promovidos pela UnB ou outra Universidade, no campo da Ciência Política ou áreas afins.

§ A participação como ouvinte em curso ou palestra, por exemplo, não será contabilizada para fins de cumprimento de atividade obrigatória de extensão.

Art. 7º. Caberá semestralmente, ao Colegiado de Extensão do IPOL avaliar a pertinência dos certificados apresentados pelo corpo discente, verificando o devido cumprimento de horas de atividades autônomas de extensão em Ciência Política.

Art. 8º. Casos omissos serão tratados pelo Colegiado de Extensão do Instituto de Ciência Política.

REGULAMENTO DO SERVIÇO CIVIL VOLUNTÁRIO

Resolução Nº 01/2021 do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília

Regulamenta, no âmbito do Instituto de Ciência Política, o serviço de Professor(a) Voluntário(a), em conformidade com a Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998.

O Instituto de Ciência Política (IPOL), em reunião ordinária de 24 de setembro de 2021, no uso de suas atribuições, em conformidade com a legislação em vigor,

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentação do serviço de Professor(a) Voluntário(a), de acordo com a Lei nº 9.608 de 18 de fevereiro de 1998, a qual dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências;

CONSIDERANDO os benefícios que poderão ser gerados com a contratação de docentes academicamente qualificados;

RESOLVE: regulamentar a resolução de contratação de professores(as) voluntários(as) por meio de edital anual denominado PROCESSO SELETIVO PARA ADESÃO AO SERVIÇO VOLUNTÁRIO – DOCENTE.

Da natureza da contratação

Art. 1º A Condição de Professor(a) Voluntário(a) constituir-se-á em uma honraria acadêmica, não lhe cabendo nenhum tipo de remuneração, nem gerando vínculo empregatício ou previdenciário entre o docente e a instituição, consoante ao que estabelece o parágrafo único do artigo 1º da lei 9608/98.

Dos pré-requisitos para assumir o cargo

Art. 2º São pré-requisitos para atuar como Professor(a) Voluntário(a), no âmbito do IPOL/UnB:

I - Ser portador de diploma de doutorado em Ciência Política ou em cursos na grande área do CNPq de Ciências humanas, bem como áreas co-relacionadas ao Currículo de Graduação do curso de Ciência Política.

Das atribuições do professor voluntário

Art. 3º O(A) Professor(a) Voluntário(a) poderá exercer atividades de ensino em nível de graduação, pesquisa, extensão, orientação de alunos de graduação, participação em grupos de trabalho de natureza acadêmica, bem como de bancas examinadoras de dissertação e tese, de acordo com a titulação do professor voluntário e sujeito a análise do Colegiado de Graduação do IPOL.

§ 1º O(A) Professor(a) Voluntário(a), obrigatoriamente, assumirá no mínimo 2 créditos semestrais em disciplinas de graduação.

§ 2º A alocação de disciplinas ofertadas por professores(as) voluntários(as) se dará em prioritariamente em disciplinas optativas, sendo a alocação em disciplinas obrigatórias possível de ocorrer em situações extraordinárias, avaliadas pelo Colegiado de Graduação do IPOL.

§ 3º O(A) Professor(a) Voluntário(a) não poderá votar nem ser votado para nenhuma função administrativa ou representativa no IPOL/UnB.

§ 4º No exercício das atividades previstas nesta resolução será permitido ao(à) Professor(a) Voluntário(a) participar de reuniões do Colegiado de Graduação do IPOL, com direito a voz, mas não a voto.

§ 5º No exercício de suas atividades, ao (à) Professor(a) Voluntário(a), de acordo com as normas estabelecidas pela respectiva área, será assegurado o acesso a laboratórios, bibliotecas, espaço físico e endereço institucional e eletrônico, bem como o direito de uso de sua denominação.

§ 6º A produção científica ou técnica resultante das atividades do(a) Professor(a) Voluntário(a) deverá obrigatoriamente mencionar a filiação institucional ao IPOL/UnB, mesmo que a publicação da obra ocorra em período posterior ao fim do contrato. Após o fim do contrato o (a) Professor(a) Voluntário fica impedido de citar sua filiação ao IPOL/UnB.

Da documentação para inscrição

Art. 4º As atividades do(a) Professor(a) Voluntário(a) deverão ser previamente aprovadas pelo Colegiado do Curso de Graduação em Ciência Política, mediante processo instruído com os seguintes documentos:

- I. Carta de interesse (Anexo 1);
- II. Curriculum Vitae do(a) candidato(a) a Professor(a) Voluntário(a) no formato Lattes, juntamente com as devidas comprovações;
- III. Plano das atividades a serem desempenhadas pelo(a) professor(a) voluntário(a), no qual conste propostas de ementas da(s) disciplina(s) a serem lecionadas.

Parágrafo único - Pesquisadores(as) colaboradores(as) aprovados pelo PPGCP-UnB serão registrados enquanto Professores(as) Voluntários sem necessitar concorrer a edital específico, caso o solicitem.

Da análise da solicitação

Art. 5º A documentação da inscrição será analisada por uma comissão constituída pelo Coordenador de Graduação e dois docentes do Instituto de Ciência Política. A comissão apresentará o resultado em reunião do Colegiado do Curso da Graduação.

Art 6º Após a deliberação do Colegiado de Curso, a solicitação será analisada e, em caso de aprovação o processo será encaminhado ao DGP/UnB.

Da efetivação do termo de Adesão

Art. 7º A condição de professor(a) voluntário(a) será formalizada mediante a existência de:

- I. Pareceres do Colegiado do Curso favoráveis à aprovação do nome do candidato a Professor(a) Voluntário(a) para participar de atividades previstas no Art. 3º desta Resolução;
- II. Plano das atividades a serem desenvolvidas durante o período de atuação do(a) Professor(a) Voluntário(a);
- III. Termos de Compromisso e de Adesão celebrados entre UnB e o(a) prestador(a) do serviço voluntário (Anexo 2).

Da validade e rescisão do termo

Art. 8º A participação do(a) Professor(a) Voluntário(a) será feita por um período de até 01 (um) ano, permitida a prorrogação por no máximo 01 (um) ano, de acordo com o interesse do IPOL e do(a) docente.

Parágrafo único - A renovação do período a que se refere o caput desse artigo seguirá a mesma tramitação estabelecida no Art. 7º, sendo o processo instruído com o relatório e avaliação de desempenho das atividades desenvolvidas pelo(a) Professor(a) Voluntário(a) no período anterior, aprovado em reunião de Colegiado de Curso, o que deverá ocorrer até três meses antes do vencimento do período de prestação dos serviços voluntários.

Art. 9º A cessação de prestação de serviços voluntários ocorrerá:

- por manifestação de vontade do(a) Professor(a) Voluntário(a);
- por decisão justificada do Colegiado do Curso em que são prestados aqueles serviços; sendo nesse caso assegurado ao(a) Professor(a) Voluntário(a) o direito ao contraditório e a ampla defesa;
- automaticamente, após decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano ou, em caso de renovação, após 2 (dois) anos.

Das disposições gerais

Art. 10º Os casos omissos nessa resolução serão resolvidos no âmbito do Colegiado do Curso de Graduação de Ciência Política.

Art. 11º Esta Resolução entra em vigor na data da sua assinatura.

Brasília, 24 de setembro de 2021.

ANEXO 1 da Resolução Nº 01/2021.

Carta de Interesse ao cargo de Professor(a) Voluntário(a) do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília

Carta de Interesse

À Coordenação do curso de Ciência Política.

Eu, _____, CPF _____, venho por meio desta pleitear o cargo de professor(a) Voluntário(a) junto ao Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília, de acordo com os termos da Lei N.º 9.608 de fevereiro de 1988 e Resolução N.º 01/2021 do Curso de Graduação em Ciência Política.

Minhas qualificações para esta vaga, são: _____, conforme pode ser comprovado pelo currículo entregue.

Minhas intenções ao preenchimento desta vaga são: _____.

Assim, poderei contribuir com: _____.

Desta forma me coloco à disposição.

Telefone(s) de contato:

E-mail:

Assinatura do(a) candidato(a)

ANEXO 2 da Resolução N. 01/2021.

Regulamentação da atuação do(a) Professor(a) Voluntário(a) do Instituto de
Ciência Política da Universidade de Brasília

TERMO DE COMPROMISSO

Este termo celebra o compromisso de, _____, nacionalidade, CPF _____, identidade _____, residente _____ a prestar serviços voluntário à Universidade de Brasília, de acordo com os termos da Lei no. 9.608 de 18 fevereiro de 1998 e com a Resolução N° 01/2021 do Curso de Ciência Política e cláusulas:

I. A prestação de serviço realizada pelo professor voluntário não será remunerada e não gerará vínculo empregatício ou funcional com a Universidade de Brasília, nem obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou afim, nos termos da Lei no. 9608/98.

II. O(A) Professor(a) voluntário exercerá suas atividades sob subordinação hierárquica.

III. O (A) Professor(a) voluntário exercerá suas atividades submetido(a) à uma jornada semanal máxima de 6 horas.

A atividade consistirá em:

I. Qualquer produção científica ou técnica decorrente das atividades do professor do professor voluntário deverá mencionar a filiação institucional ao Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília, independente da aplicação das disposições legais vigentes na Universidade em matéria de direito autoral.

II. O(A) Professor(a) voluntário compromete-se, durante o período de prestação de serviço voluntário, a observar e cumprir a legislação federal e as normas internas da Universidade de Brasília, sob a pena de suspensão da prestação de serviço, assegurando-se, em todos os casos, o direito à ampla defesa. A prestação de serviço voluntário dá-se por período de 01 (um) ano a contar da data do presente termo de Compromisso, permitida a prorrogação em conformidade com as normatizações da Coordenadoria de Provimento Docente (CPROV), do Decanato de Gestão de Pessoas (DGP).

Assinatura do(a) candidato(a)